



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Salvador/BA/2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPRINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 134/2013**, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão – *Layout* (SecexAmbiental – 2DT, 12/2013) e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional  
Luiz Gugé Santos Fernandes

Chefe da Procuradoria Regional  
Vera Lúcia Souza de Oliveira e Torres

Chefe da Divisão de Administração  
Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
Victor Moura do Amaral Fernandes

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
Jorge Luiz de Azevedo Silva

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
Aroldo Souza Andrade

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada .....	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
2. Planejamento e Resultados Alcançados .....	10
2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede.....	10
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	18
As metas físicas e limites orçamentários de cada regional são estabelecidas pela Diretoria do Incra. Todo ano, as Superintendências Regionais enviam uma proposta de metas para a Sede, que fará os ajustes dentro dos critérios estabelecidos e divulgará então o Plano de Metas e Créditos Orçamentários. .....	18
O Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015 teve três versões. A primeira delas foi divulgada em 6 de junho de 2014, e teve os seguintes critérios para distribuição de créditos orçamentários para as Superintendências Regionais: .....	18
2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão.....	46
3. Acompanhamento dos Principais Macroprocessos Finalísticos da Gestão.....	67
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	67
3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual.....	67
3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica .....	88
3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.....	90
3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor .....	93
3.1.5 Indicadores .....	97
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste .....	99
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento .....	100
3.2.1 Demonstração da execução física e financeira.....	100
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) .....	103
3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas .....	104
3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.....	105
3.2.5 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados.....	106
3.2.6 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária .....	108

3.2.7	Principais atividades de controle do gestor .....	109
3.2.8	Demonstração dos resultados dos indicadores .....	110
3.3	Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....	112
3.3.1	Demonstração da execução física e financeira.....	112
3.3.2	Diagnóstico do déficit de infraestrutura .....	155
3.3.3	Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento.....	163
3.3.4	Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento .....	165
3.3.5	Principais atividades de controle do gestor .....	169
3.3.6	Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho .....	171
3.3.7	Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....	175
4.	Prestação Direta de Serviços ao PÚblico .....	177
4.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência.....	177
4.2	Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	181
5.	Gestão de Pessoas .....	183
5.1	Quantitativo de servidores .....	183
5.2	Análise da distribuição.....	183
5.3	Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem .....	184
5.4	Indicadores relacionados.....	185
6.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira .....	186
6.1	Informações sobre as transferências .....	186
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados. ....	189
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos .....	190
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.....	198
6.5	Principais Receitas e Despesas .....	200
7.	Controles Internos .....	202
7.1	Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos. ....	202
7.2	Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal. ....	204
7.3	Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas. ....	205
7.4	Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.....	205

<b>7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceleiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente. ....</b>	<b>209</b>
<b>7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência. ....</b>	<b>210</b>
<b>7.7 Demonstraçao de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário ....</b>	<b>212</b>
<b>8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....</b>	<b>214</b>
<b>8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU. ....</b>	<b>214</b>
<b>8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.....</b>	<b>216</b>
<b>8.3 Desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art.7º da lei 12.546/2011 e pelo art.2º do decreto 7.828/2012.....</b>	<b>217</b>
<b>8.4 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis .....</b>	<b>218</b>

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Identificação da UJ .....	9
Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1 .....	12
Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2 .....	13
Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3 .....	14
Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4 .....	15
Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5 .....	16
Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6 .....	17
Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira .....	46
Quadro 9 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária .....	68
Quadro 10 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar .....	69
Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária .....	100
Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar .....	101
Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária .....	112
Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar .....	113
Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL .....	205

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

- APP - Área de Preservação Permanente  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CDB – Associação Crédito do Brasil  
CDR – Comitê de Decisão Regional  
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPL - Comissão Permanente de Licitação  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade  
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação  
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário  
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária  
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola  
DN - Decisão Normativa  
DOU - Diário Oficial da União  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAP - Gestão e Administração do Programa  
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEE - Grau de Eficiência na Exploração  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)  
GT – Grupo de Trabalho  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
LTDA - Limitada  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MP - Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NE - Norma de Execução  
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal  
OCI – Órgão de Controle Interno  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PB – Projeto Básico  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PGE - Plano Geral de Estatísticas  
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PC – Plano de Compromisso  
PPA - Plano Plurianual  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PU - Planos de Utilização  
RB – Relação de Beneficiários  
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo  
RG - Relatório de Gestão  
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS  
RL - Reserva Legal  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente  
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIG - Sistema de Informações Geográficas  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
SIR - Sistema de Informações Rurais  
SISDOC – Sistema de Documento  
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar  
SISPROT – Sistema de protocolo  
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
TCE - Tomada de Contas Especiais  
TCT – Termo de Cooperação Técnica  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Título Definitivo  
TDA - Título da Dívida Agrária  
TI - Tecnologia da Informação  
UA - Unidade Avançada  
UG - Unidade Gestora  
UGR - Unidade Gestora Responsável  
UJ - Unidade Jurisdicionada  
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento  
UO - Unidade Orçamentária

---

## INTRODUÇÃO

---

Este Relatório de Gestão é parte integrante da prestação de contas anual da qual esta Superintendência Regional está legalmente obrigada. Foram abordados aqui aspectos quantitativos e qualitativos da gestão, explicitando tantos os avanços quanto questões que de alguma forma comprometeram o desempenho dos trabalhos.

Aprimorar e refinar a atuação do Incra é uma busca constante, por isso, procurou-se destacar neste relatório prioritariamente os aspectos relacionados à gestão, em detrimento ao mero detalhamento aprofundado da execução das Ações.

O conteúdo dos anexos foram trazidos para dentro dos próprios itens a que dizem respeito. Tópicos relacionados exclusivamente às Regiões Sul, Sudeste, Área de Fronteira e Amazônia Legal foram subtraídos da estrutura do Relatório.

De forma geral, podemos considerar o desempenho da regional satisfatório em 2014. Salvo Ações pontuais, houve o cumprimento das metas estabelecidas. Por outro lado, na nossa avaliação, a governança e seus mecanismos de planejamento e controle ainda carecem de aprimoramento institucional. A deficiência na capacidade operacional (estrutura e humana) mais uma vez foi pontuada pela gestão como um risco ao avanço do PNRA. A forte dependência de ações e manifestações externas ao órgão também comprometem sua eficiência.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário		<b>Código SIORG:</b> 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa:</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
<b>Denominação abreviada:</b> INCRA		
<b>CNPJ:</b> 003.759.72/0007-56		
<b>Código SIORG:</b> 1799	<b>Código LOA:</b> 49201	<b>Código SIAFI:</b> 373053
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal do Poder Executivo		
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública Federal		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(71) 3505-5306 / (71) 3371-0094 fax
<b>Endereço eletrônico:</b> luiz.guge@incra.gov.br		
<b>Página na Internet:</b> www.incra.gov.br		
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP 41.213-000		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Código SIAFI</b>		<b>Nome</b>
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Código SIAFI</b>		<b>Nome</b>

---

## **2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

---

---

### **2.1 Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o Plano Estratégico do INCRA Sede**

---

O Plano Estratégico MDA/Incra 2014 possui doze Objetivos Estratégicos:

1. Superação da Pobreza Rural.

Contribuir para a superação da pobreza rural nos diferentes segmentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, priorizando a inclusão produtiva com abordagem territorial.

2. Produção, extração e manejo sustentável.

Ampliar e qualificar o uso de sistemas de produção, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada região e bioma.

3. Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar.

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

4. Governança Fundiária.

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, com instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária e do regime de propriedade e uso da terra e dos recursos naturais.

5. Democratização do acesso à terra.

Promover, democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiárias, observando as especificidades de cada região e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e da violência no campo.

6. Autonomia das Mulheres Rurais.

Promover a autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

7. Promoção do Etnodesenvolvimento.

Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos seus territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

8. Autonomia e Emancipação da Juventude Rural.

Promover a autonomia e emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.

9. Abordagem Territorial.

Consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento, fortalecendo a integração das políticas agrícolas, agrárias, de serviços, de infraestrutura rural e a articulação interfederativa.

10. Gestão e Participação Social.

Consolidar a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento territorial, aprimorando processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas.

11. Eficiência operacional.

Aumentar a eficiência operacional aprimorando a gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoando a comunicação interna e incentivando práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas.

12. Satisfação da equipe.

Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.

Seis destes objetivos podem ser consubstanciados em ações de execução direta por parte das Superintendências Regionais, conforme demonstrado e comentado nos quadros 2 ao 7 a seguir.

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais pelo Incra-Sede, foram estabelecidos através do Plano de Metas e Créditos 2014-2015, que ao longo do ano teve três versões, a última delas divulgada em 18 de novembro de 2014. Este Plano estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e também Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

**Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1**

<b>Objetivo Estratégico 01:</b> Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
<b>a) Descrição</b>		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	3.758	6.184
Número de famílias atendidas com assistência técnica	22.794	36.401
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	149	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	661	0
Número de créditos instalação supervisionados	874	8.387
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	3	0
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	20	0*
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	0	0*
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	311	520
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	0	0
<b>b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo Incra deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional. No exercício de 2014, esta Regional manteve um número expressivo de famílias beneficiadas com assistência técnica, aplicou crédito instalação para mais de seis mil famílias, entregou diversas obras de infraestrutura hídrica e manteve um bom número de assentados em qualificação de nível médio e superior. Por outro lado, teve dificuldades no licenciamento e gestão ambiental.		
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Conclusão do crédito instalação (modalidades antigas)	Aplicação de 5000 novos créditos	Conceder 10000 novos créditos
Iniciar procedimento de diagnóstico de infraestrutura básica	Realizar diagnóstico de infraestrutura básica em 30% dos Projetos de Assentamentos	Realizar diagnóstico de infraestrutura em 100% dos Projetos de Assentamentos
Identificar as possíveis estratégias de convivência com o semi-árido nos projetos de assentamento	Preparar os procedimentos visando diversificar as estratégias de convivência com o semi-árido nos projetos de assentamento	Iniciar a implantação das tecnologias de convivência com o semi-árido
Acompanhar os cursos de nível médio e superior em andamento para a Reforma Agrária existentes no estado	Implantar o curso de tecnólogo em agroecologia	Implantar mais 3 cursos de nível médio ou superior

**Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2**

<b>Objetivo Estratégico 02:</b> Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
<b>a) Descrição</b>		
Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	10.000	
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	132
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	N/A	-
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	587	4.758
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	1.286	44
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	489	527
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	N/A	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0
<b>b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
Dentro da estrutura desta Regional, as atividades que culminam na persecução deste objetivo estratégico cabem à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. A execução das ações pode se dar de forma direta, com a gestão do cadastro rural e certificação de imóveis rurais; ou indireta, através dos contratos de serviços de georreferenciamento, levantamentos topográficos de vistoria para criação de Projetos de Assentamento Rural e Territórios Quilombolas e convênios que objetivam a regularização fundiária.		
O item 3.1 deste relatório analisa com maior profundidade as ações relacionadas à gestão do ordenamento da estrutura fundiária no âmbito desta Regional.		
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>		
Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Fiscalizar o parcelamento de 20 PAs	Fiscalizar o parcelamento de 15 PAs	Fiscalizar o parcelamento de 20 PAs
Georreferenciar o perímetro de 9 Territórios Quilombolas	Georreferenciar o perímetro de 5 Territórios Quilombolas	Georreferenciar o perímetro de 8 Territórios Quilombolas
Individualizar 112 imóveis em Territórios Quilombolas	Individualizar 50 imóveis em Territórios Quilombolas	Individualizar 80 imóveis em Territórios Quilombolas
Inserir 94 imóveis no I3GEO	Inserir 80 imóveis no I3GEO	Inserir 90 imóveis no I3GEO
Inserir 7887 imóveis certificados no SIGEF	Inserir 5000 imóveis certificados no SIGEF	Inserir 8000 imóveis certificados no SIGEF
Inserir 313 imóveis certificados no SNCI	Inserir 50 imóveis certificados no SNCI	Inserir 10 imóveis certificados no SNCI
Realizar 5 perícias técnicas	Realizar 10 perícias técnicas	Realizar 20 perícias técnicas

**Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3**

<b>Objetivo Estratégico 03:</b> Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.		
<b>a) Descrição</b>		
<b>Atividade</b>	<b>Meta</b>	<b>Realizado</b>
Área total de imóveis vistoriados	41.600	30.845
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	0	
Número de famílias assentadas	1.920	2.155
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	9.956	
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária		
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	941	139
<b>b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no Estado é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.		
A Bahia é um dos poucos estados que ainda oferece um bom estoque de terras improdutivas para desapropriação para fins de reforma agrária, entretanto a localização dessas terras não coincide com as regiões de maior pressão social, além de que a qualidade de grande parte dessas áreas não atendem os requisitos para o satisfatório desenvolvimento de um assentamento. A maioria dessas áreas não possuem oferta de água e acesso minimamente disponível.		
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>		
<b>Curto prazo -2014</b>	<b>Médio prazo – 2015 (PPA)</b>	<b>Longo Prazo – 2016 em diante</b>
20 imóveis vistoriados e avaliados	40 imóveis vistoriados e avaliados	60 imóveis vistoriados e avaliados
30 diagnóstico realizados (Pré-qualificação)	60 diagnósticos realizados	90 diagnóstico realizados
486 famílias cadastradas	600 famílias cadastradas	800 famílias cadastradas
60 CEFIR cadastrados	120 CEFIR cadastrados	180 CEFIR cadastrados
322 cadastros homologados	600 cadastro homologados	700 cadastros homologados
20 busca cartorial	30 busca cartorial	40 busca cartorial
10 atualizações de PPR	15 atualizações de PPR	20 atualizações de PPR

**Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4**

<b>Objetivo Estratégico 04:</b> Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.		
<b>a) Descrição</b>		
<b>Atividade</b>	<b>Meta</b>	<b>Realizado</b>
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	862	
Número de mulheres beneficiárias com ATER	30%	-
<b>b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
Em 2014 não foi disponibilizado recursos para o pagamentos de crédito Apoio Mulher. O novo crédito do PNRA, prevê a modalidade Fomento Mulher. A expectativa da regional é que as primeiras mulheres tenha acesso à esta nova modalidade de financiamento em 2015.		
Dentro do atual instrumento de assistência técnica vigente, não é possível quantificar o número de mulheres que estão sendo atendidas de forma direta, pois os relatórios de controle não detalham até o nível de titularidade do lote, que seria a única maneira de fazer este levantamento.		
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>		
<b>Curto prazo -2014</b>	<b>Médio prazo – 2015 (PPA)</b>	<b>Longo Prazo – 2016 em diante</b>
	Incluir mecanismos de monitoramento da participação de mulheres nos atendimentos de assistência técnica	
	Iniciar a operacionalização de 3.000 créditos fomento mulher	Ampliar a operacionalização de crédito fomento mulher para 10.000

**Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5**

**Objetivo Estratégico 05:** Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup>	4.000	
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	11.000	7.757
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	17	18
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	3	2
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	3	
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

As décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo fortalecimento e mobilização social na luta pela terra, inclusive com forte participação da Igreja, e nascimento dos principais Movimentos Sociais hoje existentes de forma bem consolidada.

Estamos experimentando nesta década um processo bastante similar, mas desta vez ligado às questões das comunidades remanescente de quilombos, onde prevemos que dentro de mais alguns anos, esta demanda social adquira um status superior ao da própria Reforma Agrária. O INCRA ainda não está estruturado para o enfrentamento de tal questão e a demanda desta pauta já é superior à capacidade deste órgão em dar a resposta desejada e satisfatória. A legislação também possui lacunas que devem ser corretamente preenchidas para um correto desempenho dessa ação.

No âmbito desta regional, houve um importante reforço na equipe do serviço quilombola nos últimos 2 anos, com o ingresso de novos servidores.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante
Licitação para elaboração de 24 Relatórios Antropológicos, divididos em três lotes.	Entrega dos Relatórios Antropológicos do Lote II	Entrega de Relatórios Antropológicos dos Lotes I e III
Entrega do primeiro produto do Lote II	Contratação dos Lotes I e III	Publicação de 15 RTIDs
	Publicação de 23 RTIDs	

<sup>1</sup> Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

**Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6**

<b>Objetivo Estratégico 06:</b> Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.			
<b>a) Descrição</b>			
	<b>Atividade</b>	<b>Meta</b>	<b>Realizado</b>
Número de jovens assentados (até 29 anos)			
<b>b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>			
Esta Regional não fez distinção de idade no cadastro e seleção de famílias para inclusão no PNRA. O SIPRA não gera relatórios de famílias assentadas com filtro de busca por idade. Não é possível precisar quantos jovens foram assentados na Bahia em 2014.			
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>			
	<b>Curto prazo -2014</b>	<b>Médio prazo – 2015 (PPA)</b>	<b>Longo Prazo – 2016 em diante</b>
		Incluir mecanismos de monitoramento da quantidade de jovens assentados na Bahia.	

---

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

As metas físicas e limites orçamentários de cada regional são estabelecidas pela Diretoria do Incra. Todo ano, as Superintendências Regionais enviam uma proposta de metas para a Sede, que fará os ajustes dentro dos critérios estabelecidos e divulgará então o Plano de Metas e Créditos Orçamentários.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015 teve três versões. A primeira delas foi divulgada em 6 de junho de 2014, e teve os seguintes critérios para distribuição de créditos orçamentários para as Superintendências Regionais:

Programa / Ação / Plano Orçamentário	Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>		
<b>210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas</b>		
PO 03 - Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas p/ as Comunidades Quilombolas	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante autorização pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).

PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	<p>Ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Pagamento e finalização de laudos antropológicos já contratados;</li> <li>ii) Elaboração de demais peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para laudos já finalizados, com os seguintes requisitos: a) ação judicial; b) instrução processual completa;</li> <li>iii) Contratação de novos laudos e peças de RTID, com seguintes requisitos: a) ação judicial; b) instrução processual com informações básicas sobre as áreas;</li> <li>iv) Trabalho de campo para avaliação dos imóveis com indenização de benfeitorias planejada para 2013.</li> </ul>	Mediante solicitação a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), em acordo com os critérios para distribuição.

#### 2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

2105	<b>Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural</b>		
	PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	<p>Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, com base em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) histórico de execução</li> <li>b) ampliação do número de Unidades Municipais de Cadastro (UMC)</li> </ul>	Mediante solicitação das SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), em acordo com o Plano de Ação
	PO 02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	<p>Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, com base em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) grandes imóveis com processo de fiscalização em aberto</li> <li>b) imóveis com matrícula bloqueada/cancelada por decisão judicial</li> <li>c) prioridade para imóveis no MATOPIBA, em Minas Gerais e Amazônia Legal.</li> <li>d) Ação de fiscalização do Cadastro Rural, da rotina das SRs</li> </ul>	Mediante programação (municípios e numero de imóveis), a ser definida pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
210U	<b>Organização da estrutura fundiária</b>		
	PO 09 - Regularização Fundiária - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	<p>Ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Atendimento de convênios vigentes</li> <li>ii) Recursos de campo para acompanhamento/fiscalização dos convênios</li> <li>iii) Realização de Regularização Fundiária por execução direta pela SR</li> </ul>	<p>Mediante as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Cronograma de desembolso das parcelas dos convênios</li> <li>ii) Cronograma de acompanhamento/fiscalização a ser encaminhado pelas SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)</li> <li>iii) Mediante apresentação de proposta detalhada de execução direta pela SR.</li> </ul>

PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	i) Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação da SR a) Georreferenciamento e demarcação de perímetro de imóveis rurais, declarado no Plano de Metas das SR; b) Atendimento às SR que necessitam de apoio para finalização dos passivos de certificação; ii) Fiscalização de serviços de georreferenciamento executados em interesse do INCRA; iii) Apoio a ações de certificação executadas nos Comitês de Certificação que requeiram fiscalização; iv) Manutenção do funcionamento da RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS; v) Reserva técnica na Sede para inovações tecnológicas, capacitação e georreferenciamento de terras públicas federais.	Programação a ser definida pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
PO 0B - Regularização Fundiária - Gestão de Terras Públicas	i) Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, para arrecadação de terras públicas e destinação para unidades de conservação federais. ii) Reserva técnica na Sede para novas demandas.	Mediante apresentação de projeto de execução pela SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)
PO 0C - Regularização Fundiária - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Créditos orçamentários centralizados na Sede para manutenção do SNCR, desenvolvimento da declaração eletrônica de propriedade e desenvolvimento do CNIR.	Não se aplica.

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>			
<b>211B</b>	<b>Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</b>		
	PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais p/Reforma Agrária	Créditos orçamentários centralizados na Sede para atendimento a decisões judiciais, respeitando o estabelecido na Portaria Conjunta PGF/INCRA nº 21/2013	i) Mediante atendimento ao comando judicial

	<p>PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis p/ Reforma Agrária</p>	<p>Considerou a proposta das SR, ajustando a meta física da SR de MS cujo lançamento estava equivocado e adequando proporcionalmente os limites orçamentários ao teto da LOA 2014. Embora tenha solicitado a separação dos valores de Benfeitorias e terra nua, para elaboração do quadro considerou-se o valor total dos imóveis.</p>
<b>211A</b>	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	
	<p>PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária</p>	<p>Os ajustes nas metas, considerou:</p> <p><b>Despesas Correntes:</b></p> <p>i) 60 % do recurso para as Superintendências Regionais situadas na Amazônia Legal integrantes do Programa Assentamentos Verdes – PAV, e para o atendimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal (TC-MPF) em 08/08/2013, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas da SR em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SRs.</p> <p>ii) 40 % para as demais SRs e Sede. Considerou-se, respectivamente para cada SR, a consistência das metas físicas previstas nos Planos de Metas, a execução realizada em 2013, e, o atendimento de demandas devidamente</p>

	<p>programadas ou decorrentes de exercício anterior, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SR.</p> <p><b>Despesas de Capital:</b> Foram atendidas as demandas apresentadas, respectivamente, nos Planos de Metas;</p> <p>Reserva técnica na sede para atender:</p> <p><b>Despesas Correntes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) ações de adesão ao PRA;</li> <li>ii) demandas para realização do monitoramento e controle da utilização de recursos naturais;</li> <li>iii) despesas com a realização de eventos específicos de treinamento/capacitação;</li> <li>iv) despesas com o acompanhamento da execução das atividades de Regularização Ambiental;</li> </ul> <p><b>Despesas de Capital</b> ações de adesão ao PRA;</p>	
211A	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	

PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	<p>Os ajustes nas metas, considerou:</p> <p><b>Despesas Correntes:</b></p> <p>a) Superintendências situadas na Amazônia Legal: para a distribuição dos limites da LOA, considerou-se, para cada SR da região, a consistência das ações previstas:</p> <p>(i) no Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos na Amazônia Legal – PPCADI 2014, integrante do Programa Assentamentos Verdes – PAV, e</p> <p>(ii) para o atendimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal (TC-MPF) em 08/08/2013, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas da SR em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SR.</p> <p>b) Demais SR: para a distribuição, considerou-se, respectivamente para cada SR:</p> <p>(i) a consistência das metas físicas previstas nos Planos de Metas,</p> <p>(ii) a execução realizada em 2013, e,</p> <p>(iii) o atendimento de demandas devidamente programadas ou decorrentes de exercício anterior, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SR.</p> <p><b>Despesas de Capital:</b></p> <p>Foram atendidas as demandas apresentadas, respectivamente, nos Planos de Metas;</p> <p>Reserva técnica na sede para atender:</p> <p><b>Despesas Correntes:</b></p> <p>i) ações e projetos de recuperação ambiental, para</p>	<p>Descentralização, para cada SR, de 100% (cem por cento) dos limites contidos nos respectivos Planos de Metas revisados pela DTM;</p> <p>Observação: as execuções dos respectivos limites e realização das correspondentes metas físicas serão periodicamente monitorados pela DTM e, se necessário, redirecionados para outras unidades com demandas e capacidade de execução.</p>	



	<p><b>PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária</b></p> <p><b>Busca Ativa:</b> Considerou a proposta das SR, ajustando em alguns casos a conclusão integral das metas em 2014.</p> <p><b>Homologação de famílias:</b> Para definição da capacidade de assentamento de cada SR, considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) os processos de obtenção onerosa das fases de ajuizamento até imissão na posse sem criação do PA;</li> <li>ii) as vagas em PA criados de 2011 a 2013 e a meta complementar histórica no período de 2011 a 2013, que consiste nas RB geradas em projetos com ano de criação superior a 3 anos do exercício considerado.</li> </ul> <p>A totalização dos três critérios foi confrontada com a proposta das SR. A proposta da SR maior que a capacidade potencial, foi mantida. Caso contrário foi feita a média simples entre a proposta declarada e a capacidade potencial.</p>	<p>Mediante programação detalhada (município, acampamento/imóvel/PA, número de famílias) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT, priorizando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) imóveis em fase de criação do projeto de assentamento</li> <li>b) programação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNTR)</li> </ul>	
<b>211A</b>	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>		
	<p><b>PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais</b></p> <p>Os ajustes nas metas de vistoria de imóveis, considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Ajuste proporcional da meta física declarada pelas SR no Plano de Metas para adequação ao teto de 750 mil hectares, considerada a série histórica de execução;</li> <li>ii) Reserva técnica na Sede, a ser distribuída para complementação da meta de vistoria, realização de forças-tarefas e pagamento de perícia judicial.</li> <li>iii) Ajustes pontuais no quantitativo de imóveis da atividade de elaboração de cadeia dominial em virtude de haver informação de hectares e não ter o equivalente número de imóveis;</li> <li>iv) Foi retirada atividade de alimentação o banco de dados do mercado de terras tendo em vista que os números apresentados revelaram relativa incompreensão da demanda.</li> </ul>	<p><b>Vistoria:</b> i) Descentralização inicial no valor máximo de R\$ 250 mil por SR, mediante a remessa à DT das ordens de serviço, relativas as equipes de vistoria;</p> <p>ii) As demais descentralizações após a aprovação de contas da Ordem de Serviço e mediante programação detalhada (imóvel, área, município) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT.</p> <p><b>Perícia Judicial:</b> i) Descentralização mediante apresentação de demanda pela Procuradoria Federal Especializada à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT.</p>	

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2012 - AGRICULTURA FAMILIAR</b>			
210S	Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária		
	PO 01 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Incra	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.
	PO 02 - Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária	Os ajustes nas metas, considerou: i) Garantir a continuidade dos contratos firmados assim como a renovação dos mesmos; ii) Ampliar o nº de famílias atendidas prioritariamente nas Superintendências onde não há contratos firmados assim como no semi-árido brasileiro; iii) Novas chamadas de ATES elaboradas em qualquer Superintendência Regional do INCRA.	
	PO 03 - Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária		
	PO 04 - Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária		i) provisão total dos valores referentes aos contratos firmados de ATES ii) atendimento às prioridades definidas no quadro de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>			
211A	Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais		
	PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Os ajustes nas metas, considerou as parcerias em execução e a serem executados com projetos já aprovados pela Sede.	Mediante cronograma de desembolso encaminhado pelas SR e apreciação pela SEDE.
210T	Promoção da educação no campo		
	PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	Os ajustes nas metas, considerou: i) Face a dotação orçamentária existente foram priorizadas as parcerias em execução; ii) os montantes lançados por SR condiz com o somatório de recursos dos convênios e termos de cooperação, tendo em vista que o acompanhamento e fiscalização ocorre sob a responsabilidade das Regionais.	Mediante cronograma de desembolso constante nas propostas. A descentralização é realizada em conformidade com o encaminhamento da solicitação da SR e no caso de Termo de Cooperação quando da chegada do processo a Sede depois das análises técnicas.

PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assist. Técnica, Pedagógica e Social	Créditos orçamentários centralizados na Sede, pois as parcerias com o CNPq, IPEA e Santa Maria estão sob responsabilidade direta da DDE. Houve algumas descentralizações para acompanhamentos que foram solicitados a Regional	Mediante cronograma de execução dos Termos de Cooperação IPEA, CNPq e UFSM
PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior p/ a Reforma Agrária	Os ajustes nas metas, considerou: i) Face a dotação orçamentária existente foram priorizadas as parcerias em execução; ii) os montantes lançados por SR condiz com o somatório de recursos dos convênios e termos de cooperação, tendo em vista que o acompanhamento e fiscalização ocorre sob a responsabilidade das Regionais.	Mediante cronograma de desembolso constante nas propostas. A descentralização é realizada em conformidade com o encaminhamento da solicitação da SR e no caso de Termo de Cooperação quando da chegada do processo a Sede depois das análises técnicas.

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2120 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>			
<b>2000</b>	<b>Administração da unidade</b>		
	PO 01 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	<p>i) Proporcional às metas físicas declaradas nos planos de ação das SR, ajustadas pela Sede, com base nos seguintes critérios:</p> <p>a) quantidade de servidores capacitados em anos anteriores</p> <p>b) Utilizar a meta de capacitação de 20% referente ao quantitativo de servidores por regional e Sede; (Para calcular a meta até 31 de agosto, utilizamos o critério do proporcional ao que estava definido anteriormente. Por exemplo, uma SR havia definido como meta 65 capacitações, prevendo realizar 40 até final de agosto. Pegamos a mesma relação de proporcionalidade utilizada anteriormente e aplicamos na nossa proposta. Para as duas SR que não haviam calculado metas até final de agosto, estabeleceu a meta de 50% do total. Mativemos Anapu/Altamira com meta zero, sua meta está contida na meta de Santarém.)</p> <p>ii) Custo unitário de oportunidade de capacitação: R\$ 2.000,00SR Amazônia Legal e R\$ 1.500,00 demais SR;</p> <p>ii) Reserva técnica na Sede para eventos institucionais promovidos pelas unidades organizacionais do INCRA (Sperintendências, Diretorias e presidência).</p>	Mediante programação a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa (DA)

PO 02 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	<p><b>Despesas correntes:</b> Créditos orçamentários centralizados na Sede para eventos e atividades do Gabinete da Presidência, Auditoria, Procuradoria Federal Especializada, Comissão de Ética, comissões de procedimentos disciplinares, Comunicação Social e Diretoria de Gestão Estratégica (DE), incluindo serviços da área de Tecnologia da Informação (DET).</p> <p><b>Despesas de capital:</b> Créditos orçamentários centralizados na Sede para aquisição de equipamentos de TI e desenvolvimento de sistemas. Créditos orçamentários distribuídos entre as SR para melhoria da estrutura física (construção, reforma e mobiliário), considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obras de acessibilidade;</li> <li>b) Obras inacabadas em fase de término;</li> <li>c) Projetos básicos e executivos já elaborados;</li> <li>d) Mobiliário para instalação dos novos servidores nomeados.</li> </ul>	<p><b>Despesas correntes:</b> Programação a ser definida pelas unidades responsáveis, quando aplicável.</p> <p><b>Despesas de capital:</b> <b>DE/DET</b> - Equipamentos de TI: planejamento de aquisição de equipamentos elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DE)/DET, considerando os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) nº de servidores e colaboradores</li> <li>b) quantidade de máquinas existentes e quantidade de máquinas adquiridas nos últimos três anos (garantia).</li> </ul> <p><b>DA</b> - Estrutura física: mediante apresentação de projeto básico/projeto executivo de construção e reforma pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa - DA.</p>
--	--	---

PO 03 - Administração da Unidade	<p><b>Despesas correntes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Cronograma de desembolso de contratos administrativos declarado pela SR</li> <li>ii) Reserva técnica para ajustes</li> </ul> <p><b>Despesas de capital:</b></p> <p>Créditos orçamentários distribuídos entre as SR para melhoria da estrutura física (construção, reforma e mobiliário), considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obras de acessibilidade;</li> <li>b) Obras inacabadas em fase de término;</li> <li>c) Projetos básicos e executivos elaborados;</li> <li>d) Mobiliário para instalação dos servidores nomeados.</li> </ul>	<p><b>Despesas correntes:</b></p> <p>Conforme cronograma mensal de despesas dos contratos administrativos continuados da SR.</p> <p><b>Despesas de capital:</b></p> <p>Mediante apresentação de projeto básico/projeto executivo de construção e reforma pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa - DA.</p>
----------------------------------	--	--

A segunda versão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015 foi divulgada em 25 de julho de 2014, e teve a inclusão das Ações de Demarcação Topográfica, Titulação, Infraestrutura Básica, Crédito-Instalação, Supervisão do Crédito Instalação e Supervisão Ocupacional; tendo os seguintes critérios para distribuição de créditos orçamentários para as Superintendências Regionais:

Programa / Ação / Plano Orçamentário	Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORCAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>		
<b>210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas</b>		
PO 03 - Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas p/as Comunidades Quilombolas	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante autorização pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).

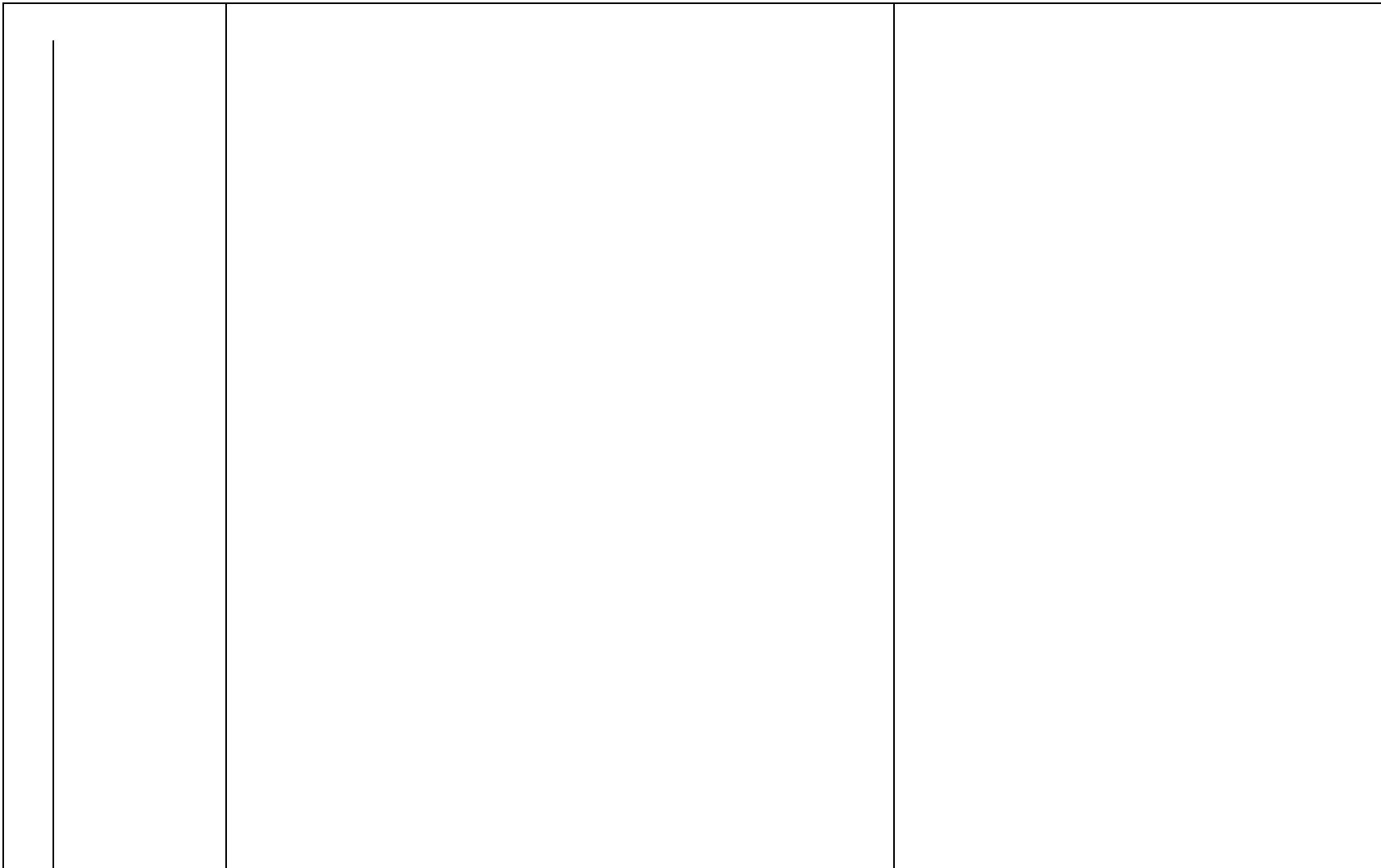
PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	<p>Ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Pagamento e finalização de laudos antropológicos já contratados;</li> <li>ii) Elaboração de demais peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para laudos já finalizados, com os seguintes requisitos: a) ação judicial; b) instrução processual completa;</li> <li>iii) Contratação de novos laudos e peças de RTID, com seguintes requisitos: a) ação judicial; b) instrução processual com informações básicas sobre as áreas;</li> <li>iv) Trabalho de campo para avaliação dos imóveis com indenização de benfeitorias planejada para 2013.</li> </ul>	Mediante solicitação a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), em acordo com os critérios para distribuição.
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>		
<b>2105</b>	<b>Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural</b>	
PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, com base em: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) histórico de execução</li> <li>b) ampliação do número de Unidades Municipais de Cadastro (UMC)</li> </ul>	Mediante solicitação das SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), em acordo com o Plano de Ação
PO 02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, com base em: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) grandes imóveis com processo de fiscalização em aberto</li> <li>b) imóveis com matrícula bloqueada/cancelada por decisão judicial prioridade para imóveis no MATOPIBA, em Minas Gerais e Amazônia Legal.</li> <li>d) Ação de fiscalização do Cadastro Rural, da rotina das SRs</li> </ul>	Mediante programação (municípios e numero de imóveis), a ser definida pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
<b>210U</b>	<b>Organização da estrutura fundiária</b>	
PO 09 - Regularização Fundiária - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, considerando os seguintes critérios de prioridade: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Atendimento de convênios vigentes</li> <li>ii) Recursos de campo para acompanhamento/fiscalização dos convênios</li> <li>iii) Realização de Regularização Fundiária por execução direta pela SR</li> </ul>	Mediante as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Cronograma de desembolso das parcelas dos convênios</li> <li>ii) Cronograma de acompanhamento/fiscalização a ser encaminhado pelas SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)</li> <li>iii) Mediante apresentação de proposta detalhada de execução direta pela SR.</li> </ul>

PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação da SR           <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Georreferenciamento e demarcação de perímetro de imóveis rurais, declarado no Plano de Metas das SR;</li> <li>b) Atendimento às SR que necessitam de apoio para finalização dos passivos de certificação;</li> </ul> </li> <li>ii) Fiscalização de serviços de georreferenciamento executados em interesse do INCRA;</li> <li>iii) Apoio a ações de certificação executadas nos Comitês de Certificação que requeiram fiscalização;</li> <li>iv) Manutenção do funcionamento da RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GNSS;</li> <li>v) Reserva técnica na Sede para inovações tecnológicas, capacitação e georreferenciamento de terras públicas federais.</li> </ul>	Programação a ser definida pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF).
PO 0B - Regularização Fundiária - Gestão de Terras Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Proporcional à meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustada pela Sede em negociação com as equipes regionais, para arrecadação de terras públicas e destinação para unidades de conservação federais.</li> <li>ii) Reserva técnica na Sede para novas demandas.</li> </ul>	Mediante apresentação de projeto de execução pela SR à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF)
PO 0C - Regularização Fundiária - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Créditos orçamentários centralizados na Sede para manutenção do SNCR, desenvolvimento da declaração eletrônica de propriedade e desenvolvimento do CNIR.	Não se aplica.

Programa / Ação / Plano Orçamentário	Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>		
<b>211B Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</b>		
PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais p/Reforma Agrária	Créditos orçamentários centralizados na Sede para atendimento a decisões judiciais, respeitando o estabelecido na Portaria Conjunta PGF/INCRA nº 21/2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Mediante atendimento ao comando judicial</li> </ul>

PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis p/ Refofma Agrária	Considerou a proposta das SR, ajustando a meta física da SR de MS cujo lançamento estava equivocado e adequando proporcionalmente os limites orçamentários ao teto da LOA 2014. Embora tenha solicitado a separação dos valores de Benfeitorias e terra nua, para elaboração do quadro considerou-se o valor total dos imóveis.	i) Emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA) ii) Indenização de befeitorias.
211A	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	
PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	<p>Os ajustes nas metas, considerou:</p> <p><b>Despesas Correntes:</b></p> <p>i) 60 % do recurso para as Superintendências Regionais situadas na Amazônia Legal integrantes do Programa Assentamentos Verdes – PAV, e para o atendimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal (TC-MPF) em 08/08/2013, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas da SR em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SRs.</p> <p>ii) 40 % para as demais SRs e Sede. Considerou-se, respectivamente para cada SR, a consistência das metas físicas previstas nos Planos de Metas, a execução realizada em 2013, e, o atendimento de demandas devidamente programadas ou decorrentes de exercício anterior, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SRs.</p> <p><b>Despesas de Capital:</b></p> <p>Foram atendidas as demandas apresentadas, respectivamente, nos Planos de Metas;</p> <p>Reserva técnica na sede para atender:</p> <p><b>Despesas Correntes</b></p> <p>i) ações de adesão ao PRA;</p> <p>ii) demandas para realização do monitoramento e controle da utilização de recursos naturais;</p> <p>iii) despesas com a realização de eventos específicos de treinamento/capacitação;</p> <p>iv) despesas com o acompanhamento da execução das atividades de Regularização Ambiental;</p> <p><b>Despesas de Capital</b></p> <p>ações de adesão ao PRA;</p>	<p>Descentralização, para cada SR, de 100% (cem por cento) dos limites contidos nos respectivos Planos de Metas revisados pela DTM;</p> <p>Observação: as execuções dos respectivos limites e realização das correspondentes metas físicas serão periodicamente monitorados pela DTM e, se necessário, redirecionados para outras unidades com demandas e capacidade de execução.</p>
211A	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	

PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	<p>Os ajustes nas metas, considerou:</p> <p><b>Despesas Correntes:</b></p> <p>a) Superintendências situadas na Amazônia Legal: para a distribuição dos limites da LOA, considerou-se, para cada SR da região, a consistência das ações previstas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) no Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos na Amazônia Legal – PPCADI 2014, integrante do Programa Assentamentos Verdes – PAV, e</li> <li>(ii) para o atendimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal (TC-MPF) em 08/08/2013, procedendo-se a adequação (meta física e limites orçamentários) no Plano de Metas da SR em consonância com o montante do recurso compreendido no limite (LOA) e a sua divisão com a totalidade das SR.</li> </ul> <p>b) Demais SR: para a distribuição, considerou-se, respectivamente para cada SR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) a consistência das metas físicas previstas nos Planos de Metas,</li> <li>(ii) a execução realizada em 2013, e,</li> <li>(iii) o atendimento de demandas devidamente programadas ou decorrentes de exercício anterior,</li> </ul>	<p>Descentralização, para cada SR, de 100% (cem por cento) dos limites contidos nos respectivos Planos de Metas revisados pela DTM;</p> <p>Observação: as execuções dos respectivos limites e realização das correspondentes metas físicas serão periodicamente monitorados pela DTM e, se necessário, redirecionados para outras unidades com demandas e capacidade de execução.</p>



PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	<p><b>Busca Ativa:</b> Considerou a proposta das SR, ajustando em alguns casos a conclusão integral das metas em 2014.</p> <p><b>Homologação de famílias:</b> Para definição da capacidade de assentamento de cada SR, considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) os processos de obtenção onerosa das fases de ajuizamento até imissão na posse sem criação do PA;</li> <li>ii) as vagas em PA criados de 2011 a 2013 e a meta complementar histórica no período de 2011 a 2013, que consiste nas RB geradas em projetos com ano de criação superior a 3 anos do exercício considerado.</li> </ul> <p>A totalização dos três critérios foi confrontada com a proposta das SR. A proposta da SR maior que a capacidade potencial, foi mantida. Caso contrário foi feita a média simples entre a proposta declarada e a capacidade potencial.</p>	Mediante programação detalhada (município, acampamento/imóvel/PA, número de famílias) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT, priorizando: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) imóveis em fase de criação do projeto de assentamento</li> <li>b) programação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNTR)</li> </ul>
<b>211A</b>	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	
PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	<p>Os ajustes nas metas de vistoria de imóveis, considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Ajuste proporcional da meta física declarada pelas SR no Plano de Metas para adequação ao teto de 750 mil hectares, considerada a série histórica de execução;</li> <li>ii) Reserva técnica na Sede, a ser distribuída para complementação da meta de vistoria, realização de forças-tarefas e pagamento de perícia judicial.</li> <li>iii) Ajustes pontuais no quantitativo de imóveis da atividade de elaboração de cadeia dominial em virtude de haver informação de hectares e não ter o equivalente número de imóveis;</li> <li>iv) Foi retirada atividade de alimentação o banco de dados do mercado de terras tendo em vista que os números apresentados revelaram relativa incompreensão da demanda.</li> </ul>	<p><b>Vistoria:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Descentralização inicial no valor máximo de R\$ 250 mil por SR, mediante a remessa à DT das ordens de serviço, relativas as equipes de vistoria;</li> <li>ii) As de mais descentralizações após a aprovação de contas da Ordem de Serviço e mediante programação detalhada (imóvel, área, município) a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT.</li> </ul> <p><b>Perícia Judicial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Descentralização mediante apresentação de demanda pela Procuradoria Federal Especializada à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT.</li> </ul>

Programa / Ação / Plano Orçamentário	Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2012 - AGRICULTURA FAMILIAR</b>		
210S	<p><b>Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária</b></p> <p>PO 01 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Incra</p>	<p>Créditos orçamentários centralizados na Sede</p> <p>Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.</p>

PO 02 - Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária	Os ajustes nas metas, considerou: i) Garantir a continuidade dos contratos firmados assim como a renovação dos mesmos; ii) Ampliar o nº de famílias atendidas prioritariamente nas Superintendências onde não há contratos firmados assim como no semi-árido brasileiro; iii) Novas chamadas de ATES elaboradas em qualquer Superintendência Regional do INCRA.	i) provisão total dos valores referentes aos contratos firmados de ATES ii) atendimento às prioridades definidas no quadro de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários
PO 03 - Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária		
PO 04 - Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária		

#### 2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

211A	Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	
	PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Os ajustes nas metas, considerou: i) A meta física declarada nos Planos de Ação das SR, ajustando as descentralizações já feitas com as alocações já previstas ii) Custo unitário de R\$ 175,00 por lote supervisionado; iii) Reserva técnica na Sede para demandas emergenciais.  Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.
	PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assent. da Reforma Agrária	Os ajustes nas metas, considerou: i) Supervisão e fiscalização da concessão das modalidades do crédito instalação, estabelecidas na IN/79/12 e MP/636/13 (Crédito antigo e Crédito novo CI - LOA) ii) Aplicação dos recursos financeiros do Crédito Instalação restabelecidos para as contas correntes bloqueadas das associações/representações - Portaria 352, de 18 de junho de 2013  Mediante demanda de cada SR, contendo os nomes dos PA a serem supervisionados/fiscalizados
	PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Os ajustes nas metas, considerou as parcerias em execução e a serem executados com projetos já aprovados pela Sede.  Mediante cronograma de desembolso encaminhado pelas SR e apreciação pela SEDE.

PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.	
<b>211A</b>	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>		
PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Os ajustes nas metas, considerou as parcerias em execução e a serem executados com projetos já aprovados pela Sede.	Mediante cronograma de desembolso encaminhado pelas SR e apreciação pela SEDE.	
	PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Créditos orçamentários centralizados na Sede	Mediante programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas SR.
<b>210T</b>	<b>Promoção da educação no campo</b>		
PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	Os ajustes nas metas, considerou: i) Face a dotação orçamentária existente foram priorizadas as parcerias em execução; ii) os montantes lançados por SR condiz com o somatório de recursos dos convênios e termos de cooperação, tendo em vista que o acompanhamento e fiscalização ocorre sob a responsabilidade das Regionais.	Mediante cronograma de desembolso constante nas propostas. A descentralização é realizada em conformidade com o encaminhamento da solicitação da SR e no caso de Termo de Cooperação quando da chegada do processo a Sede depois das análises técnicas.	
	PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assist. Técnica, Pedagógica e Social	Créditos orçamentários centralizados na Sede, pois as parcerias com o CNPq, IPEA e Santa Maria estão sob responsabilidade direta da DDE. Houve algumas descentralizações para acompanhamentos que foram solicitados a Regional	Mediante cronograma de execução dos Termos de Cooperação IPEA, CNPq e UFSM
	PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior p/ a Reforma Agrária	Os ajustes nas metas, considerou: i) Face a dotação orçamentária existente foram priorizadas as parcerias em execução; ii) os montantes lançados por SR condiz com o somatório de recursos dos convênios e termos de cooperação, tendo em vista que o acompanhamento e fiscalização ocorre sob a responsabilidade das Regionais.	Mediante cronograma de desembolso constante nas propostas. A descentralização é realizada em conformidade com o encaminhamento da solicitação da SR e no caso de Termo de Cooperação quando da chegada do processo a Sede depois das análises técnicas.

**2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA**

0427	Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	<p>Os ajustes nas metas, considerou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial - operação I e II às famílias assentadas (LOA), que não receberam Modalidade Apoio Inicial estabelecido pela IN/79/12</li> <li>ii) Conceder crédito instalação, modalidade fomento - operação I e II, às famílias assentadas (LOA), que não tenham recebido nenhuma modalidade de fomento estabelecido pela IN/79/12</li> <li>iii) Conceder crédito instalação, modalidade fomento - operação II, às famílias assentadas (LOA), que tenham recebido uma modalidade de fomento estabelecido pela IN/79/12</li> <li>iv) Conceder/ampliar a participação das mulheres no crédito fomento (LOA), que não tenham recebido modalidade apoio mulher, previsto na IN/79/12</li> </ul>	<p>Mediante demanda da SR quanto: a) beneficiário que não acessou nenhuma modalidade de apoio inicial; b) beneficiário que acessou nenhuma modalidade fomento; c) beneficiário que tenha recebido uma modalidade de fomento; d) beneficiária que não acessou modalidade apoio mulher</p>

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (quadros de metas)	Critérios para PROVISÃO DE LIMITES ORÇAMENTÁRIOS (descentralização)
<b>2120 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>			
2000	Administração da unidade		
	PO 01 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	<p>i) Proporcional às metas físicas declaradas nos planos de ação das SR, ajustadas pela Sede, com base nos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) quantidade de servidores capacitados em anos anteriores</li> <li>b) Utilizar a meta de capacitação de 20% referente ao quantitativo de servidores por regional e Sede; (Para calcular a meta até 31 de agosto, utilizamos o critério do proporcional ao que estava definido anteriormente. Por exemplo, uma SR havia definido como meta 65 capacitações, prevendo realizar 40 até final de agosto. Pegamos a mesma relação de proporcionalidade utilizada anteriormente e aplicamos na nossa proposta. Para as duas SR que não haviam calculado metas até final de agosto, estabeleceu a meta de 50% do total. Mativemos Anapu/Altamira com meta zero, sua meta está contida na meta de Santarém.)</li> <li>ii) Custo unitário de oportunidade de capacitação: R\$ 2.000,00SR Amazônia Legal e R\$ 1.500,00 demais SR;</li> <li>iii) Reserva técnica na Sede para eventos institucionais promovidos pelas unidades organizacionais do INCRA (Superintendências, Diretorias e presidência).</li> </ul>	<p>Mediante programação a ser encaminhada pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa (DA)</p>

PO 02 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	<p><b>Despesas correntes:</b> Créditos orçamentários centralizados na Sede para eventos e atividades do Gabinete da Presidência, Auditoria, Procuradoria Federal Especializada, Comissão de Ética, comissões de procedimentos disciplinares, Comunicação Social e Diretoria de Gestão Estratégica (DE), incluindo serviços da área de Tecnologia da Informação (DET).</p> <p><b>Despesas de capital:</b> Créditos orçamentários centralizados na Sede para aquisição de equipamentos de TI e desenvolvimento de sistemas. Créditos orçamentários distribuídos entre as SR para melhoria da estrutura física (construção, reforma e mobiliário), considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obras de acessibilidade;</li> <li>b) Obras inacabadas em fase de término;</li> <li>c) Projetos básicos e executivos já elaborados;</li> <li>d) Mobiliário para instalação dos novos servidores nomeados.</li> </ul>	<p><b>Despesas correntes:</b> Programação a ser definida pelas unidades responsáveis, quando aplicável.</p> <p><b>Despesas de capital:</b> <b>DE/DET</b> - Equipamentos de TI: planejamento de aquisição de equipamentos elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DE)/DET, considerando os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) nº de servidores e colaboradores</li> <li>b) quantidade de máquinas existentes e quantidade de máquinas adquiridas nos últimos três anos (garantia).</li> </ul> <p><b>DA</b> - Estrutura física: mediante apresentação de projeto básico/projeto executivo de construção e reforma pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa - DA.</p>
PO 03 - Administração da Unidade	<p><b>Despesas correntes:</b> i) Cronograma de desembolso de contratos administrativos declarado pela SR ii) Reserva técnica para ajustes</p> <p><b>Despesas de capital:</b> Créditos orçamentários distribuídos entre as SR para melhoria da estrutura física (construção, reforma e mobiliário), considerando os seguintes critérios de prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obras de acessibilidade;</li> <li>b) Obras inacabadas em fase de término;</li> <li>c) Projetos básicos e executivos elaborados;</li> <li>d) Mobiliário para instalação dos servidores nomeados.</li> </ul>	<p><b>Despesas correntes:</b> Conforme cronograma mensal de despesas dos contratos administrativos continuados da SR.</p> <p><b>Despesas de capital:</b> Mediante apresentação de projeto básico/projeto executivo de construção e reforma pelas SR à Diretoria de Gestão Administrativa - DA.</p>

A terceira e última versão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015 foi divulgada em 18 de novembro de 2014 e fez uma revisão da distribuição de créditos orçamentários e das metas físicas para as Superintendências Regionais, obedecendo aos seguintes critérios:

Programa / Ação / Plano Orçamentário	Critérios para REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS METAS FÍSICAS (quadros de metas)
<b>2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b>	
<b>210Z- Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas</b>	
PO 03 - Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas p/ as Comunidades Quilombolas	Valores das metas físicas e limites orçamentários que estavam em reserva técnica foram detalhados na planilha conforme provisão já realizada até o dia 31/08/2014.

<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>	
<b>2105</b>	<b>Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural</b>
	<p>PO 01 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural</p> <p>PO 02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural</p>
<b>210U</b>	<b>Organização da estrutura fundiária</b>
	<p>PO 09 - Regularização Fundiária - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais</p> <p>PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional</p> <p>PO 0B - Regularização Fundiária - Gestão de Terras Públicas</p>

PO 0C - Regularização Fundiária - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Recurso orçamentário centralizado na Sede.
--	--

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMÉNTARIOS E DAS METAS FÍSICAS (quadros de metas)
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>		
<b>211B</b>	<b>Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</b>	
PO 01 - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais p/Reforma Agrária	Recursos orçamentários centralizados na Sede	
PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis p/ Reforma Agrária	1 - Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária ao empenho de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. 3 - Meta física inserida de acordo com a realizada e que consta nos processos de obtenção.	
PO 03 - Pagamento de Indenização Inicial Obtenção de Imóveis Rurais Adjudicados pela Fazenda Pública	Recursos orçamentários centralizados na Sede	
<b>211A</b>	<b>Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>	
PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber) 3 - O ajuste da meta física foi realizada corrigindo erros de origem.	
PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber) 3 - O ajuste da meta física segue a proporcionalidade do limite orçamentário proposto. (RN, PR E GO não teve ajuste de meta física, pois receberam orçamento para complementar a execução) 4- Recurso centralizado na sede para atender TCTcom Lavras.	
PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber) 3 - As metas físicas não foram alteradas.	

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS METAS FÍSICAS (quadros de metas)
PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais		<p>1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível;</p> <p>2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber)</p> <p>3 - O ajuste da meta física de estudo de cadeia dominial segue a proporcionalidade do limite orçamentário proposto, não houve alteração na meta física de vistoria de imóveis.</p>

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS METAS FÍSICAS (quadros de metas)	
<b>2012 - AGRICULTURA FAMILIAR</b>			
210S	Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária		
PO 01 - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Incra		1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 -Distribuição da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. 3 - Distribuição da meta física de acordo com custo definido pela área responsável.	
PO 02 - Brasil Sem Miséria - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária		1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 -Distribuição da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. 3 - Distribuição da meta física, observando SR por SR, as famílias efetivamente atendidas com ATES.	
PO 03 - Assistência Técnica e Extensão Rural p/ Reforma Agrária			
PO 04 - Territórios da Cidadania - Assistência Téc. E Extensão Rural p/ Ref. Agrária			
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>			
211A	Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais		
PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento		1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber). Nas superintendências dos Estados da BA,SP, SC, RS, RN, AP, PI E MB, foram realizados ajustes pontuais no orçamento. 3 - O ajuste da meta física segue a proporcionalidade do limite orçamentário proposto.	

PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assent. da Reforma Agrária	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber) 3 - O ajuste da meta física segue a proporcionalidade do limite orçamentário proposto.	
PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 - Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. (Análise: aquelas SR's que já receberam além do limite do Decreto, ficam com o teto definido. A diferença será ajustado proporcionalmente nas outras SR's que ainda têm recursos a receber) 3 - O ajuste da meta física segue a proporcionalidade do limite orçamentário proposto.	
PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 -Distribuição da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. 3 - Distribuição da meta física de acordo com custo da ação.	
<b>211A Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais</b>		
PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	1–Valores já provisionados até o dia 31 de agosto de 2014, verificando, caso a caso, as SR que tinham valores provisionados para chamadas públicas. A diferença foi alocada no orçamento de obras contratadas. 2-As metas físicas foram calculadas proporcionalmente aos limites disponibilizados. 3-As metas de "nº famílias em RB enviadas às Entidades Organizadoras" e "nº famílias com projeto entregue nos bancos" não foram alteradas.	
PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	1-Ajuste da meta orçamentária ao limite disponível; 2 -Distribuição da meta orçamentária à provisão de recursos até a data de 31 de agosto de 2014. 3 - Distribuição da meta física de acordo com custo da ação.	
<b>210T Promoção da educação no campo</b>		
PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	1-Foi ajustada a meta dos Estados de RR e TO, pois não temos projetos aprovados que deverão ser implantados em 2015. E também não há nenhuma articulação nos Estados para apresentação de projetos de EJA. 2-Os ajustes foram realizados considerando a execução dos cursos em vigência, os repasses para liquidação de parcelas de convênios, termos de cooperação e para acompanhamento e fiscalização das parcerias.	
PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assist. Técnica, Pedagógica e Social	1 - Recursos centralizado na sede para pagamento de parcelas das parcerias entre o INCRA/CNPq e o INCRA e IPEA. Além de liberação de recursos para os seguradores participarem de oficinas, reuniões de acompanhamento e fiscalização.	
PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior p/ a Reforma Agrária	1) Foram ajustados os valores e metas físicas conforme alterações realizadas nos convênios ou termos de cooperação em vigência. 2) Lançamento de Meta física e orçamento nas SR do PR, MA, MT, PB e RN, pois houve implantação de projetos que estavam em tramitação desde 2013.	
<b>2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>		
0427	Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	Não houve revisão do quadro, permanecendo a mesma distribuição.

Programa / Ação / Plano Orçamentário		Critérios para REVISÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS METAS FÍSICAS (quadros de metas)
<b>2120 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>		
<b>2000</b>	<b>Administração da unidade</b>	
	PO 01 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Ajuste no recurso orçamentário das SR, retirando a diferença do recurso da sede. Não mudam as outras metas.
	PO 02 - Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos retirando a diferença dos recursos disponíveis na sede. As metas físicas não sofreram alterações.
	PO 03 - Administração da Unidade	Ajuste da meta orçamentária à provisão de recursos retirando a diferença dos recursos disponíveis na sede. As metas físicas não sofreram alterações.

O quadro 8 traz um consolidado da programação e execução orçamentária e financeira 2014 da Superintendência Regional do Incra na Bahia, conforme a última versão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015.

Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira.

Ação Orçamentária	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadas	Valores Pagos
210Z - Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	907.629	1.015.832	1.009.892	562.407	504.591
2105 - Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	57.006	55.536	48.053	48.053	42.840
0427 - Concessão de crédito instalação às famílias assentadas	0	0	0	0	0
210S - Assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária	20.787.826	15.337.980	15.329.053	3.625.213	2.417.948
210T - Promoção da educação no campo	1.201.848	499.185	497.665	496.634	495.350
210U - Organização da estrutura fundiária	141.938	58.451	56.944	56.024	53.824
211A - Desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais	8.420.847	17.026.374	16.905.132	7.956.788	288.282
211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	7.942.109	796.937	796.937	771.371	288.282
2000 - Administração da unidade	5.422.548	8.130.709	8.102.205	7.522.531	5.885.896

Como podemos observar, o empenho dos recursos orçamentários foi praticamente total, entretanto a não liquidação completa, e a consequente necessidade de inscrição em restos a pagar, dentre outras coisas, foram resultado da baixa execução física da Ação, atraso de fornecedores e serviços contratados, do próprio cronograma de pagamentos, etc. Não identificamos fatores intervenientes externos que tivesse exercido reflexo na movimentação financeira.

O item 3 deste relatório abordará com maior detalhamento esta questão, fazendo um paralelo com a sua respectiva execução física e trazendo uma análise crítica sobre a gestão orçamentária da Regional.

### **2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão**

Neste item, vamos abordar aspectos administrativos da gestão, abordando a estrutura administrativa e ações que dão suporte à execução finalística da Regional.

#### **Contratos**

No ano de 2014 esta Regional geriu 63 contratos, sendo 34,92 % de **contratos de serviços administrativos**, 9,52% de **terceirizados**, 9,52% **áreas-fins**, 23,80% pertencentes ao setor de **Engenharia** e 22,22% de **Serviços**, que estão dentro do percentual conforme Lei 8.666/93, sendo dispensável contrato, substituído pela emissão de Nota de Empenho, no valor total de cada serviço.

O percentual supracitado corresponde ao quantitativo abaixo:

Tipo	Administrativo	Áreas Fins	Terceirização	Engenharia	Serviços
Quantidade	22	06	06	15	14

O valor anual dos contratos do setor de Engenharia é de R\$ 16.367.089,85 e embora a Divisão de Administração realize as licitações, o controle e responsabilidade da gerência dos contratos fica a cargo da Divisão de Desenvolvimento.

Abaixo segue quadro comparativo dos gastos anuais dos anos 2013 e 2014, respectivamente:

<b>DESPESAS</b>	<b>PAGAMENTO TOTAL ANUAL DE 2013</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>1.611.190,93</b>
<b>AREAS FINS</b>	<b>2.272.402,81</b>
<b>CONTRATOS TERCEIRIZADOS</b>	<b>3.350.021,74</b>

<b>DESPESAS</b>	<b>PAGAMENTO TOTAL ANUAL DE 2014</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>3.609.446,61</b>
<b>AREAS FINS</b>	<b>2.401.890,01</b>
<b>CONTRATOS TERCEIRIZADOS</b>	<b>4.788.453,86</b>

Os contratos de terceirizados tiveram aumento de R\$ 1.438.432,12 em relação ao ano anterior, devido à abertura de novos postos de trabalho em virtude da diminuição do quadro efetivo, oriundas de aposentadorias, remoção de servidores, entre outros, resultando na necessidade de aumento no quadro de pessoal de Apoio Administrativo para suprir a carência de servidores.

Em relação as despesas da Administração, cujo aumento foi de R\$ 1.998.255,68 em relação ao ano anterior, deve-se pela assinatura de contrato firmado em janeiro de 2014, entre o Incra/Ba e a COOTEBA e FUNDEF, resultado do chamamento público de ATER, realizado em dezembro de 2013.

Tendo em vista a necessidade de incluir neste Relatório informações precisas, a fim de proporcionar transparência, segue quadro abaixo contendo percentuais de acréscimo e decréscimo, correspondente aos pagamentos efetuados em 2014 em comparação a 2013.

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA												
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014							
ADMINISTRAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO							
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014		
A E P COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	339039	SERV.DE CHAVEIRO E AQUIS. DE CARIMBOS	R\$ 6.970,00	R\$ 4.747,00	A E P COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	339039	SERV.DE CHAVEIRO E AQUIS. DE CARIMBOS	R\$ 6.970,00	R\$ 4.075,00	-14,16%		
COELBA (SEDE)	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	R\$ 313.479,62	R\$ 211.815,75	COELBA(SEDE)	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	R\$ 306.988,75	R\$ 237.610,24	12,18%		
COELBA U.A- OESTE	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	-	R\$ 8.081,69	COELBA(LAPA)	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	-	R\$ 7.026,20	-13,06%		
COELBA U.A- SUL	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	-	R\$ 4.013,36	COELBA(ITABU NA)	339039	SERV. DE FORNEC. DE ENERGIA ELETRICA	-	R\$ 3.860,72	-3,80%		
COLD	339039	MANUT. PREV. E CORRT. SISTEMA AR CONDICIONADO	R\$ 172.000,00	R\$ 131.645,04	COLD	339039	MANUT. PREV. E CORRT. SIS. AR CONDICIONA DO	R\$ 172.000,00	R\$ 163.144,47	23,93%		
CORREIOS	339039	SERVIÇO DE MALOTE	R\$ 20.000,00	R\$ 4.320,60	CORREIOS	339039	SERVIÇO DE MALOTE	R\$ 4.641,97	R\$ 3.334,34	-22,83%		

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA											
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014						
ADMINISTRAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO						
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014	
EMBASA	339039	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	R\$ 187.318,18	R\$ 199.539,68	EMBASA	339039	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	R\$ 249.424,60	R\$ 250.007,50	25,29%	
ESCRITA	339039	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	R\$ 97.400,00	R\$ 65.983,69	ESCRITA/LOCOPIA – LOTE 2	339039	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	R\$ 97.400,00 / R\$ 85.800,60	R\$ 42.058,02	-36,26%	
GENERAL SECURITY	339039	SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRONICO	R\$ 249.999,90	R\$ 176.866,68	GENERAL SECURITY	339039	SERV. MONITORAMENTO ELETR.	R\$ 249.999,90	R\$ 176.866,68	0,00%	
HEITOR BATISTA	339036	LOC. IMÓVEL UNID. AV. BOM JESUS DA LAPA-BA	R\$ 33.600,00	R\$ 33.600,00	HEITOR MAGALHÃES	339036	LOC. IMÓVEL UNID. AV. B.J. LAPA-BA	R\$ 33.600,00	R\$ 28.000,00	-16,67%	
J2 TELEINFORMÁTICA LTDA	339039	MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFONICA	R\$ 7.980,00	R\$ 7.980,00	J2 TELEINFORMÁTICA	339039	MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFONICA	R\$ 7.980,00	R\$ 8.255,00	3,45%	
MÓDULO ELEVADORES	339039	MANUTENÇÃO PREVENTIVA CORRETIVA E DO ELEVADOR	R\$ 6.800,00	R\$ 3.583,31	MÓDULO ELEVADORES	339039	MAN. PREV. COR. DO ELEVADOR	R\$ 6.800,00	R\$ 6.454,00	80,11%	
OPTIMATE SISTEMA ELETRONICOS	339039	SERV. AC. INTERNET UNID. AV. B. J.LAPA E ITAB.-BA	R\$ 102.000,00	R\$ 102.000,00	OPTIMATE SISTEMAS ELETRÔNICOS	339039	SERV. AC. INTERNET UNID. AV. B. J.LAPA E ITAB.-BA	R\$ 102.000,00	R\$ 91.516,68	-10,28%	

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA										
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014					
ADMINISTRAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO					
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014
PARQUE PUBLICITÁRIO LTDA – ME	339039	ASSINATURA DE JORNAL CORREIO DA BAHIA	R\$ 940,00	R\$ 940,00	PARQUE PUBLICAÇÃO LTDA	339039	ASSINATURA DE JORNAL CORREIO DA BAHIA	R\$ 940,00	R\$ 940,00	0,00%
RADIONET	339039	SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR	R\$ 90.000,00	R\$ 81.000,00	RADIONET	339039	SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR	R\$ 106.000,00	R\$ 76.256,09	-5,86%
SAAE	39039	3 SERV. DE ABAST. AGUA UND. AV. B.J. LAPA-BA	R\$ 525,68	R\$ 525,68	SAAE – BOM JESUS DA LAPA	39039	3 SERV. DE ABAST. AGUA UND. AV. B.J. LAPA-BA	R\$ 612,91	R\$ 521,11	-0,87%
SIMPRESS	339039	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	R\$ 65.388,00	R\$ 63.025,97	SIMPRESS/LOC OPIA – LOTE 1	339039	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	R\$ 65.388,00 / R\$ 21.158,40	R\$ 47.192,28	-25,12%
TELEMAR SEDE (3505-5300)	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA SEDE	R\$ 476.788,26	R\$ 61.811,73	TELEMAR SEDE(3505-5300)	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA SEDE	R\$ 476.788,26	R\$ 153.251,70	147,93%
TELEMAR SUL/LAPA (420-0206)	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA UNIDADES AVANÇADAS	R\$ 175.467,60	R\$ 22.104,22	TELEMAR UA'S(420-0206)	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA SEDE	R\$ 196.188,46	R\$ 24.400,42	10,39%
VIVO	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA MOVEL	R\$ 32.954,40	R\$ 40.557,91	VIVO	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA MOVEL	R\$ 32.954,40 / R\$ 26.480,37		-34,71%

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA													
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014								
ADMINISTRAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO								
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014			
PERCENTUAL COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014 DAS EMPRESAS SIMILARES ----->>>>													
B. S. SILVA EPP	339039	SERVIÇO DE LAVAGEM TANQUE	DE R\$ 1.020,00	R\$ 1.020,00	ALFA SEGURADORA	339039	SEGURO PREDIAL	R\$ 4.094,11	R\$ 4.094,11	-			
EMBRATEL VIP LINE	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA SEDE	R\$ 105.146,37	R\$ 32.028,08	BAHIAPORT PRODUÇÕES	339039	LOCAÇÃO DE TOLDOS STANDS	R\$ 79.910,00	R\$ 79.910,00	-			
INSETILAR LTDA	339039	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO/DEDETIZAÇÃO	DE R\$ 4.680,00	R\$ 4.680,00	COOTEBA CRT 17/2013	339039	SERV. ASSES. TÉC.SOC. AMB. RURAL	R\$ 2.031.709,02	R\$ 254.093,60	-			
NORTESUL ENGENHARIA LTDA	339039	SERVIÇO DIVISORIAS	DE R\$ 17.601,65	R\$ 17.601,65	COOTEBA CRT 18/2013	339039	SERV. ASSES. TÉC.SOC. AMB. RURAL	R\$ 2.313.043,29	R\$ 325.231,44	-			
PEOPLE PRODUÇÕES LTDA	339039	SERVIÇO ORGANIZAÇÃO EVENTOS	DE R\$ 565.141,00	R\$ 328.109,02	COOTEBA CRT 20/2013	339039	SERV. ASSES. TÉC.SOC. AMB. RURAL	R\$ 1.007.583,69	R\$ 153.508,55	-			
SEI SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA EPP	339039	SERVIÇO MANUTENÇÃO SUBESTAÇÃO ENERGIA	DE R\$ 1.414,00	R\$ 1.414,00	EMASA	339039	SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 10.041,74	R\$ 4.561,43	-			
TELEMAR	339039	SERVIÇO	DE R\$ 534,98	R\$ 534,98	FUNDESF CRT	339039	SERV. ASSES.	R\$	R\$	-			

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA													
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014								
ADMINISTRAÇÃO					ADMINISTRAÇÃO								
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014			
BARREIRAS		TELEFONIA FIXA UNIDADES AVANÇADAS			16/2013		TÉC.SOC. AMB. RURAL	1.353.743,87	416.306,47				
TELEMAR ITAMARAJU	339039	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA UNIDADES AVANÇADAS	R\$ 1.660,89	R\$ 1.660,89	FUNDESF CRT 19/2013	339039	SERV. ASSES. TÉC.SOC. AMB. RURAL	R\$ 2.629.800,27	R\$ 1.015.825,49	-			
					JT COMÉRCIO DE JORNAIS E REVISTAS	339039	RENOVAÇÃO ASS. JORNAL A TARDE	R\$ 1.964,70	R\$ 1.964,70	-			
					SAARA LOCAÇÃO DE TENDAS LTDA	339039	LOCAÇÃO DE TOLDOS STANDS	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00	-			
TOTAL					R\$ 1.611.190,93	TOTAL				R\$ 3.609.446,61			
TOTAL 2013		R\$ 1.611.190,93			TOTAL 2014		R\$ 3.609.446,61			124,02%			
PERCENTUAL COMPARATIVO TOTAL DAS EMPRESAS CONTRATADAS COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014 ----->>>>													

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA												
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014							
AREAS FINS				AREAS FINS								
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014		
BAHIA TRIB. JUSTIÇA	339039	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA JUSTIÇA	R\$ 14.100,00	R\$ 11.280,00	BAHIA TRIB. JUSTIÇA DAJE	339039	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA JUSTIÇA	R\$ 14.100,00	R\$ 5.290,00	-53,10%		
CREA	339039	ANOT. RESP. TEC. ENGENHEIROS DO INCRA/BA	R\$ 1.935,00	R\$ 1.935,00	CREA	339039	ANOT. RESP. TEC. ENGENHEIROS DO INCRA/BA	R\$ 2.475,00	R\$ 1.227,64	-36,56%		
EBC	339139	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO	R\$ 283.390,86	R\$ 189.898,87	EBC	339139	PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO	R\$ 283.390,86	R\$ 148.949,64	-21,56%		
EGBA D.O.E	339039	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO ESTADO	R\$ 10.401,63	R\$ 8.321,30	EGBA - D.O.E	339039	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO ESTADO	R\$ 10.401,63	R\$ 7.204,20	-13,42%		
GESTEIRA FERREIRA E CIA	339030	MAN. PREV. COR. VEICULOS	R\$ 859.401,60	R\$ 278.904,63	GESTEIRA FERREIRA CIA	339030	MAN. PREV. COR. VEICULOS	R\$ 859.401,60	R\$ 236.254,56	-15,29%		
IMPRENSA NACIONAL	339139	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIAO	R\$ 33.596,79	R\$ 29.641,10	IMPRENSA NACIONAL	339139	PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DA UNIAO	R\$ 33.596,79	R\$ 31.797,37	7,27%		
INEMA	339047	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$ 14,76	R\$ 14,76	INEMA	339047	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	R\$ 306,90	R\$ 306,90	1979,27%		
NUTRICASH	339039	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE CARTAO COMBUSTIVEL	R\$ 539.270,29	R\$ 328.606,98	NUTRICASH	339039	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE CARTAO COMBUSTIVEL	R\$ 491.875,47	R\$ 371.928,47	13,18%		

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA													
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014								
AREAS FINS					AREAS FINS								
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014			
P & TURISMO	P 339033	SERV. PAS.AEREA RODOVIARIA	FOR. E	R\$ 483.699,00	R\$ 300.456,04	P & TURISMO	P 39033	SERV. FOR. PAS.AEREA RODOVIARIA	R\$ 500.185,00	R\$ 262.870,78	-12,51%		
PERCENTUAL COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014 DAS EMPRESAS SIMILARES ----->>>>													
ENGENHARIA	339033	SERVIÇO LOCAÇÃO VEICULOS	DE DE	R\$ 3.949.999,99	R\$ 1.118.597,13	ALIANÇA (sede)	(339033	EMISSÃO PASSAGENS AÉREAS TERRESTRES	DE R\$ 4.200.401,30	R\$ 1.275.347,16	-		
						FERNANDES TEIXEIRA EDUCAÇÃO LTDA	339039	CAPACITAÇÃO	R\$ 2.577,00	R\$ 2.577,00	-		
						JOSEANE RASTELY BISPO	339039	SERVIÇO DE FORRO DE GESSO	R\$ 7.968,02	R\$ 7.968,02	-		
						PA ARQUIVO LTDA	339039	SERVIÇO DE MICROFILMAGEM	R\$ 166.200,00	R\$ 15.953,47	-		
						TURISMO PINHEIRO LTDA	339039	PASSAGENS	R\$ 7.992,00	R\$ 5.234,80	-		
						WALDIR ARAUJO CASTRO JUNIOR	DE 339039	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS.	R\$ 2.105.223,50	R\$ 28.980,00	-		

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA										
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014					
AREAS FINS					AREAS FINS					
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014
TOTAL			R\$ 2.272.402,81	TOTAL					R\$ 2.401.890,01	

TOTAL 2013	R\$ 2.272.402,81	TOTAL 2014	R\$ 2.401.890,01	
PERCENTUAL COMPARATIVO TOTAL DAS EMPRESAS CONTRATADAS COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014 ----->>>>				5,70%

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA										
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014					
TERCEIRIZAÇÃO					TERCEIRIZAÇÃO					
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2013
BAHIA SECURITY	339037	SERVIÇO DE VIGILANCIA	R\$ 439.200,00	R\$ 533.414,30	BAHIA SECURITY	339037	SERVIÇO DE VIGILANCIA	R\$ 439.200,00	R\$ 598.686,95	12,24%
BRASPE LIMPEZA	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 422.193,48	R\$ 427.360,89	BRASPE EMPREENDIMENTOS (LIMPEZA)	339037	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERV	R\$ 422.193,48	R\$ 508.767,90	19,05%

QUADRO DE RESUMO DOS CONTRATOS SR-05/BA													
CONTRATOS DA SR-05/2013					CONTRATOS DA SR-05/2014								
TERCEIRIZAÇÃO					TERCEIRIZAÇÃO								
EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2013	EMPRESAS	ND	OBJETO	VALOR CONTRATADO	VALOR ANUAL PAGO 2014	COMPARATIVO COM RELAÇÃO AO ANO DE 2013			
							AÇÃO						
BRASPE MOTORISTAS	339037	SERVIÇO DE CONDUTOR ES DE VEICULOS	R\$ 1.625.638,50	R\$ 890.485,86	BRASPE EMPREENDIMENTOS (CONDUTORES)	339037	SERVIÇO DE CONDUTORES DE VEICULOS	R\$ 1.625.638,50	R\$ 1.051.297,66	18,06%			
CONTACTO'S	339037	SERVIÇO DE SUPORTE TECNICO	R\$ 351.858,48	R\$ 372.577,14	CONTACTO'S REURSOS HUMANOS	339037	SERVIÇO DE SUPORTE TECNICO	R\$ 351.858,48	R\$ 485.074,65	30,19%			
CRETA ADMINISTRATIVO /CSC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	339037	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 838.510,32 / R\$ 1.920.512,88	R\$ 1.069.474,31	CSC TERCEIRIZAÇÃO	339037	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 1.920.512,88	R\$ 2.093.047,82	95,71%			
KATRE COPEIRAGEM/BRASPE/EXPRESS CLEAN	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	R\$ 49.000,00/R\$ 17.262,30/R\$ 50.997,12	R\$ 56.709,24	KATRE	339037	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	R\$ 49.000,00	R\$ 51.578,88	-9,05%			
<b>TOTAL</b>				R\$ 3.350.021,74	<b>TOTAL</b>				R\$ 4.788.453,86				
<b>TOTAL 2013</b>		R\$ 3.350.021,74			<b>TOTAL 2014</b>		R\$ 4.788.453,86						
PERCENTUAL COMPARATIVO TOTAL DAS EMPRESAS CONTRATADAS COM RELAÇÃO AO ANO DE 2014 ----->>>>										42,94%			

Quanto as aquisições e serviços realizados , vale ressaltar:

Aquisições:

- Aquisição de 04 fornos elétricos para atender o serviço de Copa por andar;
- Aquisição de 02 carros plataforma e 04 carros de protocolo para melhorar a execução do trabalho do setor de almoxarifado no transporte de material. Considerando que o setor de protocolo recepciona documentos e processos administrativos direcionados e pertencentes ao Órgão, distribuindo assim aos setores competentes;
- Aquisição de 05 veículos modelo caminhonete L.200, ano 2014/2015, para compor a frota de viaturas.

Serviços:

- Manutenção predial, incluindo pinturas gradiais, escada de incêndio, salas e corredores, aplicando textura, acabando com “mofos” e infiltrações. Pintura no setor de arquivos e recuperação dos passeios e pisos do estacionamento;
- Manutenções corretiva e preventiva na Rede Elétrica;
- Realização de Laudo Técnico de Rede Elétrica do prédio INCRA;
- Realização de avaliação de Bens e Imóveis, incluindo a Unidade Avançada de Itabuna, atendendo as recomendações do TCU;
- Lavagem de tanque;
- Podas das árvores e roçagem do terreno pertencente ao Incra.

## **TRANSPORTE**

A circunscrição de atuação desta regional é muito grande, e mesmo com a existência de duas Unidades Avançadas, os deslocamentos viários são expressivos.

Em 2014 houve a implantação do Núcleo Integrado Administrativo (NIA), um sistema que, entre outras coisas, nos permite acompanhar e controlar, os gastos mensais com cada viatura oficial da Regional, incluindo despesas com peças, reparos e

combustível. Com a implantação do NIA, o setor de transporte pôde confrontar as despesas mensais do exercício de 2013 e 2014, permitindo assim uma avaliação.

Comparação de gastos dos exercícios :

<b>RESUMO FINANCEIRO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO</b>	
<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>R\$ 290.640,09</b>	<b>R\$ 233.991,82</b>

O quadro operacional de 2014, apresenta o quantitativo de 50 veículos oficiais listados na conta contábil. A frota é composta de 35 pick-ups, 13 veículos leves, 01 ônibus, 01 Caminhão e 01 Van.

Das 35 pick-ups em uso, 13 delas são de modelo Ranger/ 2008, que em face das distâncias geográficas, assim como da má conservação das estradas, já se mostram antieconómicas, com elevando custo de manutenções realizadas nos dois últimos exercícios.

O contrato de locação abrange apenas 06 pick-ups, sendo que 02 foram disponibilizados para Unidade Avançada Sul e 03 disponibilizados para Unidade Avançada Oeste Baiano.

Segue planilha abaixo com exposição do quantitativo de frota do veículo :

<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
FORD/RANDER	JRV-0105	2008
FORD/RANDER	JRV-1665	2008
FORD/RANDER	JRV-4755	2008
FORD/RANDER	JRV-0527	2008
FORD/RANDER	JRV-0633	2008
FORD/RANDER	JRV-9824	2008

<i><b>MARCA</b></i>	<i><b>PLACA</b></i>	<i><b>MODELO</b></i>
FORD/RANDER	JRV-0266	2008
FORD/RANDER	JRV-4393	2008
FORD/RANDER	JRV-3609	2008
FORD/RANDER	JRV-9645	2008
FORD/RANDER	JRV-8966	2008
FORD/RANDER	JRV-1870	2008
FORD/RANDER	JRV-9280	2008

**RANGER : 13**

<i><b>MARCA</b></i>	<i><b>PLACA</b></i>	<i><b>MODELO</b></i>
L.200	NTK-5844	2010
L.200	NTK-1908	2010
L.200	NTK-6756	2010
L.200	NTK-5565	2010
L.200	NTK-8695	2010
L.200	NTK-2168	2010
L.200	NTK-6129	2010
L.200	NTK-4858	2010
L.200	NTK-3090	2010
<i><b>MARCA</b></i>	<i><b>PLACA</b></i>	<i><b>MODELO</b></i>
L.200	NZN-4934	2011/12
L.200	NZN-0303	2011/12

<b><i>MARCA</i></b>	<b><i>PLACA</i></b>	<b><i>MODELO</i></b>
L.200	NZN-8150	2011/12
L.200	NZN-3956	2011/12
L.200	NZN-5868	2011/12
L.200	NZN-5817	2011/12
L.200	NZN-9875	2011/12
L.200	NZN-6082	2011/12
<b><i>MARCA</i></b>	<b><i>PLACA</i></b>	<b><i>MODELO</i></b>
L.200	OZR-8659	2014/15
L.200	OZR-4597	2014/15
L.200	OZR-8980	2014/15
L.200	OZR-4559	2014/15
L.200	OZR6948	2014/15

**L.200: 22**

<b><i>MARCA</i></b>	<b><i>PLACA</i></b>	<b><i>MODELO</i></b>
PALIO/FIRE	JRG-8716	2007
PALIO/FIRE	JRG-1304	2007
PALIO/FIRE	JRD-3776	2007
PALIO/FIRE	JRD-9810	2007
PALIO/FIRE	JRA-2747	2007
PALIO/FIRE	JRG-9354	2007
PALIO/FIRE	JRA-6344	2007

<i>MARCA</i>	<i>PLACA</i>	<i>MODELO</i>
PALIO/FIRE	JRA-6108	2008
PALIO/FIRE	JSD-2458	2008
PALIO/FIRE	JSD-2591	2008
PALIO/FIRE	JSD-4259	2008
PALIO/FIRE	JSD-7956	2008
PALIO/FIRE	JSD-144	2008

**PALIOS: 13**

<i>MARCA</i>	<i>PLACA</i>	<i>MODELO</i>
VOLKWAG/ONIBUS	JNH-5323	2009
<i>MARCA</i>	<i>PLACA</i>	<i>MODELO</i>
M.BENZ/CAMINHÃO	NTW-0329	2010

**TOTAL DE VIATURAS OFICIAIS: 50**

### VIATURAS LOCADAS

#### UNIDADE AVANÇADA SUL

<i>MARCA</i>	<i>PLACA</i>	<i>MODELO</i>
L.200	OKJ-0485	2014/15
L.200	OZJ-9516	2014/15

## **UNDADE AVANÇADA OESTE BAIANO**

<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>MODELO</b>
L.200	OVD-0380	2014
L.200	OZC-7891	2014
L.200	OZJ-0962	2014/15

### **Diárias e Passagens**

Por tratar-se de um órgão com forte atuação em campo, gerando um volume considerável de deslocamentos externos para os servidores, esta Regional criou um núcleo específico para atuar no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens- SCDP e que tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Cadastrar solicitação de viagem de servidores e colaboradores eventuais.
- Emissão de bilhete de passagem aérea e terrestre.
- Examinar, anexar e encaminhar as prestações de contas de diárias;
- Cadastrar, alterar usuários e agências de viagens juntamente com Gestor do Sistema.
- Acompanhar e controlar quantidade e valores pagos de diárias e passagens de cada Divisão.

<b>DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM 2013</b>		
Diárias pagas (Colaboradores Eventuais - Policiais da Ouvidoria Agrária, Programa Terra Forte, Apoio nos Processos de Licitação, Apoio ao Setor de Engenharia,	Diárias pagas Servidores e Terceiros autorizados	Passagens Aéreas e Terrestres

Acompanhante de Servidor com Necessidades Especiais, Fundiária/Quilombola Comunidade de Rio dos Macacos e <b>PRONERA</b> .)		
<b>R\$ 242.897,40</b>	<b>R\$ 1.484.162,25</b>	<b>R\$ 252.150,97</b>
<b>OBS:</b> Total de despesas com diárias e passagens R\$ <b>1.979.210,62</b> .		

<b>DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM 2014</b>		
Diárias pagas (Colaboradores Eventuais - Policiais da Ouvidoria Agrária, Programa Terra Forte, Apoio nos Processos de Licitação, Apoio ao Setor de Engenharia, Acompanhante de Servidor com Necessidades Especiais, Fundiária/Quilombola Comunidade de Rio dos Macacos e <b>PRONERA</b> .)	Diárias pagas Servidores e Terceiros autorizados	Passagens Aéreas e Terrestres
<b>R\$ 294.022,62</b>	<b>R\$ 1.891.407,70</b>	<b>R\$ 232.446,62</b>
<b>OBS:</b> Total de despesas com diárias e passagens R\$ <b>2.417.876,94</b>		

### **Informática**

O Setor de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação- GETI, originalmente, por força do organograma, vinculado ao Gabinete, tem sido acompanhado pela Divisão de Administração face a similaridade com o tema.

O ano foi iniciado nesta Regional, com a elaboração de um projeto de Infraestrutura de Rede Física, buscando uma melhor comunicação entre os ativos de Rede, a colocação de um novo servidor de Rede em produção e a atualização dos servidores de virtualização ESXi para a versão 5.1, assim se converteu alguns dos servidores de Rede Físicos em servidores virtuais.

Visando garantir a segurança da informação da Regional, foram configurados o WSUS, que é um serviço de atualização para equipamentos com plataforma Microsoft, e o Nagios, que é um software de monitoramento de ativos de Rede. Foi feito o levantamento do acesso dos usuários em nível de pastas de Rede, a aquisição das fitas LTO3 para dar continuidade às rotinas de Backup dos arquivos presentes no Servidor de Arquivos e o Backup dos Servidores de Rede Virtuais.

Em 2014 houve a implantação do Núcleo Integrado Administrativo (NIA), com o objetivo de aprimorar o acompanhamento das seguintes áreas:

- i. Pagamentos;
- ii. Convênios;
- iii. Publicações de ordens de serviço para servidores ativos;
- iv. Descentralizações de movimentação de crédito;
- v. Transporte;
- vi. Documentos recepcionados no setor do núcleo administrativo;
- vii. Almoxarifado;
- viii. Mapa de prazos das empresas com contratos vigentes.

As entradas de dados são digitadas pelos usuários do próprio setor do núcleo administrativo, tiradas das fontes dos documentos oficiais que compõem todo os trâmites realizados pelo referido setor.

Funcionalidades do sistema:

- *Pagamentos:*

Detalhamento a nível de natureza de despesa, além de gerar informações com quadros resumo de gastos, onde é possível comparar as despesas atuais com as de exercícios anteriores.

- *Convênios:*

Detalha as parcelas dos convênios vinculados à Regional, prestação de contas e valores de repasse.

- *Publicações de ordens de serviço para servidores ativos:*

Acompanhamento das ordens de serviço dos servidores com atividades de fiscais de contrato, acompanhamento e fiscalização de operacionalização dos créditos instalação nas diversas modalidades, vistorias e avaliação de imóveis rurais, supervisionamento e fiscalização de obras de engenharia junto as empresas contratadas, dentre outras tarefas.

- *Descentralizações de movimentação de crédito:*

Acompanhamento das notas de movimentação de crédito, das provisões concedidas e das anulações das mesmas, detalhando o resumo da receita e o resumo dos gastos de cada natureza de despesa.

- *Transporte:*

O sistema controla os gastos com viaturas oficiais, perfil das viaturas da Regional, o Custo Mensal de Veículos (CMV) e o Demonstrativo de Custos de Veículos (DVC), todos vinculados a gastos com peças, reparos e combustível.

- *Documentos recepcionados no setor do núcleo administrativo:*

Gere informações e controla os documentos emitidos e recebidos pela Divisão de Administração.

- *Almoxarifado:*

Permite o controle de estoque dos materiais de expediente da Regional, registro de materiais que foram comprados e registro de todos os materiais que são solicitados pelos setores, através de um servidor web PHP.

- *Mapa de prazos das empresas com contratos vigentes:*

Monitora a vigências dos contratos entre a Regional e as empresas contratadas, com os respectivos, termos aditivos que variam conforme a data de assinatura do contrato, data de publicação e data do recebimento da ordem de serviço.

A partir da alimentação dos dados no sistema, as informações são obtidas de forma fácil, precisa e rápida, atendendo a dinâmica dos trâmites processuais e documentais.

Sobre a Rede, foram realizadas a instalação de novos pontos de acesso wireless e manutenção preventiva e corretiva dos servidores de Redecom, a criação de usuários e pastas de Rede, instalação e configuração de impressoras na Rede, manutenção de pontos de rede e remanejamento de ramais telefônicos;

O GETI também presta suporte aos usuários na manipulação de algumas ferramentas (OpenOffice, GLPI, etc.) e/ou demais necessidades, além de manutenção preventiva e corretiva das estações de trabalho, assim como suporte de informática às Unidades Avançadas e apoio técnico nos mutirões, também vinculados ao PNDTR, realizados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia e Delegacia Federal Agrária da Bahia.

#### Da infraestrutura de Rede da Regional

Infraestrutura atual (em produção)			
Equipamentos/Serviços	Descrição/Quantitativo		Total
	Camada 2	Camada 3	
Switches	19	1	20
Roteadores	1		1
Servidores	5		5
Links de Internet	2MB	2MB	2
	1	1	
Estações de trabalho	Desktops	Notebooks	330
	298	32	

Infraestrutura pretendida para o ano de 2015			
Equipamentos/Serviços	Descrição/Quantitativo		Total
	Camada 2	Camada 3	
Switches	22	3	25
Roteadores	1		1
Servidores	5		5
Links de Internet	8MB	8MB	2
	1	1	
Estações de trabalho	Desktops	Notebooks	365
	315	50	

- Switch: equipamentos utilizados para interligar todos os ativos de Rede.
- Roteador: Equipamento utilizado para interligar esta Regional com a Sede.
- Servidor: Equipamento utilizado para prover serviços de Rede.

Quantitativo de chamados dos meses de novembro e dezembro de 2014:



Categorias dos chamados:

### **3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO**

#### **3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária**

##### **3.1.1 Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual**

**Quadro 9: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	10.000	21.166	57.006	55.536	48.053	48.053	42.840	
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0	
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	4.903	0	51.938	19.559	19.548	19.229	19.229	
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	587	4.758	90.000	38.892	37.395	36.795	34.595	
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (há)	0	0	0	0	0	0	0	
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (há)	11.000	7.757	907.629	1.015.832	1.009.892	562.407	504.591	
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (há)	9.956	0	7.942.109	0	0	0	0	

**Quadro 10: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	166.215	0	15	166.200
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	0	0	0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	900.000	0	0	900.000
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	8.010	0	8.010	0
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	2.071.658	0	0	2.071.658

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Regional, vem colaborando com a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, executando-o de forma direta e indireta, através dos contratos de serviços de georreferenciamento, levantamentos topográficos de vistoria para criação de Projetos de Assentamento Rural e Territórios Quilombolas, convênios que objetivam a regularização fundiária e a certificação de imóveis rurais.

As ações realizadas durante o exercício de 2014, estão consolidadas no quadro das Metas Projetadas no Plano de Trabalho de Ações, em conformidade aos Serviços de Cadastro Rural, Cartografia, Regularização Fundiária e Regularização de Territórios Quilombolas.

**Tabela 11 – Metas Projetadas no Âmbito da SR-05**

(De acordo com Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária)

Ações	Atividades	Meta		Marco
		Prog	Exec	
Gerenciamento do Cadastro Rural	Atualizar cadastro de imóveis rurais	20.000	21.166	105,83
	UMC implantada	51	09 *	17,64
	ACT Renovada	0	0	0
	Servidor Capacitado	94	21	22,34
	Sala de Cidadania	0	18	+100
	Certificado Emitido	96.641	156.716	0
	Desmembramento de Imóveis Rurais > FMP	0	05	+100
	Loteamento de Imóveis Rurais	0	64	+100
	Cancelamento de Imóveis Rurais	0	48	+100
	Descaracterização de Imóveis Rurais	0	99	+100
	Aquisição de imóveis por estrangeiro	0	120	0
	Supervisão de trabalhos de UMC's	86	22	25,58
Passivo de Certificação	Monitorar a execução dos processos em andamentos na SR	0	600	+100
Ampliar nº de Polígonos Georreferenciados na Base Cartográfica Digital	Demarcações de perímetro de imóveis rurais (LOA)	587	8.448	1439
	Celebrar convênios com órgãos públicos, objetivando ampliar a base cartográfica. Termo Cooperação – Eólica	0	0	
Fiscalização de Cadastro Rural	Finalizar Processos Fiscalização Remanescente da Port.12/06	0	134	
	Fiscalização de Cadastro de Imóveis Rurais nos Estados do MA, TO, PI, BA, MG e	0	42	

Ações	Atividades	Meta		Marco
		Prog	Exec	
	estados da Amazônia Legal			
<b>Monitorar os Convênios em Vigência de Regularização Fundiária</b>	Encaminhar relatório de execução detalhado de cada convênio à DFR (SR)	0	1	100
	Encaminhar produtos dos convênios ( <b>gráficos e literais</b> )	7.080	0	0
<b>Monitorar o Encerramento dos Convênios de Regularização Fundiária Expropriados</b>	Quantificar e qualificar os produtos ( <b>gráficos e literais</b> ) gerados pelos convênios encerrados até 2012 (SR)	1.694	0	0
<b>Elaborar Relatório Antropológico e as Demais Peças do RTID</b>	Finalizar os contratos de elaboração de Relatório Antropológico em andamento	14	15	93
	Fazer nova licitação / convênios / execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropológicos	20	24	120
	Elaborar o RTID	12	18	150
	Publicar o RTID	4	2	50
<b>Contestações oferecidas ao R.T.I.D</b>	Analizar técnica e juridicamente as contestações oferecidas ao R.T.I.D. - por Comunidade	1	0	0
<b>Encaminhar o Conjunto-Portarias de Reconhecimento de Território Quilombola</b>	Elaborar o conj. de portaria de reconhecimento de território quilombola e encaminhar para a Sede	5	2	40
<b>Inserir Dados de todas as Comunidades Quilombolas No Sistema i3Geo e SIPRA</b>	Localizar e qualificar as informações de todas as comunidades quilombolas com processo aberto no Incra (diagnóstico)	50	0	0
	Georreferenciar pontos na comunidade	100	117	117
	Atualizar o cadastro das famílias quilombolas dos RTID's já publicados	0	0	0
	Cadastrar no SIPRA as famílias quilombolas das comunidades cm título expedido por outros órgãos	2	0	0
<b>Propor a Decretação de Territórios Quilombolas</b>	Elaborar , analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos	5	0	0

Ações	Atividades	Meta		Marco
		Prog	Exec	
<b>Desintração das Áreas Decretadas</b>	Identificar e qualificar a demanda por reassentamento das famílias não quilombolas com perfil de beneficiária da Reforma Agrária e encaminhar para DT	5	0	0
	Avaliar imóvel	12	15	125
	Elaborar e Analisar Conjunto avaliação	34	0	0
<b>Titulação de Terras Públicas e Particulares</b>	Georreferenciar / demarcar / certificar / titular / registrar títulos de comunidade quilombola	0	0	0

\* Diante das regras do Incra-sede e determinação desta Superintendência, não foram mais celebrados ACT – Acordo de Cooperação Técnica para criação de UMC's e sim, a implantação do projeto Sala da Cidadania nos municípios.

**Fonte:** Divisão de Regularização Fundiária/BA - 2013

## Cartografia

O Serviço de Cartografia da Regional gerencia todas as atividades relacionadas ao Geoprocessamento, Topografia, Geodésia e Sistemas de Informações Geoespaciais no âmbito da Superintendência. Dentre as diversas atividades deste Serviço estão, atualmente, o suporte técnico e execução das ações de demarcação e parcelamento de projetos de assentamento, demarcação de territórios quilombolas, regularização fundiária, perícias técnicas, instalação e manutenção da rede de estações GNSS INCRA/IBGE, e produção de dados padronizados de natureza cartográfica. É também inerente ao serviço, a certificação de imóveis rurais em atendimento à norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais, conforme Lei 10.267/01, além da organização, manutenção e atualização das informações georreferenciadas dos imóveis rurais do Estado da Bahia.

Em 2014, **13** projetos de assentamento foram criados sendo inseridos na base cartográfica, equivalente a uma área de **17.476,7147** ha. Além disso, foram recepcionados e fiscalizados serviços de medição e demarcação/parcelamento de **33** projetos de assentamento, atingindo um montante de aproximadamente **113** parcelas, equivalente a **90.189,9889** ha, incluindo as áreas de reserva legal, áreas de preservação permanentes, áreas comunitárias e coletivas. Estes serviços foram oriundos de contratação direta e indireta representam o georreferenciamento de **107.666,7027** ha.

Foram realizadas **02** forças-tarefas pelo Comitê Regional de Certificação, onde foram analisados **600** processos eliminando assim todo o passivo existente. O número de imóveis rurais certificados em 2014 chegou a **314** através da análise de processos físicos e lançamento no SNCI (Sistema Nacional de Certificação de Imóveis) e **3.348** através do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), apresentando um total **7.887** imóveis já certificados em todo Estado da Bahia. Os resultados alcançados neste exercício representam um aumento de aproximadamente 292% com relação a 2013, representando uma área de aproximadamente **3.729.510,071** hectares. Além disso, **112** requerimentos de análise de sobreposição, cancelamento e registro provenientes do SIGEF foram analisados pelo Comitê Regional de Certificação, incluindo a realização de 02 perícias técnicas visando dirimir dúvidas cartográficas.

Em relação à participação do Serviço de Cartografia nos processos de regularização de territórios quilombolas, foram realizadas **24** vistorias, sendo realizadas **112** individualizações, representando um total de **66.995,7169** ha, e **09** delimitações de perímetro, representando um total de **45.008,5505** ha, que propiciaram a elaboração dos Relatórios de Técnico de Identificação e Delimitação – RTID referentes a **20** territórios quilombolas.

Desta forma, as atividades desenvolvidas no exercício de 2014 pelo Serviço de Cartografia, culminaram na inclusão de **3.918.849,37** ha, correspondentes a **8.448** imóveis incluídos à malha fundiária ao Estado da Bahia, conforme quadro abaixo.

**Tabela 12 – Demonstrativo dos Trabalho realizados no âmbito da SR-05/BA no exercício de 2014**

<b>POLÍGONOS GEORREFERENCIADOS INSERIDOS NA BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL 2014</b>		
<b>AÇÃO</b>	<b>Meta</b>	<b>Executado</b>
Projetos de Assentamentos Fiscalizados	-	20
Territórios Quilombolas	-	9
Imóveis Individualizados em Territórios Quilombolas	-	112
Imóveis inseridos no I3GEO	-	94
Imóveis Certificados SIGEF	-	7887
Imóveis Certificados SNCI	-	313
Projetos de Assentamentos Criados	-	13
<b>TOTAL</b>	-	<b>8.448</b>

Além destes serviços foram atendidas ainda demandas internas e externas relativas à elaboração do Mapa de Uso do Solo do Território Quilombola de Rio dos Macacos, elaboração de mapas temáticos referentes à sobreposição de imóveis rurais e banco de dados georreferenciados do INCRA, análise de perímetros de Projetos de Assentamento para atendimento à certificação de imóveis rurais, quando estes sobreponham aos imóveis rurais passíveis de certificação, confecção e envio de arquivos em formato *shapefile* dos Projetos de Assentamento que não constavam no I3Geo e substituição destes quando divergiam do perímetro original de campo e análise de produtos cartográficos para verificação ao atendimento às legislações e especificações existentes.

A continuada participação de técnicos do serviço de cartografia em seminários, oficinas e em articulações institucionais continua promovendo a sensibilização e a divulgação das atividades do INCRA a partir das informações disponíveis nesta Superintendência, a exemplo das bases de dados georreferenciados de imóveis rurais e Projetos de Assentamento.

Não obstante, a realização de reuniões técnicas relacionadas principalmente à certificação de imóveis rurais continua favorecendo o melhor conhecimento por parte dos demandantes, da metodologia de análise dos processos de certificação e consequentemente melhorando a qualidade dos trabalhos que estão sendo submetidos, tornando mais céleres as análises destes processos.

### **Cadastro Rural**

O Estado da Bahia possui 417 municípios que se reflete numa malha fundiária extremamente ampla e complexa. Mais de 80% dos imóveis rurais cadastrado possuem área até quatro módulos fiscais, razão pela qual se faz necessária articulação constante com as Prefeituras Municipais visando ampliação do número de Acordos de Cooperação Técnica, tendo como objetivo de disponibilizar serviços relacionados ao Cadastro Rural, aumentando a presença do INCRA nos municípios por meio da descentralização de serviços, facilitando assim o atendimento aos pequenos produtores rurais.

Diante do exposto, foram celebrados 27 Acordos de Cooperação Técnica com municípios do Estado, dos quais 09 para Unidades Municipais de Cadastro e 18 para implantação do Projeto Sala da Cidadania.

As Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs prestam serviço exclusivamente aos proprietários de imóveis rurais com áreas até 04 módulos fiscais, já o Projeto Salas da Cidadania, disponibilizam em qualquer área ou região que tenha internet, através do

Portal da Sala da Cidadania, serviços relacionados ao cadastro rural, ao atendimento dos proprietários e dos possuidores de imóveis rurais da região, aos projetos de assentamentos e ao atendimento aos assentados da reforma agrária, jurisdicionados pelo INCRA na região ou no município. São centrais de serviços e informações que visa facilitar o acesso aos serviços prestados por esta Autarquia.

Atualmente, 89 municípios possuem Acordo de Cooperação Técnica em vigência, sendo 61 funcionando no modelo de ACT\_SNCR como Unidades Municipais de Cadastro, e 28 no novo formato ACT\_Projeto Sala da Cidadania.

Foram realizadas três ações de capacitação, levando conhecimento e especialização para 21 servidores municipais responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastro e Salas da Cidadania espalhadas por regiões do Estado. A programação das capacitações incluiu o preenchimento de formulários de declaração para cadastro de imóveis rurais, os diversos tipos possíveis de consulta ao SNCR, emissão de CCIR, Atualização Cadastral do Beneficiário de Reforma Agrária, emissão de Certidão de Beneficiário, emissão de Espelho do Beneficiário, solicitação de emissão de DAP-B, Liquidação ou Renegociação das Dívidas do PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil, solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além de orientação para outros serviços como acesso ao SIGEF, acesso ao site do ITR, ao PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Com o avanço de parcerias através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, necessário se faz o treinamento dos novos gestores, bem com a requalificação dos demais, visando à maior descentralização no atendimento ao serviço ao cidadão do campo.

No cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica, foi realizada visita “in loco” a 23 UMCs com o objetivo de integrar os parceiros gestores dessas unidades, bem como visualizar suas condições de trabalho. Ressaltamos a necessidade da ação de supervisão das UMCs e das Salas da Cidadania em funcionamento tendo em vista que compete ao INCRA a autoridade normativa, o controle e a fiscalização da execução dos trabalhos realizados pelas mesmas.

#### **a) Fiscalização Cadastral**

A Fiscalização Cadastral das grandes propriedades rurais com áreas acima de 5.000,00 hectares, regida pela Portaria/INCRA nº 12/2006 e Instrução Normativa 28/2006, para verificar o cumprimento da função social da propriedade.

Aliado às normas e portarias já citadas, procedemos consulta ao Estado da Bahia em conformidade com o que determina o Art. 12 da IN/28/2006, mediante ofício com documentação, em anexa, da conclusão da Procuradoria Federal Especializada-PFE e decisão do Superintendente Regional, direcionados ao órgão de terras do Estado para que este se manifeste sobre a titularidade dos referidos imóveis.

Baseados no acima disposto, em 2014, foram fiscalizados 134 processos administrativos de fiscalização de imóveis rurais no Estado da Bahia, concluindo pelo encerramento dos processos com as seguintes situações:

- a) Procedemos à atualização cadastral de 42 processos com presunção de domínio, por não haver a devida comprovação do destaque do público para o particular em cumprimento aos Art. 12 e 13 da Instrução Normativa nº28/2006.
- b) Procedemos ao encerramento 92 processos sem atualização cadastral mantendo o código de cancelado por perda de objeto, uma vez que, as referidas propriedades com

suas respectivas áreas não se encontram mais matriculadas ou registradas com as respectivas áreas informadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Vale ressaltar que, em 2014, foram formalizados mais 28processos de fiscalização.

#### **b) Descaracterização de Imóveis Rurais**

Descaracterização de imóvel rural é realizada nos imóveis rurais que perderam a sua vocação rural, ou seja, quando a partir de determinado momento, não podem mais ser enquadrados na definição de imóvel rural preconizada pelo Direito Agrário, conforme Manual de Cadastro Rural – Módulo II.

A solicitação de manifestação do INCRA sobre a descaracterização de imóvel como rural se aplica nos casos em que o imóvel não mais se caracteriza como rural, em função de não se destinar, nem poder mais se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro industrial, ou nos casos em que o imóvel rural possui uma destinação de iniciativa privada não relacionada à atividade rústica descrita no art. 64 da Lei 4.504/64, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

A atividade nos processos de descaracterização objetiva definir critérios de avaliação quanto à instrução do requerimento e à validade da documentação comprobatório apresentada pelo administrado, que culminará com o deferimento, indeferimento ou conversão em diligência do pleito. Estando instruído e validado, o requerido deve elaborar informação que fundamente o deferimento do pleito e providenciar minuta de ofício que será destinada ao requerente, comunicando o ato administrativo conforme modelo específico do Manual de Cadastro Rural, realizando a atualização cadastral, que será do tipo cancelamento ou retificação do imóvel rural sob exame, dependendo se a descaracterização for total ou parcial.

Nas hipóteses de indeferimento e consequente conversão do pedido em diligência, deve-se elaborar informação fundamentando a diligência e providenciar minuta de ofício a ser dirigido ao requerente, concedendo prazo para atendimento da documentação necessária à apreciação do pedido formulado, sob pena da sanção prescrita no art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Se não atendida à diligência no prazo estabelecido ou quando a documentação comprobatória não for suficiente para formar convicção quanto à aceitação do requerido, após consultar formalmente um engenheiro agrônomo do INCRA, o Analista deve elaborar informação fundamentando o indeferimento e providenciar minuta de ofício, a ser dirigido ao requerente, especificando o motivo do indeferimento, arquivando o processo administrativo nos termos do supracitado mecanismo legal.

No exercício de 2014, foram analisados **99** processos administrativos, cujo objetivo era a descaracterização de imóveis rurais, por perda da sua vocação rural, sendo que destes, **69** foram deferidos e **30** aguardam o retorno do Aviso de Recebimento – AR pela empresa de correios para lavratura do termo de encerramento ou aguarda a apresentação de documentos complementares ou a manifestação dos interessados.

### **c) Parcelamento de Imóveis Rurais localizados em Zona Urbana**

Parcelamento (Loteamento e Desmembramento) de imóveis rurais – de acordo com a Instrução nº17-B, aplicado nos imóveis em que o proprietário resolve diversificar a utilização econômica do imóvel rural, proporcionando uma destinação urbana ao imóvel. O parcelamento do solo urbano municipal é definido e regulamentado pela Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, não existindo necessidade de anuência do INCRA, quando o imóvel rural, objeto do parcelamento para fins urbanos, se localizar em zona urbana ou de expansão urbana.

Na hipótese de projeto de parcelamento de imóvel rural localizado em zona urbana ou de expansão urbana, nos termos do item 2.2 da Instrução INCRA nº 17-b/80 c/c o art. 3º da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e retira da competência do INCRA a aprovação e fiscalização do projeto mencionado, caberá ao INCRA, unicamente, proceder à atualização cadastral, retificando ou cancelando o código do imóvel no SNCR, desde que aprovado o Projeto de Parcelamento pela Prefeitura Municipal e registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente.

As atividades desenvolvidas nos processos de parcelamento urbano são similares às atividades dos processos de descaracterização, devendo verificar se o requerido está em consonância com o que preceitua o item 2 da Instrução Normativa 17-b, de 22 de dezembro de 1980, que determina a prévia audiência do INCRA nos casos de parcelamentos, para fins urbanos, de imóveis rurais localizados na Zona Urbana..

Em 2014 foram analisados **63** processos dessa espécie, sendo que **41** tiveram deferidos os seus pedidos, com a atualização do cadastro do imóvel, e **22** convertidos em diligência, aguardando a apresentação de documentação complementar.

#### **d) Parcelamento de Imóveis Rurais localizados na Zona Rural**

Esse tipo de parcelamento se destina à formação de Núcleos Urbanos, à formação de Sítios de Recreio e à Industrialização. Objetivando a utilização racional do uso do solo e o interesse público envolvido, caberá a prévia audiência do INCRA, nos casos que tratem de parcelamentos, com fins urbanos, de imóveis rurais localizados fora da Zona Urbana, com fulcro no item 3, da Instrução INCRA nº 17-b de 22/12/1980.

A atividade objetiva definir critérios de análise quanto à instrução do requerimento e à validade da documentação comprobatória acostada para fins de manifestação do

INCRA, caracterizada como Audiência Prévia, para parcelamento com fins urbanos de imóvel rural localizado fora do perímetro urbano do município.

Os parcelamentos de imóveis rurais com vistas à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou industrialização somente poderão ser executados em área que por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas; seja oficialmente declarada como zona de turismo ou tenha, comprovadamente, perdido suas características produtivas.

Deve verificar se o requerimento e a documentação apresentada se está compatível com o que preceitua o item 3 da Instrução INCRA nº 17-b. Estando instruído e validado, o requerido elabora informação fundamentada, providencia minuta de manifestação do INCRA, caracterizada como prévia audiência e minuta de ofício a ser dirigida ao requerente.

Importante registrar que, nos casos previstos na Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, deverão ser apresentados planta certificada e memorial descritivo do imóvel rural, identificando a área a ser utilizada para o fim solicitado, conforme estabelecido na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

No ano de 2014 foi analisado apenas **1** processo administrativo, o qual teve o seu pedido deferido e, posteriormente encerrado o processo administrativo.

**e) Desmembramento de Imóveis Rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento-FMP**

O Decreto 62.504, de 8 de abril de 1968, foi criado para possibilitar o desmembramento de imóveis rurais em áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, nos casos em que essas terras desmembradas sejam destinadas a obras de necessidades ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou atividades outras que beneficiem e desenvolva o

meio rural, bem como as comunidades ali inseridas, sendo que a área a ser desmembrada não implica a formação de um novo imóvel rural, conforme o Manual de cadastro Rural-modulo II.

A finalidade desse procedimento é instruir sobre a forma de enquadramento do requerimento e definir os procedimentos voltados para a autorização do desmembramento abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, deve verificar se o requerimento é compatível com a disposição do art. 2º, II, e enquadrado em uma das hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, bem como se a instrução processual está em conformidade com as determinações do art. 4º, § único, alíneas “a” à “e” do referido Decreto Federal.

Estando instruído e validado o requerido deve elaborar despacho fundamentado, providenciar minuta de autorização e de ofícios que serão dirigidos ao requerente e ao prefeito do município de localização do imóvel, comunicando o deferimento do pleito.

Efetivado o desmembramento do imóvel rural abaixo da FMP, com a devida averbação na Serventia Imobiliária competente, o código do imóvel rural é inibido para análise cadastral, até que seja providenciada pelo proprietário a atualização cadastral da área remanescente do imóvel rural.

Importante registrar que a Autorização de Desmembramento independente do tamanho da área remanescente, uma vez que é destinado à obras de necessidade ou utilidade pública, e não se aplica aos casos em que a alienação se destine à anexação a prédio rústico confrontante, e nas hipóteses de parcelamentos promovidos pelo Poder Público em programas oficiais de apoio à atividade agrícola familiar, desde que os beneficiários sejam agricultores que não possuam outro imóvel rural ou urbano, nos termos da art. 8º, § 4º da Lei 5.868/72 e art. 65, § 5º da Lei 4.504/64.

No ano de 2014 foram analisados 5 processos, os quais tiveram os seus pedidos deferidos.

**f) Cancelamento de Cadastro junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR**

Nesta ação, o requerente solicita o cancelamento do código de cadastro do imóvel rural, no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, conforme a Instrução nº17-b/1980.

O INCRA somente cancelará o cadastro do imóvel rural se restar comprovada, pelo requerente, a duplicidade de cadastramento, com a emissão de dois ou mais Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR. Assim, nos casos de transferência ou remembramento da área total do imóvel, caberá ao transmitente, orientar o adquirente para ao preenchimento dos formulários próprios para cadastramento, transferindo, e não cancelando, o código do imóvel e o CCIR envolvido para o atual proprietário.

Deve verificar se o requerimento e a documentação apresentada fazem prova da duplicidade de cadastramento, que acarretará o cancelamento de um dos códigos dúplice.

Estando instruído e validado o requerido, deve elaborar informação que fundamente o deferimento do pleito e providenciar minuta de ofício que será destinada ao requerente, comunicando o ato administrativo.

Nas hipóteses de indeferimento e consequente conversão do pedido em diligência, deve elaborar informação fundamentando a diligência e providenciar minuta de ofício a ser dirigido ao requerente, concedendo prazo para atendimento da documentação necessária à apreciação do pedido formulado, sob pena da sanção prescrita no art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

No ano de 2014, foram analisados **48** processos, destes **27** foram deferidos e **21** convertidos em diligência, e aguardam documentação ou manifestação do interessado.

Contudo, no decorrer do ano de 2014, foram analisados um total de **216** processos administrativos, que abrangem todas as ações descritas nos itens acima.

#### **g) Consulta dos Órgãos aos SNCR**

As consultas ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR por órgãos governamentais e não governamentais são feitas por repartições do Poder Judiciário, Advocacia da União, Ministério Público Federal e Estadual, Correios e INSS. Em 2014, ressaltamos que foram respondidas através de ofício **651** consultas a esses órgãos.

#### **h) Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro**

A regulamentação de aquisição de terras por estrangeiro, pessoa física ou pessoa jurídica, visa dentre outras medidas a preservação da soberania nacional, assegurando aos brasileiros e a futura geração independência tanto territorial, quanto financeira, no tocante à exploração, utilização e preservação das nossas riquezas naturais.

A legislação, vigente em nosso ordenamento pátrio, que rege a aquisição de terras por estrangeiro, consiste na Lei nº. 5.709/71, no Decreto nº. 74.965/74, na Instrução Normativa/INCRA/ nº.76/13 e a nova Instrução Normativa Conjunta nº 1/12, firmada pelo MDA, MAPA, MDIC, Turismo e INCRA.

A quantidade total de processos físicos localizados no Serviço de Cadastro Rural é de **336 (trezentos e trinta e seis)** processos administrativos, assim distribuídos:

ANO	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	200
QT. <b>336 =</b>	35	52	48*	23	43	29	42	21	19	15	07	01	01

- Foi informado que em 2012 foram instruídos **40** processos, entretanto, após verificação ulterior, foram encontrados **48** processos devidamente formalizados.

\* Foram analisados **10** processos dos **35** instruídos em 2014.

ANO	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
QT. <b>111</b> =	10	21	37	16	11	06	04	01	03	02

- referente apenas as análises das demandas surgidas no ano calendário de 2014, com processos novos e processos antigos que apresentavam pendências.

Em 2014, meta de **80** processos administrativos a instruir, foram instruídos **35** e analisados **10** processos, desta análise **5** estavam aptos para cadastramento, mas não alimentado no SISNATE, por razões administrativas, e **1** encerrado referente ao ano de 2014 e, **16** referentes aos processos formalizados em anos anteriores.

### **Regularização Fundiária**

Em 2009, INCRA firmou o Convênio nº 724108/2009 com o Estado, através da SEAGRI-CDA, com os seguintes objetos, tais como Cadastro Georreferenciamento de 343.911,00ha e Regularização Fundiária de 12.900 imóveis rurais, situados em sete municípios no Território Semiárido II do Estado da Bahia, em vista não dispor de estrutura própria para a realização desta ação.

Vale ressaltar que, já foi liberado a primeira parcela no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até o presente momento, a conveniada não apresentou nenhum registro no postal do convênio referente à execução do objeto acordado, bem como nem a prestação de contas e registro das informações no SINCONV sobre o andamento das ações do convênio, assim como informações sobre o cumprimento ao despacho do decreto nº.7.511, de 30 de junho de 2011, e Portaria SHN, de 30 de setembro de 2011, solicitadas via Ofício INCRA/SR-05/GAB/Nº325, de 10 de outubro de 2011.

A conveniada, em resposta à solicitação do INCRA expressa no ofício supracitado, envia Of. Nº 584/2011/SEAGRI, de 30/10/2011, informando que houve uma postergação do andamento do citado processo em virtude de:

1. Atraso no entendimento com o INCRA a respeito da normatização técnica exigida para a abertura do processo licitatório de contratação das empresas de georreferenciamento;
2. Modificação na estrutura da Procuradoria Geral do Estado-PGE
3. Criação de uma comissão conjunta PGE/CDA, com o objetivo de preparar a instrução normativa, visando os procedimentos a serem adotados no tocante à regularização Fundiária de imóveis rurais.

Ressalta-se que a publicação do Aviso de liberação foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 07/12/2011.

O cronograma de desembolso com previsão de liberação inicial de R\$ 1.900.000,00 para 2010, foi alterado com desmembramento em duas parcelas, a 1º de R\$ 1.000.000,00 com liberação efetivada em 18/06/2010 e a 2º de R\$ 900.000,00, por força do cumprimento ao disposto do Dec. nº 7.511/2011 e a Portaria SNT nº673/2011, em 30/09/2011, foi bloqueada e, em outubro do mesmo ano, ocorreu o desbloqueio e empenho realizado para aplicação dos recursos no exercício de 2012, ressaltando a não prestação de contas da primeira parcela até a solicitação da segunda prorrogação do convênio.

Em dezembro de 2011, registrou-se a primeira prorrogação de ofício nº 0001/2011 ao convênio nº 724108/2009, com prazo de vigência a contar do dia 18/12/2009 até 01/01/2013.

Em janeiro de 2011, foi publicado no Diário Oficial o Extrato do Termo Aditivo do Convênio CRT/BA/Nº724108/2009, com alteração a Cláusula Décima Quarta – Da

Vigência, prorrogando o prazo de vigência a contar do dia 02/01/2013 até 30/06/2014, correspondente a 2º prorrogação, em razão do atraso na realização dos trabalhos de georreferenciamento de imóveis rurais, contratados pela Empresa TEC-AGRI. Serviços de Engenharia e Agrimensura Ltda.

Mediante Tomada de Preço nº 002/2011-SEAGRI-CDA resultante da licitação, a Empresa TEC-AGRI, em 09/03/2012, foi contratada pela conveniada para a realização dos serviços objeto do convênio, mas o referido contrato, em 08/08/2012, foi finalizado sem ter sido iniciado a sua execução.

O atendimento a solicitação do Of. Nº637/2012-SEAGRI-CDA, fls.92, relativa à segunda prorrogação, ocorreu mediante apresentação do Demonstrativo Financeiro e extrato Bancário da primeira parcela liberada, bem como em vista da necessidade indispensável para atender a demanda das famílias carentes a serem beneficiadas, pelo aspecto social, econômico e jurídico, com a realização dos trabalhos objeto do convênio.

No programa de Regularização Fundiária desenvolvido pela Superintendência juntamente com Governo do Estado da Bahia, com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA através de convênio firmado em 2009, no exercício de 2014, foram realizadas as atividades de fiscalização e monitoramento dos serviços contratados pelo governo estadual inerentes as ações de mobilização, divulgação, cadastro e medição topográfica dos imóveis a serem regularizados.

Vale salientar que a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, diante dos impasses administrativos supracitados que impossibilitaram o andamento dos trabalhos objeto do convênio, no decorrer de 2013 e 2014, com intuito de alcançar a meta programada/2014 de 7080 títulos de propriedade, mas não atingido, efetuou vários procedimentos tais como, reuniões com coordenação da CDA, fiscalização dos trabalhos em campo das empresas licitantes, notificação da Convenente após

fiscalização, o registro no SICONV e encaminhamento do relatório de fiscalização à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que conclui pela apreciação de uma comissão habilitada na área de convênio, criada por essa Diretoria, para a mesma se manifestar sobre a manutenção ou não do referido convênio.

---

### **3.1.2 Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica**

---

As ações da Regional visando promover o conhecimento da malha fundiária em regiões com poucas informações disponíveis ou inexistentes vêm juntamente com o incentivo e desenvolvimento da ação de Regularização Fundiária, citada no item anterior. Esta é uma ação de estado realizada pelo governo do estado da Bahia, que seja por ações próprias ou em conjunto com o INCRA/MDA através de convênios.

Os critérios para seleção das regiões, municípios e/ou localidades atingidas pelo programa de regularização se baseiam principalmente na maior concentração do regime de posses dos imóveis rurais, baixo índice de desenvolvimento econômico, vínculo com ações do governo federal e/ou estadual e outras condições que de alguma forma possam colocar em risco a segurança social da população.

Nos últimos 8 anos o INCRA na Bahia através do governo do estado desenvolveu ações de regularização na região norte do estado atingindo basicamente proprietários com o perfil da agricultura familiar e comunidades tradicionais de Fundo e Feixe de Pasto e vem buscando, na medida do possível, atender a exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973.

Os processos de certificação remetidos a esta regional receberam uma atenção especial quanto ao passivo de processos a serem analisados, onde, através de ações conjuntas com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, governo do Estado

e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/BA foram promovidas ações de Forças-tarefas visando a analise de **600 conclusão dos processos**.

Em 2014, foram certificados 314 imóveis rurais através da análise de processos físicos e lançamento no SNCI (Sistema Nacional de Certificação de Imóveis) e 3.348 através do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), representando um acumulado de 7.887 imóveis já certificados que representam um aumento de aproximadamente 292% com relação ao exercício anterior.

Em 2014, o Comitê Regional de Certificação se dividiu na análise de processos físicos e processos com origem no novo sistema de certificação, o SIGEF. O sistema atual é automatizado, com trâmite totalmente digital e dispensa a comunicação direta aos cartórios dos procedimentos vinculados à certificação dos imóveis rurais, permitindo o acesso direto via web das informações vinculadas aos imóveis certificados. Com relação às atualizações cadastrais, vinculadas as emissões dos Certificados para Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, as comunicações ainda continuam a ser realizadas através de correspondência via correios, mas ainda são muito incipientes frente ao numero de imóveis atualizados nesta superintendência.

Visando o atendimento ao que estabelecem os parágrafos 3º e 4º, do artigo 176, e o parágrafo 3º do artigo 225, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, incluídos pela Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, esta regional vem promovendo o georreferenciamento dos Projetos de Assentamento sob sua responsabilidade, através da contratação direta e indireta dos serviços de demarcação/parcelamento executadas pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos. Em 2014, 33 projetos de assentamento foram parcelados, representando um total de 113 parcelas criadas, equivalente a 90.189,9889 ha, incluindo as áreas de reserva legal, áreas de preservação permanentes, áreas comunitárias e coletivas.

---

### **3.1.3 Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.**

---

#### **Regularização dos Territórios Quilombolas**

A política quilombola sempre foi marcada por diversos desafios. O principal deles é o de fazer o dispositivo constitucional que garante aos remanescentes de quilombos a propriedade do território no qual exercem uma ocupação há sucessivas gerações, através da sua titulação definitiva. Esta Regional tem concentrado esforços no sentido de exercer de forma satisfatória a responsabilidade de executar essa política de regularização quilombola, em que pesem as questões estruturais, orçamentárias e de pessoal deficientes

O que se observa é uma crescente demanda de processos sem que se contemple, na mesma proporção, o aporte técnico, orçamentário e financeiro desejado. Conforme se observa no Quadro 9 e Tabela 11, em 2014, a Regional não cumpriu as metas estabelecidas, o que poder ser explicado pelos fatores abaixo:

#### **Ação 1:** Elaborar relatório antropológico e as demais peças do RTID

Relatórios antropológicos licitados e contratados. Ainda em 2014, houve a entrega do primeiro produto licitado, referente ao Lote II Sudoeste II. Todos os 5 territórios estão localizados no município de Vitória da Conquista: Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz; Laranjeiras; São Joaquim de Paulo; Lagoa de Maria Clemência Lagoa Melquíades e Baixa Seca.

Foram contratados os relatórios das comunidades referentes ao Lote II da licitação regional para elaboração de relatórios antropológicos. Serão beneficiadas 1.103 famílias (estimativa) em nove territórios.

Foram licitados **24** Relatórios Antropológicos.

Lote	ITEM - REGIÃO	Comunidades Quilombolas	Municípios
I	NORTE CHAPADA	Lage do Antônio	Monte Santo
		Fumaça	Pindobaçu
		Segredo	Souto Soares
	RECÔNCAVO I e LITORAL NORTE	Cambuta	Santo Amaro
		Palmeira da Água Boa	São Sebastião do Passé
		Pedra Grande	Conde
		Engenho da Cruz	Cachoeira
	RECÔNCAVO II	Engenho Novo do Iguape	Cachoeira
		Calolé, Tombo e Imbiara	Cachoeira
		Dende	Maragojipe
		São Gonçalo	Contendas do Sincorá
II	SUDOESTE I	Olhos D'Água do Meio	Livramento de Nossa Senhora
		Vargem Alta	Palmas do Monte Alto
		Paneleiros, Batalha e Lg. Arroz	Vitória da Conquista
	SUDOESTE II	Laranjeiras	Vitória da Conquista
		São Joaquim de Paulo	Vitória da Conquista
		Lg. de Maria Clemência	Vitória da Conquista
		Lg. Melquíades e Bx. Seca	Vitória da Conquista
		Pedra	Itambé
		Cândido Mariano	Nova Viçosa
III	EXTREMO SUL	Volta Miúda	Caravelas
		Vila Juazeiro	Ibirapuã
		Rio do Sul	Nova Viçosa
		Mota	Itanhém

Existem 18 comunidades com Relatório Antropológico concluídos, mas sem RTID publicado, conforme abaixo:

Territórios com RTID em elaboração	Município
Vicentes	Xique Xique
Ilha de Maré	Salvador
Barreiro do Rio Pardo	Vitória da Conquista
Bete II	São Gonçalo dos Campos
São Brás	Santo Amaro
Caonge	Cachoeira

Buri	Maragogipe
São Tiago do Iguape	Cachoeira
Fazenda Porteiras	Entre Rios
Fazenda Grande	Muquém de São Francisco
Batateiras	Cayru
Boa Vista do Pixaim	Muquém de São Francisco
Alegre, Barreiros	Itaguaçu da Bahia
Tomé Nunes	Malhada
Torrinhas	Barra
Pitanga de Palmares	Simões Filho
Iúna	Lençóis
Jibóia	Antônio Gonçalves

Vale salientar que, durante o processo de elaboração do RTID, as equipes técnicas necessitam se manifestarem junto aos órgãos públicos (sendo o MPF um dos maiores demandantes) a respeito de questões referentes aos processos de regularização fundiária em trânsito no INCRA. A elaboração e resposta a ofícios, e o atendimento a novas comunidades quilombolas solicitando a regularização do seu território, também fazem parte da demanda do setor. Em 2014, dois RTIDs foram publicados: Lagoa Santa - município de Ituberá e Rio dos Macacos – município de Simões Filho.

**Ação 2:** Contestações oferecidas ao RTID

Não foram apresentadas contestações aos RTIDs.

**Ação 3:** Encaminhar o conjunto-portarias de reconhecimento de território quilombola.

Dois territórios tiveram portaria de reconhecimento: Tijuaçu – município de Senhor do Bonfim e Velame – município de Vitória da Conquista.

Fichas de Informações Prévias para Publicação do RTID: Foram elaboradas 5 fichas, a saber: – Guerém, Guaruçu, Baixão do Guaí, Tabatinga, Jirau Grande e adjacências – município de Maragogipe; Jetimana e Boa Vista– município de Camamu; Fojo-

município de Itacaré; Lagoa Santa – município de Ituberá e Barra do Parateca – município de Carinhanha.

**Ação 4:** Inserir dados de todas as comunidades quilombola no sistema i3 GEO e SIPRA

Não foram localizadas e qualificadas as informações de comunidades quilombolas com processo aberto no INCRA (diagnóstico). Não foram atualizados os cadastro das famílias quilombolas dos RTIDs já publicados. Não foram cadastradas no SIPRA as famílias quilombolas das comunidades com título expedido por outros órgãos.

Foram georreferenciados 117 imóveis em 9 territórios quilombolas, totalizando 66.995,7169 ha.

**Ação 5: Propor a decretação de territórios quilombolas.**

Não foram elaborados os conjuntos decretos.

**Ação 6: Desintrusão das áreas decretadas.**

Não foi identificada e qualificada a demanda por reassentamento das famílias não quilombolas com perfil de beneficiária da Reforma Agrária. Foram avaliados 15 imóveis, em 5 territórios quilombolas beneficiando 971 famílias. Não foram elaborados os conjuntos de avaliação.

---

### **3.1.4 Principais atividades de controle do Gestor**

---

O controle da governança agrária sobre malha fundiária está alinhado a partir do planejamento, feito por iniciativa própria, pela Divisão; observando as metas do INCRA Sede, conforme discriminado no quadro acima do Plano de Metas e Créditos 2014.

Os registros, controle e acompanhamento, seguem os normativos estabelecidos pela Autarquia com seus sistemas cadastrais (SNCR e SISNATE), cartográficos (SIGEF e SNCI), que têm por finalidade gerir as informações cadastrais das propriedades,

proceder a certificação dos imóveis rurais e o controle processual através do SISPROT, a saber:

### **Controle e Acompanhamento de Cadastro de Imóveis Rurais**

#### **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.**

Criado em 1972 pela lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e regulamentado pelo decreto nº. 72.106, de 18 de abril de 1973, fora instituído com o objetivo de promover a integração e sistematização da coleta, pesquisa e tratamento de dados e informações sobre o uso e posse da terra.

São integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural, os cadastros:

I- Cadastro de Imóveis Rurais

II- Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais

III- Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais

IV- Cadastro de Terras Públicas

**I – O Cadastro de Imóveis Rurais** têm como finalidades primordiais, o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País.,

Tem o objetivo de fornecer dados e elementos de orientação na programação dos instrumentos de Política Agrícola, a ser promovida e executada pelos órgãos federais, estaduais e municipais atuantes no setor da agricultura, assim como, fornecer dados e elementos de informação necessários à formulação e execução dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária.

**II O Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais** têm como finalidades primordiais, o levantamento sistemático dos proprietários e detentores de imóveis rurais, para conhecimento das condições de efetiva distribuição e concentração da terra e do regime de domínio e posse vigentes nas várias regiões do país.

**III O Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais**, tem como objetivo o levantamento sistemático dos arrendatários e parceiros rurais, para conhecimento das reais condições de uso temporário da terra, vigentes nas várias regiões do País.

**IV- O Cadastro de Terras Públicas** visa o levantamento das terras públicas federais, estaduais e municipais, visando ao conhecimento das disponibilidades de áreas apropriadas aos programas de Reforma Agrária e da situação dos posseiros e ocupantes de terras públicas.

#### **Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiros- SISNATE**

O SISNATE é um módulo integrante do Sistema Nacional de Cadastro Rural- SNCR

Têm como opções o Cadastro de Processos e as Consultas relativas aos processos cadastrados de Pessoas Estrangeiras relativas ao quantitativo de detenção de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, sejam elas naturais, jurídicas ou equiparadas, de acordo com as opções: por município, Nacionalidade e UF.

#### **Controle e Acompanhamento de Imóveis Rurais**

Para o Serviço de Cartografia os sistemas de controle e gestão SIGEF e SNCI auxiliam no monitoramento das áreas georreferenciadas e inclusas na base cartográfica do INCRA.

O SNCI (Sistema Nacional de Certificação de Imóveis) trata-se do Sistema utilizado para inclusão dos polígonos dos imóveis rurais georreferenciados, objeto do memorial descritivo, no banco de dados de certificação de imóveis rurais. É o Sistema antecessor ao SIGEF, utilizado na plataforma Quantum GIS, onde é possível a avaliação topológica e análise de sobreposição com o banco de dados georreferenciados existente no INCRA de forma a atestar que a poligonal, objeto do memorial descritivo, não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado.

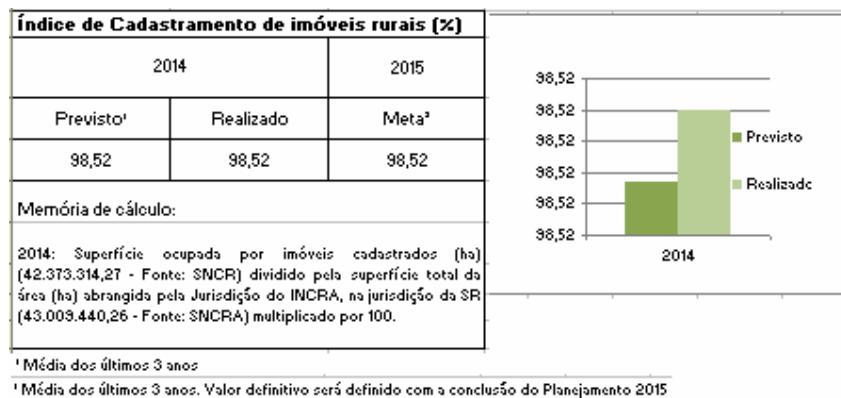
O Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida para subsidiar a governança fundiária do território nacional. Por ele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados. O Sistema permite a submissão direta dos dados pelo próprio responsável técnico pelos trabalhos através da internet, eliminando a análise humana sobre o processo, restringindo-a aos casos de sobreposição, auditoria e fiscalização. Quando aprovada, a Certificação será automaticamente emitida e quando recusada, será emitida uma notificação.

### **Controle e Acompanhamento Processual**

O Sistema de Comunicação de Protocolo - SISPROT consiste no cadastro e trâmite de processos formalizados no órgão. O uso do referido sistema tem como objetivo o controle e trâmite na formalização de processos, além de agrupá-los de acordo com sua natureza, assunto comum, (Cadastro Rural, Fiscalização Cadastral, Descaracterização de Imóveis Rurais, Parcelamento de Imóvel Rural localizado em Zona Urbana, Parcelamento de Imóveis Rurais localizados em Zona Rural, Desmembramento abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, Cancelamento de Cadastro, Aquisição e Arrendamento de Imóveis Rurais por Estrangeiro, Cadastro e Informação (INSS), impondo-lhes procedimentos padrões, facilitando e agilizando assim sua compreensão e tramitação.

### 3.1.5 Indicadores

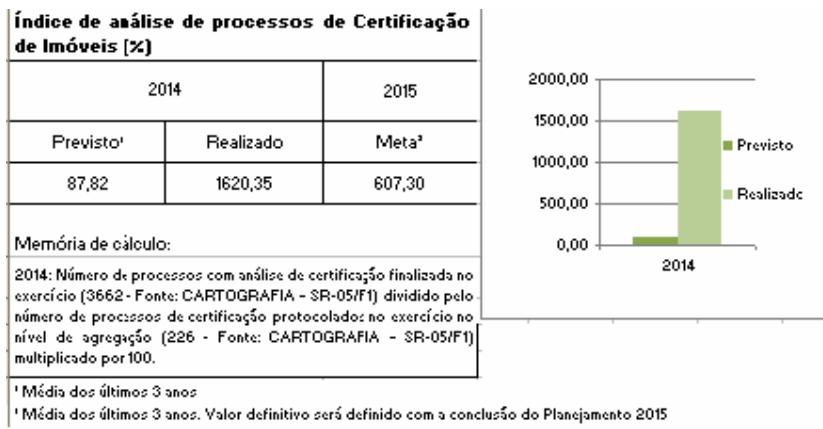
Quadro 1



**Análise** – Os índices alcançados no Cadastramento de Imóveis Rurais superaram a meta estabelecida para exercício devido ao desenvolvimento de uma série de ações no âmbito do Serviço de Cadastro Rural que iniciam-se no fortalecimento da força de trabalho, incorporando novos servidores e colaboradores ao setor, ampliação das Unidades Municipais de Cadastro – UMC's, implantação das Salas da Cidadania, além de revigorar as atividades vinculadas a Fiscalização Cadastral, Aquisição por Estrangeiros, Descaracterização de Imóveis Rurais, Parcelamento de Imóveis Rurais localizados em Zona Urbana e Rural, Desmembramento de Imóveis Rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento-FMP e Cancelamento de Cadastro junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

De acordo com os dados do SNCR o estado da Bahia conta com cerca 600.000 imóveis rurais, no entanto, o ultimo Censo Agropecuário do IBGE aponta a existência de cerca 750.000 imóveis rurais no estado, sendo essa diferença explicada basicamente pela demanda urgente de retomada do Programa de Regularização Fundiária realizada pelo governo do estado e ampliação das salas de cidadania.

**Quadro 2**

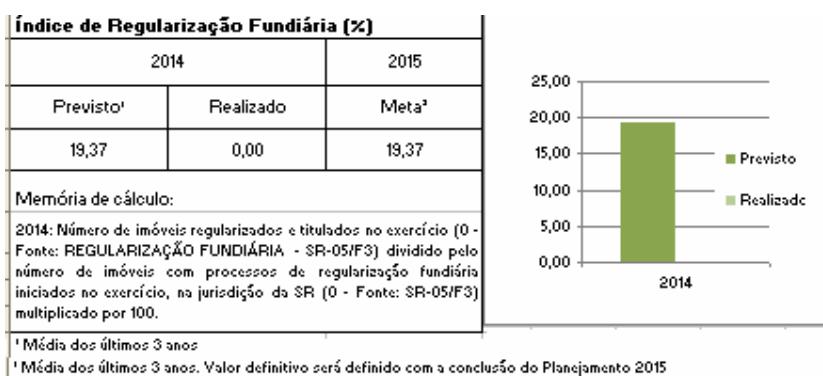


<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Os índices alcançados na Certificação de Imóveis remetem-se basicamente a realização de forças-tarefas para análise do passivo de processos de certificação remetidos a esta regional e também pela implantação do SIGEF que potencializou geometricamente a certificação de imóveis e consequentemente o conhecimento da malha fundiária no estado.

**Quadro 3**



<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Ver item Regularização Fundiária.

---

### **3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste**

---

Esta regional não desenvolve ações diretas para utilização ou destinação de terras públicas, bem como, ações de combate à grilagem de terras públicas da União e recuperação do patrimônio grilado.

## 3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

### 3.2.1 Demonstração da execução física e financeira

**Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	41.600	30.845	541.730	652.399	651.099	641.893	592.151	
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	1.920	2.155	155.000	225.000	208.085	194.507	185.465	
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	9.956	11.878	7.942.109	796.937	796.937	771.371	288.282	
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	0	0	0	0	0	0	
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	3	0	107.681	50.000	42.882	42.882	42.882	
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	20	0	92.688	0	0	0	0	

**Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	-	17.228	2.167	10.608	4.452
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	0	205	160	0	45
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	0	220.757	0	0	220.757
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	0	10.920	0	0	10.920
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	0	15.685	3.385	7.255	5.044

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento abarca as atividades regimentais, se estruturando em: Serviço de Obtenção, Serviço de Implantação de Assentamentos, Serviço de Meio Ambiente e de uma Coordenação Técnica das ações de vistoria e avaliação, exercida pelo Assistente Técnico.

Ao Serviço de Obtenção se designa as ações preparatórias de recebimento de pauta dos movimentos sociais, busca e análise dos documentos cartoriais, instrução processual, elaboração de cadeia dominial dos imóveis em desapropriação, notificação e comunicado ao representante legal do imóvel, comunicado aos órgãos sobre interesse concorrente e atendimento ao público. A meta estipulada para elaboração de cadeias dominiais não foi cumprida devido a insuficiência de corpo técnico, visto que dispomos de apenas duas analistas responsáveis pela confecção das referidas cadeias, sendo que uma delas gozou de licença maternidade no ano anterior, prejudicando o cumprimento da meta.

O Serviço de Implantação de Assentamentos se responsabiliza pelo cadastramento e seleção de famílias para o assentamento em projetos de assentamentos criados, em vagas existentes em projetos já existentes ou em áreas reconhecidas pelo INCRA. Também providencia os atos de criação e de implantação de projetos de assentamentos, elabora documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento, gerencia o SIPRA e aplica as ações referentes a NE 70, que visa correção de inconsistências no assentamento de famílias. A demanda relativa a processo a NE 70 vem crescendo substancialmente, devido ao trabalho conjunto do INCRA e INSS. Muitos processos estão “represados” devido a reduzida força de trabalho.

O Serviço de Meio Ambiente tem com atribuição a recepção, análise e encaminhamentos ao Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA, dos requerimentos das licenças dos imóveis em processo de obtenção. Tem também como atribuição o licenciamento e recuperação de áreas degradadas, através de formalização e supervisão de convênios e contratos; a realização de inventário florestal em imóveis em processo de obtenção ou em projetos de assentamentos, quando há necessidade de caracterizar a vegetação para calcular o Grau de Utilização da Terra – GUT, ou para propor supressão de vegetação.

### **3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**

A prioridade das ações da Divisão de Obtenção tem sido de atendimento das metas através das desapropriações. Observa-se, entretanto que a crescente gama de procedimentos que foram normatizadas para garantir mais segurança ao processo de obtenção, ampliaram seu prazo de tramitação. Depende-se cada vez mais de manifestações externas (cartórios, Fundação palmares, órgãos de terras do estado, órgãos ambientais estaduais e federais, DNPM, FUNAI, Correios, Superintendência do patrimônio da União, Arquivos Públicos, Vara Agrária). Além disso, a Bahia possui uma das legislações ambientais mais restritivas do país, pois o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais-CEFIR, solicita uma gama de informações bem maior do que o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o que gerou uma série de rodadas de reuniões entre o INCRA e o Instituto Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia – INEMA, tendo como encaminhamento a criação de um módulo especial para Reforma Agrária. Mesmo assim, foi necessário qualificar melhor os laudos de vistoria, bem como destinar engenheiros agrimensores para elaboração de mapas de uso atual e de uso proposto com a padronização exigida. Observa-se também que os proprietários estão mais bem assessorados, interpondo impugnações com argumentações mais fundamentadas.

Em virtude das dificuldades de encontrar áreas improdutivas em algumas regiões do estado da Bahia, a Regional vem adotando a modalidade de compra e venda via Decreto 433/92. A Regional lançou edital para compra de imóveis no extremo sul do estado, onde foram ofertados 08 imóveis, além das 22 áreas ofertadas pelas empresas de celulose, Veracel, Fibria e Suzano, abrangendo mais de 14.000 ha. 18 dessas áreas foram avaliadas, o que consumiu 65% dos recursos destinados para vistoria e avaliação, pois esta Regional definiu como prioridade este acordo de compra, que envolvem os movimentos sociais, INCRA e Governo do Estado da Bahia.

Outro fator preponderante para a redução do número de áreas desapropriadas, foram as portarias Nº 05,06,07/13, nas quais condicionam a quantidade mínima de 15 famílias para criação de PAs, e estabelece os parâmetros de valores em R\$ 40.000,00/Família em áreas no Semi-árido e R\$ 80.000,00/Família em região que predomina Mata Atlântica.

Imóveis obtidos em 2014:

IMÓVEL	Área (ha)	VALOR(TDA)*
Colatina A e B e Outras	3.968,6633	24.737.329,34
Campo Verde	1.884,4439	116.664,64
Conj. São José	359,4245	634.220,10
Santa Fé	1.415,8516	2.987.858,36
Carnahybas	4.249,8253	2.803.956,80

- Valores de TDAs não pertencentes ao Orçamento de 2014.

### **3.2.3 Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas**

No estado da Bahia, a Justiça Federal, através da 7ª Vara Agrária, determina que seja depositado em juízo todo valor correspondente ao passivo ambiental dos imóveis em processo de desapropriação. Mesmo assim, em toda avaliação de imóvel rural, considera-se o custo de recuperação do passivo, apontado em todos os Laudos de Avaliação, sendo o imóvel ajuizado com o valor correspondente, já descontado o custo da recuperação do passivo ambiental. A partir de decisão judicial, encaminha-se à Brasília a determinação do juízo solicitando a complementação dos valores que posteriormente são depositados à parte em juízo.

### **3.2.4 Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento**

---

Com a finalização do antigo Convênio com Governo do Estado da Bahia, para contratação de servidores via REDA, o Serviço de Meio Ambiente perdeu 06 técnicos que eram importantes para o andamento das atividades, como acompanhamento de condicionantes, elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e análise de peças técnicas para licenciamento, o que gerou acúmulo de trabalho no setor. Desde o 2º semestre de 2012, vem ocorrendo reunião entre INCRA e o INEMA, para adequação do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais, fato que levou o Serviço de Meio Ambiente a ficar numa situação de incerteza quanto aos procedimentos a serem adotados para regularização ambiental.

Com a implantação do Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos – SEIA, o qual tornou o processo de regularização Ambiental totalmente digital, há uma necessidade de uma nova adequação nas peças técnicas já elaboradas e finalizadas pelas empresas contratadas anteriormente.

O Serviço de Meio Ambiente recebe semanalmente uma grande quantidade de ofícios dos Ministérios Público Estadual e Federal solicitando informações sobre a regularidade ambiental dos Projetos de Assentamento.

Está sendo formado um Grupo de Trabalho para realizar coleta de informações que deverão ser repassadas para a Universidade Federal de Lavras, para regularização do passivo ambiental nos Projetos de Assentamento.

Em relação aos imóveis em processo de desapropriação, 53 licenças foram expedidas sem os devidos atendimentos de condicionantes, devido à falta de técnicos para acompanhar os trabalhos. Foram protocoladas no INEMA, aguardando expedição das licenças, 57 fazendas em fase de obtenção para iniciar o processo de regularização ambiental, aguardando transformação para nova modalidade do CEFIR. Existe um passivo ambiental bastante significante com 13 áreas da VPC (empresa contratada para elaboração de estudos técnicos) protocolada no INEMA, além de 06 áreas do IRPAA

(empresa contratada para elaboração de estudos técnicos) e 02 da PRESERVA (empresa contratada para elaboração de estudos técnicos). Aproximadamente 450 P.A. estão sem regularização ambiental.

Quanto as reservas Legais, 53 certificados foram expedidos com aprovação da Reserva pela antiga SEMARH, nos quais 31 são Projetos de Assentamento. Também foram expedidos 34 termos de compromisso de averbação de Reserva Legal.

Outra demanda bastante significativa são as denúncias de agressão ao meio ambiente. Na maioria dos casos, os relatos são sobre desmatamentos, queimadas e venda de madeiras por agentes externos ao P.A.

---

### **3.2.5 Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados**

---

Em regra, após o trânsito em julgado na decisão de 1º grau, o juiz emite o mandado o Mandado Translativo de Domínio, determinando que o cartório proceda o registro do imóvel em nome do INCRA.

Esta Regional está concluindo o levantamento dos imóveis que já estão em seu nome através de solicitação a todos os cartórios de imóveis da Bahia. Atualmente temos cerca de 1/3 de todas as áreas adquiridas em nome do Órgão, isto se deve ao fato de que o INCRA cria o assentamento a partir da imissão na posse do imóvel, podendo perdurar por muito tempo os recursos judiciais até a decisão do 1º grau.

O INCRA estabeleceu linhas de ação a partir do Acórdão TCU nº 557/04, que trata do registro contábil dos imóveis obtidos. Foi avaliada a necessidade de se escalar as atividades de registro por forma de obtenção dos imóveis, visto que os mesmos, pela sua natureza, podem estar com a situação dominial totalmente resolvida ou não. Desta forma, se iniciarão os registros dos 518 imóveis que foram incorporados ao Patrimônio da Autarquia pela ação de “Compra e Venda” baseada no Decreto 433/92, visto que, nestes casos, a

transação do dominial (Matrícula e Registro em nome do INCRA) é pressuposto para finalização da negociação.

Posteriormente, o INSTITUTO atuará nos imóveis obtidos por meio de desapropriação, por interesse social, amparados pelo escopo legal da Lei 8629/93. Por esta via a Autarquia já possui a imissão da posse de 5.464 imóveis, porém nestes casos, a transação dominial não é pressuposto, pois a Lei concede ao proprietário desapropriado a possibilidade de vários questionamentos judiciais, sendo necessária a solução judicial da lide, na grande maioria dos casos, para que haja transação dominial. Diante deste fato, será priorizado os imóveis cujo procedimento já foi completamente concluído no âmbito do judiciário, que soma pelo menos 2.042 imóveis. Estas informações ainda estão em fase de depuração por parte da Procuradoria Federal Especializada do INCRA.

Por fim, serão incluídos os imóveis incorporados por meio de arrecadação de terras públicas, doações e etc.

- Registro dos imóveis adquiridos por compra e venda

Total de imóveis: 518

Serão registrados os valores constantes do SIAF para terra nua e benfeitoria.

Prazo: março/14 a dezembro/15.

Responsáveis: Diretoria do INCRA.

- Registro dos imóveis desapropriados e que estão registrados em nome do INCRA

Total de imóveis: 5.464, sendo que destes 2.042 estão registrados no INCRA.

Serão registrados os valores constantes do SIAF para terra nua e benfeitoria.

Prazo: maio/14 a dezembro/17.

Responsáveis: Diretoria do INCRA.

- Registro das terras públicas

Total de imóveis: 2.478

Serão registrados os valores utilizados pelo INCRA nos processos de alienação de terras públicas.

Prazo: maio/14 a dezembro/18.

Responsáveis: Diretoria do INCRA.

A Tabela abaixo define o cronograma de registro de imóveis que foram incorporados ao Patrimônio da Autarquia pela ação de “Compra e Venda”; de imóveis desapropriados e que estão registrados em nome do INCRA; e de terras públicas.

Situação	Quantidade de imóveis	Forma de registro	Prazo
Imóveis adquiridos por compra e venda	518 imóveis	Serão registrados os valores constantes do SIAFI para terra nua e benfeitoria	Maio/2014 a Dezembro/2015
Imóveis desapropriados e que estão registrados em nome do INCRA	5.464 imóveis, sendo que destes 2.042 estão registrados no INCRA.	Serão registrados os valores constantes do SIAFI para terra nua e benfeitoria	Maio/2014 a Dezembro/2017
Terras públicas	2.478 imóveis	Serão registrados os valores utilizados pelo INCRA nos processos de alienação de terras públicas	Maio/2014 a Dezembro/2018

Na Bahia, temos 113 imóveis efetivamente registrados, com a certidão imobiliária arquivada.

### **3.2.6 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária**

O estado da Bahia possui o maior contingente de trabalhadores rurais Sem Terra na condição de acampados, onde estima-se um total de 40.000 famílias nessa situação.

Apesar da baixa capacidade operacional, seja por questões de servidores aptos para realizar as atividades fins, seja por questões de recursos financeiros, esta Regional conseguiu realizar o cadastramento de 2.155 famílias. Até a presente data não foram definidas pelo INCRA SEDE as metas físicas e orçamentárias para o próximo exercício (2015). As famílias que foram cadastradas em 2014 e anos anteriores, e ainda não foram assentadas, tornam-se automaticamente prioridade para assentamento no próximo exercício, juntamente com aquelas famílias cadastradas no próximo exercício e com áreas a serem destinadas já adquiridas.

---

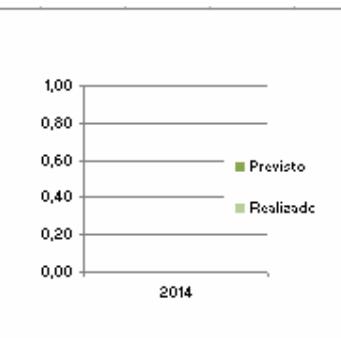
### **3.2.7 Principais atividades de controle do gestor**

---

A divisão de Obtenção de Terras desta Regional está subdividida em três setores distintos, o Serviço de Obtenção de Terras, que trata da condução processual das ações voltadas à desapropriações de imóveis; o Serviço de Meio Ambiente, que dá suporte às questões ambientais; e o Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento, que trata do cadastro, seleção e homologação das famílias a serem assentadas. O trabalho é conduzido pelo Chefe da Divisão de Obtenção, que conta com a colaboração dos coordenadores (chefes) dos setores, sendo responsabilidade de cada setor, cumprir da melhor forma possível suas atribuições, sempre se reportando ao Chefe da Divisão, com o objetivo de atingir as metas institucionais. São realizadas reuniões periódicas para acompanhamento das ações, e alimentado mensalmente uma planilha de monitoria das atividades, que posteriormente é encaminhada ao setor de Planejamento da Regional.

### 3.2.8 Demonstração dos resultados dos indicadores

Índice de gastos com obtenção de terras		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0,00	0,00	0,00
Memória de cálculo:		
2014: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: ) dividido pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: )		



<sup>1</sup>Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup>Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Não identificamos os dados relativos a gastos com obtenção de terras entre 2011 e 2014, uma vez que recursos para esta finalidade são geridos e pagos diretamente pela Sede do Incra.

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
661,11	400,00	411,11
Memória de cálculo:		
2014: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (8 - Fonte: ) dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, (2 - Fonte: ) multiplicado por 100.		



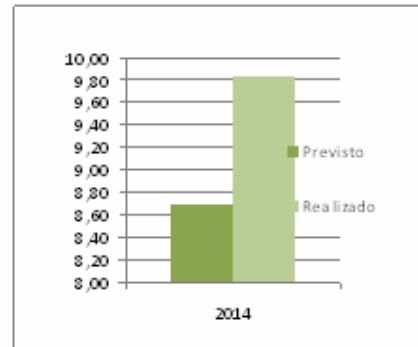
<sup>1</sup>Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup>Média dos últimos 3 anos. Número definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Historicamente o número de Licenças Protocoladas é bem superior à de Licenças expedidas, o que gera um indicador sempre maior que 100%.

**Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor (%)**

2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
8,70	9,82	8,32
Memória de cálculo:		
2014: número de assentamentos com licença ambiental em vigor (ou CAR) (50 - Fonte: ) dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, (509 - Fonte: ) multiplicado por 100.		



<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Número definitivo poderá sofrer alteração com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Existem 50 Licenças em vigor para os 509 Assentamentos existentes. O Licenciamento Ambiental é uma das grandes dificuldades que esta Regional enfrenta, conforme verificamos no item 3.2.3 deste Relatório.

### 3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

#### 3.3.1 Demonstração da execução física e financeira

**Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	29.794	36.401	20.787.826	7.766.680	7.758.072	1.433.709	1.433.709	
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	2	0	4.400	0	0	0	0	
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	3.758	6.184	23.776.080	0	0	0	0	
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	661	0	6.508.727	14.007.785	14.003.114	5.597.793	5.597.793	
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	149	0	93.000	82.910	82.733	82.733	82.733	
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	874	8.387	243.572	293.571	293.207	282.207	282.207	
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	941	139	164.725	329.374	307.543	307.543	307.543	
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	1.286	44	771.449	1.074.283	1.015.411	511.856	511.856	

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	489	527	28.754	228.227	222.243	220.243	206.831	
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0	0	0	0	0	
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	311	520	1.200.000	497.336	495.665	494.950	493.665	
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	0	1.848	1.684	1.684	1.684	

**Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar\***

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	-	12.536.410	1.332	1.000.000	11.535.844
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	13.289.600	13.289.600	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	23.360.108	8.923.689	6.700.122	7.736.297
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	1.500	0	0	1.500

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	46.561	20.253	26.307	0
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	1.400	1.061	188	151
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	3.863.447	1.228	238.828	3.623.391
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	0	0	0	0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	82.000	32.000	0	50.000
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	1.437.033	315	0	1.286.717
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	0	0	0

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### **Ação 210S – Assistência Técnica Para a Reforma Agrária**

A Superintendência Regional do INCRA na Bahia, possui um convênio voltado para prestação de Assessoria Técnica Social e Ambiental com o Governo do Estado da Bahia desde 2008 (CRTBA0001/2008). Tal parceria apresenta a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEAGRI, como convenente e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, como executora dos serviços de ATES. Após, 5 anos de execução, onde a Bahia se configurou como um dos melhores estados do Brasil em termos de percentual de atendimento do programa (35.493 famílias), houve uma pequena redução do público beneficiário da referida parceria em decorrência da percepção de algumas deficiências constatadas no convênio, em especial o déficit de técnicos em exercício nas atividades em algumas regiões do estado.

Diante deste quadro efetivou-se o fechamento de 05 Núcleos Operacionais inicialmente previstos no convênio e houve substituição desses Núcleos por duas Prestadoras de ATER através da Chamada Pública de ATER 01/2013. O total de famílias atendidas é de 35.530 famílias, sendo 31.211 pelo convênio de ATES e 4.319 através da Chamada Pública 001/2013.

Apesar de superada a meta física estabelecida, a meta orçamentária não foi atingida. Isso ocorreu devido à previsão inicial da realização de mais uma Chamada Pública no final do exercício para início efetivo da operação no exercício de 2015. Entretanto, considerando que o quadro de técnicos disponível à ação que é de apenas 03 servidores e a indisponibilidade de outros para serem agregados ao processo, somados ao alto grau de complexidade e volume de trabalho associado à operação da ATER no formato estabelecido pelas Leis 12.188/2010 e 8.666/1993, decidiu-se pela não elaboração da Chamada Pública. A execução orçamentária se resumiu a honrar os compromissos firmados com a parceria e contratos já existentes, (CRT001/2008, CRT017/2013, CRT018/2013).

No quadro abaixo pode-se verificar os assentamentos que possuem Assistência Técnica , nome do município, nº de beneficiários e qual empresa presta a assistência técnica nos Projetos de Assentamento da Bahia.

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
GUIMARÃES	SENTO SE	BA0919000	155	88	9534,58	Jussara	EBDA
12 DE MAIO	ARACAS	BA0181000	31	31	540,9	Esplanada	EBDA
17 DE ABRIL	TAPEROA	BA0140000	80	38	999,237	Camamu	EBDA
1º DE ABRIL PARAGUAÇU	IPIRA	BA0420000	85	83	4288,4904	Ruy Barbosa	EBDA
3 DE ABRIL	SAO SEBASTIAO DO PASSE	BA0156000	98	92	2495,211	Santo Amaro	EBDA
AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO	SERRA DO RAMALHO	BA0075000	600	592	20820,0551	Serra do Ramalho	EBDA
AGUA SALGADA/BELO MONTE	CANSANCAO	BA0478000	22	22	1178,958	Monte Santo	FUNDESF
ALAGOINHAS	JACOBINA	BA0061000	47	47	492	Morro do Chapéu	EBDA
ALDEIA	IPIRA	BA0101000	81	84	3454,7309	Ruy Barbosa	EBDA
ALIANÇA	BOA VISTA DO TUPIM	BA0515000	69	66	2338,5198	Boa Vista Tupim	EBDA
AMARALINA	VITORIA DA CONQUISTA	BA0044000	131	139	2722	Vitória Conquista	EBDA
AMAZONAS	TUCANO	BA0188000	21	16	804,3478	Tucano	FUNDESF
ANA ROSA	POJUCA	BA0374000	59	57	1445,3288	Mata São João	EBDA
ANATIVA	MARCIONILIO SOUZA	BA0915000	57	20	2095,7374	Marcionilio	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ANDARAI I	ANDARAI	BA0012000	414	412	13908	Andaraí	EBDA
ANGICAL I	ANGICAL	BA0010000	996	922	54000	Angical	EBDA
ANGICO	BARRA	BA0389000	40	40	1949,959	Barra	COOTEBA
ANICE	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	BA0090000	34	29	1072,925	Ibotirama	EBDA
ANTONIO CONSELHEIRO	SANTA LUZ	BA0094000	37	37	1030,574	Santa Luz	EBDA
ANTONIO CONSELHEIRO	WENCESLAU GUIMARAES	BA0333000	20	20	303,0795	Gandu	EBDA
ANTONIO CONSELHEIRO	BARRA	BA0391000	21	19	1900,6896	Barra	COOTEBA
ANTÔNIO CONSELHEIRO II	SANTA RITA DE CASSIA	BA0252000	300	297	13217,0004	Sta Rita Cassia	EBDA
ANTONIO CONSELHEIRO III	CAMAMU	BA0465000	35	35	337,929	Camamu	EBDA
APARECIDA DO NORTE	ITAGUACU DA BAHIA	BA0517000	67	65	2308,1697	Jussara	EBDA
ARARUNA	LENCOIS	BA0266000	15	15	352,1178	Utinga	EBDA
ARCO VERDE	SANTA RITA DE CASSIA	BA0327000	60	59	3755,6055	Sta Rita Cassia	EBDA
ARGEMIRO MENDES DE OLIVEIRA	CAMAMU	BA0399000	24	24	394,271	Camamu	EBDA
ARIZONA E OUTRAS	ITAPICURU	BA0318000	91	89	2076,4694	Esplanada	EBDA
ASSEMBLEIA	JAGUAQUARA	BA0368000	35	35	848,5646	Maracás	EBDA
ATRACAJU	TUCANO	BA0907000	35	28	1402,9222	Tucano	FUNDESF
AUXILIADORA	CAMACAN	BA0192000	35	30	388,4755	Camacan	EBDA
BAIXA ALEGRE	JAGUAQUARA/ITAQUARA	BA0870000	34	31	1236,2066	Maracás	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
BAIXA GRANDE	MORRO DO CHAPEU	BA0056000	40	40	1433,295	Morro do Chapéu	EBDA
BAIXAO	ITAETE	BA0211000	161	142	3519,6694	Itaetê	EBDA
BANGUE	CURAÇÁ	MF0085000	40	40	5629,8119	Uauá	EBDA
BARRA VERDE	BOA VISTA DO TUPIM	BA0155000	100	95	2490,54	Boa Vista Tupim	EBDA
BARRO BRANCO	MATA DE SAO JOAO	BA0373000	21	21	246,3743	Mata São João	EBDA
BARRO ERMELHO/CANUDOS	BARRA	BA0158000	250	244	4180,1641	Barra	COOTEBA
BATALHA	BOM JESUS DA LAPA	BA0349000	450	440	14946,7443	Bom Jesus da Lapa	EBDA
BEIRA RIO	BOA VISTA DO TUPIM	BA0121000	400	393	11007	Boa Vista Tupim	EBDA
BEIRA RIO	SANTA RITA DE CASSIA	BA0561000	129	125	9877,01	Sta Rita Cassia	EBDA
BEIRA RIO	SENTO SE	BA0863000	75	39	4671,4945	Jussara	EBDA
BEIRA RIO III	MONTE SANTO	BA0530000	10	9	305,2792	Monte Santo	FUNDESF
BELA CONQUISTA	ITIUBA	BA0600000	35	35	688	Itiuba	EBDA
BELA FLOR	LENCOIS	BA0166000	20	19	505	Utinga	EBDA
BELA VISTA	ITAMARAJU	BA0157000	175	157	2388,1373	Itamaraju	EBDA
BELA VISTA II	CASA NOVA	BA0296000	25	24	213,1841	Sobradinho	EBDA
BELA VISTA/MOVELAR	SANTA CRUZ CABRALIA	BA0542000	95	83	1469,046	Eunápolis	EBDA
BOA ESPERANÇA	BOM JESUS DA LAPA	BA0239000	35	27	1125,1739	Bom Jesus da Lapa	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
BOA SORTE	WENCESLAU GUIMARAES	BA0159000	50	48	1099,3418	Gandu	EBDA
BOA SORTE UNA	IRAMAIA	BA0523000	475	446	17387,8514	Iramaia	EBDA
BOA SORTE/RECREIO	RIBEIRAO DO LARGO	BA0142000	75	70	1362,4955	Vitória Conquista	EBDA
BOA VISTA DE ESPLANADA	ESPLANADA	BA0528000	30	28	1002,1365	Esplanada	EBDA
BOM JESUS DAS ORTIGAS	ITAPICURU	BA0321000	44	42	1059,3256	Esplanada	EBDA
BOM SUCESSO	PEDRO ALEXANDRE	BA0308000	42	42	1753,0982	Jeremoabo	EBDA
BONITO DAS UMBURANAS	PEDRO ALEXANDRE	BA0260000	46	46	1930,7266	Jeremoabo	EBDA
BOQUEIRAO	LENCOIS	BA0255000	70	68	1137,68	Utinga	EBDA
BREJÃO	ENCRUZILHADA	BA0365000	61	61	1279,4647	Vitória Conquista	EBDA
BREJO DE SÃO JOSÉ	RIACHO DE SANTANA	BA0084000	102	96	3722,25	Bom Jesus da Lapa	EBDA
BUIQUE	BUERAREMA	BA0114000	33	29	366,02	Itabuna	EBDA
BURUNDANGA	IGRAPIUNA	BA0212000	40	40	953,717	Camamu	EBDA
CACHÁ	MARCIIONILIO SOUZA	BA0016000	488	448	11383	Marcionilio	EBDA
CACHOEIRA BONITA E CONCEIÇÃO	UBAITABA	BA0258000	60	40	965,3328	Itabuna	COOTEBA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
CACIMBA	CORIBE	BA0099000	137	38	8211,2531	Coribe	FUNDESF
CAIMÃ	ADUSTINA	BA0297000	89	88	4427,89	Jeremoabo	EBDA
CAIMBONGO	CACHOEIRA	BA0160000	68	68	2039	Santo Amaro	EBDA
CAJUEIRO (NV SOURE)	NOVA SOURE	BA0088000	26	22	511,25	Jeremoabo	EBDA
CALIFORNIA II	ITAGUACU DA BAHIA	BA0030000	46	37	3273	Jussara	EBDA
CAMPINHOS	CANAVIEIRAS	BA0108000	40	26	500	Ilhéus	EBDA
CAMPO FORMOSO	NOVA REDENCAO	BA0329000	26	26	740,7067	Andaraí	EBDA
CAMPO GRANDE I	BOM JESUS DA LAPA	BA0248000	120	120	4368,672	Bom Jesus da Lapa	EBDA
CANAÃ	REMANSO	BA0454000	90	89	5043,5218	Remanso	EBDA
CANAA II	CANAVIEIRAS	BA0284000	55	55	812,5776	Ilhéus	EBDA
CANGUSSU	BARRA DO CHOCA	BA0129000	60	59	867,2852	Vitória Conquista	EBDA
CARITA	JEREMOABO	BA0256000	100	99	5321,42	Jeremoabo	EBDA
CARLOTA	RIACHÃO DAS NEVES	BA0292000	75	75	2449,963	Barreiras	EBDA
CASCATA	AURELINO LEAL	BA0196000	40	39	597,9421	Itabuna	COOTEBA
CASSATINGA	ITIUBA	BA0601000	42	42	1036,86	Itiuba	EBDA
CASTELO	RIACHÃO DAS NEVES	BA0295000	60	56	3899,3388	Barreiras	EBDA
CAXIADO	SÃO DESIDÉRIO	BA0884000	46	24	1771,51	Barreiras	EBDA
CEDRO	VITORIA DA CONQUISTA	BA0179000	60	58	800	Vitória Conquista	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
CEDRO III	GANDU	BA0311000	18	18	292,9892	Gandu	EBDA
CENTRAL	BONITO	BA0215000	150	99	2064,78	Morro do Chapéu	EBDA
CHE GUEVARA	BOA VISTA DO TUPIM	BA0468000	52	52	1733,044	Boa Vista Tupim	EBDA
CHICO MENDES	WENCESLAU GUIMARAES	BA0167000	35	31	425,9769	Gandu	EBDA
CHICO MENDES II	PORTO SEGURO	BA0253000	65	64	885,0052	Eunápolis	EBDA
CHUQUE	JEREMOABO	SE0201000	30	30	1210,6898	Jeremoabo	EBDA
CIPÓ	VITORIA DA CONQUISTA	BA0186000	80	41	1443,8	Vitória Conquista	EBDA
CONCEIÇÃO	SITIO DO MATO	BA0304000	45	44	2026,61	Sítio do Mato	COOTEBA
CONJUNTO ALEMITA	ITABUNA	BA0522000	30	30	343,3436	Itabuna	COOTEBA
CONJUNTO BAIXAO	VITORIA DA CONQUISTA	BA0300000	70	49	1837,7763	Vitória Conquista	EBDA
CONJUNTO BOM GOSTO/JERUSALÉM	ILHEUS	BA0226000	40	39	431,3063	Ilhéus	EBDA
CONJUNTO COARY	SANTA LUZIA	BA0232000	18	18	258,34	Camacan	EBDA
CONJUNTO CRUZEIRO DO NORTE E SANTA MARIA	ITAJUIPE	BA0869000	11	30	86,3301	Itabuna	COOTEBA
CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL	UBAITABA	BA0264000	60	56	909,875	Ubaitaba	EBDA
CONJUNTO LARANJEIRA	MARAU	BA0303000	30	29	927	Ubaitaba	EBDA
CONJUNTO MINEIRO	GANDU	BA0312000	26	25	323,4813	Gandu	EBDA
CONJUNTO PALESTINA	WAGNER	BA0110000	60	36	1125,65	Utinga	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
CONJUNTO SAO JOAO	IBIRAPITANGA	BA0519000	44	44	727,9551	Ubaitaba	EBDA
CONJUNTO VILA ISABEL	IBICARAI	BA0191000	60	55	1016,1156	Itabuna	EBDA
CONQUISTA DO RIO PARDO	VITORIA DA CONQUISTA	BA0138000	60	46	1457,3656	Vitória Conquista	EBDA
COROA DE CABRÁLIA	SANTA CRUZ CABRALIA	BA0615000	60	59	672,8627	Eunápolis	EBDA
COROA VERDE	BARRA DO ROCHA	BA0228000	60	55	1477,4621	Itabuna	COOTEBA
COSME E DAMIAO	CAMACARI	BA0449000	30	29	204,9652	Mata São João	EBDA
COSME MUNIZ	ILHEUS	BA0132000	40	35	423,991	Ilhéus	EBDA
COVA DA ÁRVORE	TUCANO	BA0213000	80	80	6534	Tucano	FUNDESF
CSB	SERRA DO RAMALHO	BA0072000	209	205	5664,3707	Serra do Ramalho	EBDA
CURRAL DAS VARGENS	BOM JESUS DA LAPA	BA0383000	155	152	9213,3912	Bom Jesus da Lapa	EBDA
DANDARA	IRAMAIA	BA0362000	50	49	1219,6133	Iramaia	EBDA
DANDARA DOS PALMARES	CAMAMU	BA0193000	70	63	1452,239	Camamu	EBDA
DOIS IRMÃOS	ILHEUS	BA0234000	25	22	461,8727	Ilhéus	EBDA
DOM HELDER CAMARA	ILHEUS	BA0334000	26	26	241,07	Ilhéus	EBDA
DOM MATTHIAS	IPIRA	BA0479000	150	109	4919,0326	Ruy Barbosa	EBDA
DOM RICARDO	RIACHÃO DAS NEVES	BA0883000	182	181	12681,48	Barreiras	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
DORCINA PAULA DE OLIVEIRA	BONITO	BA0172000	27	20	406,88	Morro do Chapéu	EBDA
ELDORADO	SANTO AMARO	BA0163000	50	44	653,4	Santo Amaro	EBDA
EMBAUBA I	SANTA CRUZ CABRALIA	BA0178000	41	41	676,9373	Eunápolis	EBDA
ENTRE RIOS	CAMACAN	BA0287000	32	32	321,6977	Camacan	EBDA
ERNESTO CHE GUEVARA	CAMAMU	BA0379000	19	19	391,2455	Camamu	EBDA
ERNESTO CHEGUEVARA	WENCESLAU GUIMARAES	BA0128000	60	50	848,2488	Gandu	EBDA
ESTANCIA SANTA CRUZ	SANTA CRUZ CABRALIA	BA0127000	17	10	319,4991	Eunápolis	EBDA
ETELVINO CAMPOS	VITORIA DA CONQUISTA	BA0900000	50	52	426	Vitória Conquista	EBDA
ETEVALDO BARRETO PELÉ	IBICARAI	BA0332000	40	30	518,2684	Itabuna	EBDA
EUCLIDES NETO	MATA DE SAO JOAO	BA0267000	76	75	2222,9	Mata São João	EBDA
EUCLIDES NETO II	IBIRATAIA	BA0836000	10	10	157,8425	Itabuna	COOTEBA
EUGENIO LYRA	BONITO	BA0097000	60	36	1573,0809	Morro do Chapéu	EBDA
EUROPA	ITAETE	BA0271000	50	50	1190,8456	Itaetê	EBDA
FABIO HENRIQUE	WENCESLAU GUIMARAES	BA0216000	76	76	1288,925	Gandu	EBDA
FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA	ILHEUS	BA0086000	30	29	269,86	Ilhéus	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
FAZ REUNIDAS BOA VISTA E OUTRAS	ESPLANADA	BA0566000	62	46	2436,7091	Esplanada	EBDA
FAZENDA ALMAS	ITAGUACU DA BAHIA	BA0029000	190	251	8840	Jussara	EBDA
FAZENDA BOM JESUS	IGRAPIUNA	BA0520000	35	29	351,0492	Camamu	EBDA
FAZENDA BOM SUCESSO E OUTRAS	SAO FELIX DO CORIBE	BA0369000	20	20	1519,6441	Sta Maria Vitória	EBDA
FAZENDA BOQUEIRAO	TUCANO	BA0289000	24	24	825,5782	Tucano	FUNDEF
FAZENDA BORÁ	ITAGUACU DA BAHIA	BA0879000	33	16	1496,74	Jussara	EBDA
FAZENDA BRASIL	BARRO PRETO	BA0280000	50	50	599,2004	Itabuna	COOTEBA
FAZENDA CAJUEIRO I	XIQUE-XIQUE	BA0354000	135	126	3927,9943	Xique-Xique	EBDA
FAZENDA CAJUEIRO II	XIQUE-XIQUE	BA0353000	130	108	3706,2916	Xique-Xique	EBDA
FAZENDA CALIFORNIA	ITAGUACU DA BAHIA	BA0039000	35	13	1540	Jussara	EBDA
FAZENDA CRISPIM	BOA VISTA DO TUPIM	BA0040000	275	24	6063	Boa Vista Tupim	EBDA
FAZENDA DESTERRO	MONTE SANTO	BA0033000	116	97	4130	Monte Santo	FUNDEF
FAZENDA DOIS IRMAOS	WENCESLAU GUIMARAES	BA0382000	21	19	304,6863	Gandu	EBDA
FAZENDA ESPERANCA	MUCURI	BA0358000	83	83	1014,9663	Mucuri	EBDA
FAZENDA GUAÍRA	PRADO	BA0032000	26	22	918,65	Itamaraju	EBDA
FAZENDA ITACUTIARA	BARRA	BA0046000	727	380	31172	Barra	COOTEBA
FAZENDA JAGUARACY	SAO GABRIEL	BA0202000	21	4	632,9287	Jussara	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
FAZENDA LAGOA DA ONCA	PLANALTINO	BA0337000	41	39	740,7206	Maracás	EBDA
FAZENDA AGRE/MANGARATIBA	SAO GABRIEL	BA0204000	43	40	1343,7802	Jussara	EBDA
FAZENDA MUNDURI	IBIQUERA	BA0298000	98	98	3330,0668	Boa Vista Tupim	EBDA
FAZENDA NOSSA SRA DO ROSÁRIO	PRADO	BA0022000	44	43	1244	Itamaraju	EBDA
FAZENDA NOVA DELY	ITAMARAJU	BA0025000	52	52	1457,379	Itamaraju	EBDA
FAZENDA PARAÍSO	SAO GABRIEL	BA0201000	20	18	695,7	Jussara	EBDA
FAZENDA POLINÉSIA	BOA VISTA DO TUPIM	BA0575000	70	70	2201,0764	Boa Vista Tupim	EBDA
FAZENDA QUEIMADAS	AMERICA DOURADA	BA0200000	24	21	500	Jussara	EBDA
FAZENDA REUNIDAS ESPLANADA	SANTA RITA DE CASSIA	BA0417000	63	60	4297,48	Sta Rita Cassia	EBDA
FAZENDA REUNIDAS FS	IRAUARA	BA0293000	120	119	3127,5743	Andaraí	EBDA
FAZENDA REUNIDAS PAI JOÃO	CORIBE	BA0034000	414	252	14763	Coribe	FUNDESF
FAZENDA ROCHEDO E OUTRAS	ILHEUS	BA0580000	35	29	342,3008	Ilhéus	EBDA
FAZENDA SACRIFÍCIO	SAO GABRIEL	BA0203000	18	11	991,397	Jussara	EBDA
FAZENDA SANTANA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	BA0045000	148	173	6370	Ibotirama	EBDA
FAZENDA SAO JOAO	NILO PECANHA	BA0456000	30	29	414,868	Camamu	EBDA
FAZENDA SERRA GRANDE	CORIBE	BA0665000	58	58	4678,9824	Coribe	FUNDESF

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
FAZENDA VALE DO BOQUEIRÃO	BARRA	BA0577000	163	123	7540,2058	Barra	COOTEBA
FAZENDA VAVA	URUCUCA	BA0348000	19	19	159,9568	Itabuna	EBDA
FERRADURA	BARRA	BA0350000	76	75	5496,5182	Barra	COOTEBA
FLORESTA E OUTRAS	ITABERABA	BA0274000	17	17	708,2851	Ruy Barbosa	EBDA
FLORESTAN FERNANDES	ITAETE	BA0516000	68	64	1290,7625	Itaetê	EBDA
FLORIDA	MORPARA	BA0366000	100	95	7606,01	Morpará	EBDA
FREI VANTUY	ILHÉUS	BA0242000	47	41	476,4368	Ilhéus	EBDA
GALILEIA	POÇOES	BA0377000	69	69	1928,0848	Vitória Conquista	EBDA
GAMELEIRA	ITAMBE	BA0381000	45	44	671,0187	Vitória Conquista	EBDA
GRUPO SANTO ANTONIO	ARATACA	BA0195000	80	35	514	Camaçan	EBDA
HELVÉCIA	ITAJUIPE	BA0235000	55	36	467,724	Itabuna	EBDA
ILHA DA LIBERDADE	BARREIRAS	BA0375000	30	30	984,2863	Barreiras	EBDA
IMBORES, BELA VISTA	SITIO DO MATO	BA0585000	84	83	3237,87	Sítio do Mato	COOTEBA
IPAUATE	IRAJUBA	BA0345000	63	62	1359,8857	Santa Ines	EBDA
IPIRANGA	UNA	BA0169000	45	44	1260,9975	Ilhéus	EBDA
ITARARÉ	BUERAREMA	BA0241000	45	39	555,5851	Itabuna	EBDA
ITATIAIA	SANTA INÉS	BA0460000	39	32	991,0441	Santa Ines	EBDA
JACARANDÁ	SANTANA	BA0214000	249	246	8175	Sta Maria Vitória	EBDA
JEQUIRICA	UBAIRA	BA0376000	61	59	1108,6474	Santa Ines	EBDA
JEQUITIBA	MUCURI	BA0462000	139	137	1645,8189	Mucuri	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
JIBÓIA	SENHOR DO BONFIM	BA0584000	62	59	1041,8997	Senhor do Bomfim	EBDA
JOAO AMAZONAS	ILHEUS	BA0384000	75	74	833,2629	Ilhéus	EBDA
JOÃO EPIFÂNIO PARAÍSO/ITACARÉ)	ITACARE	BA0310000	32	32	368,7723	Ubaitaba	EBDA
JOSEFA VITÓRIA	ILHEUS	BA0171000	22	22	180,83	Ilhéus	EBDA
JOSENEI	ITUBERA	BA0177000	61	61	825,6876	Camamu	EBDA
KHAETA	MARACAS	BA0385000	63	63	2035,6733	Maracás	EBDA
LAGE DO ARIRI	MONTE SANTO	BA0564000	7	4	126,9498	Monte Santo	FUNDESF
LAGOA BONITA	MUCURI	BA0393000	119	117	1420,0763	Mucuri	EBDA
LAGOA CALDEIRÃO	VITORIA DA CONQUISTA	BA0074000	120	75	1507	Vitória Conquista	EBDA
LAGOA DA ONÇA	SERRA DOURADA	BA0360000	115	84	4872,202	Sítio do Mato	COOTEBA
LAGOA DA VACA	CURAÇÁ	MF0200000	60	60	4931,0119	Uauá	EBDA
LAGOA DE DENTRO I E II	OUROLANDIA	BA0355000	40	40	2261,6281	Morro do Chapéu	EBDA
LAGOA DE ITAPARICA	XIQUE-XIQUE	BA0518000	50	48	2327,1326	Xique-Xique	EBDA
LAGOA DO BOI	SANTA LUZ	BA0073000	79	77	1360,3788	Santa Luz	EBDA
LAGOA DO COQUI	MONTE SANTO	BA0461000	12	9	267,8467	Monte Santo	FUNDESF
LAGOA DOURADA	PARATINGA	BA0347000	22	22	1324,4643	Paratinga	EBDA
LAGOA NOVA	VITORIA DA CONQUISTA	BA0299000	45	44	1015,1897	Vitória Conquista	EBDA
LAGOINHA E BOA VISTA	MORRO DO CHAPEU	BA0380000	74	70	1748,9498	Morro do Chapéu	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
LAJEDO BONITO	GUARATINGA	BA0263000	52	52	543,35	Eunápolis	EBDA
LAMEIRO	TAPIRAMUTA	BA0527000	18	17	357,3223	Ruy Barbosa	EBDA
LIBERDADE	MARAU	BA0305000	57	52	725,5	Ubaitaba	EBDA
LIMOEIRO	CAMAMU	BA0227000	55	54	1303,4652	Itabuna	COOTEBA
LOANDA	ITAJUIPE	BA0079000	50	46	408,4023	Itabuna	EBDA
LORETA VALADARES	IBICARAI	BA0378000	31	31	519,5055	Itabuna	COOTEBA
LUCAS DANTAS	ITUBERA	BA0173000	50	49	701,78	Camamu	EBDA
LUIZ NUNES	CASA NOVA	BA0247000	70	50	561,9389	Sobradinho	EBDA
LUZITANIA	MARAU	BA0598000	30	27	278,6732	Ubaitaba	EBDA
MACACO SÉCO	ITAETE	BA0269000	35	35	927,3833	Itaetê	EBDA
MAÇARANDUBA NOVA ESPERANÇA	MARAU	BA0924000	38	38	586,6398	Itabuna	COOTEBA
MAJU	SAO SEBASTIAO DO PASSE	BA0233000	29	29	479,7218	Santo Amaro	EBDA
MALHADOR JUREMA	CANUDOS	BA0592000	37	24	2206,8079	Uauá	EBDA
MANGAL I	SITIO DO MATO	BA0197000	60	58	3000	Sítio do Mato	COOTEBA
MANGAL II	SITIO DO MATO	BA0131000	100	93	8179,0582	Sítio do Mato	COOTEBA
MANOEL CHINÊS	ITABUNA	BA0261000	40	40	415	Itabuna	COOTEBA
MANOEL DIAS	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	BA0416000	114	108	3933,1152	Ibotirama	EBDA
MARAVILHA	EUNAPOLIS	BA0080000	199	194	3757,0946	Eunápolis	EBDA
MARAVILHA	MONTE SANTO	BA0881000	22	22	601,58	Monte Santo	FUNDESF

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
MARCHA BRASIL	IGUAI	BA0277000	60	59	1141,606	Vitória Conquista	EBDA
MARGARIDA ALVES	ITUBERA	BA0139000	30	24	522,25	Camamu	EBDA
MARI	CANSANCAO	BA0245000	73	57	3705,7111	Monte Santo	FUNDESF
MARIA ZILDA	CORDEIROS	BA0509000	54	52	5408,5491	Vitória Conquista	EBDA
MARIANA	CAMAMU	BA0060000	28	28	648,2426	Camamu	EBDA
MAROLÂNDIA	SITIO DO MATO	BA0351000	22	22	909,04	Sítio do Mato	COOTEBA
MATA DO SOSSEGO	IGRAPIUNA	BA0117000	82	82	1567,6799	Camamu	EBDA
MENINO JESUS	AGUA FRIA	BA0364000	212	207	13009,5185	Mata São João	EBDA
MIRANTE	IGRAPIUNA	BA0174000	40	42	722,2	Camamu	EBDA
MOÇAMBIQUE	ITAETE	BA0270000	50	50	2051,325	Itaetê	EBDA
MOCAMBO	ANDARAI	BA0149000	225	198	6618,5	Andaraí	EBDA
MOCAMBO/BONFIM	VITORIA DA CONQUISTA	BA0098000	80	79	1256,4254	Vitória Conquista	EBDA
MOKA	CAMPO FORMOSO	BA0861000	18	8	620,0592	Senhor do Bomfim	EBDA
MORENO	NOVA REDENCAO	BA0346000	140	119	4840,0972	Andaraí	EBDA
MORRINHOS	MORRO DO CHAPEU	BA0059000	63	56	1986,8513	Morro do Chapéu	EBDA
MUCAMBINHO	SANTA LUZ	BA0036000	100	82	3600	Santa Luz	EBDA
MURITY	TUCANO	BA0207000	154	152	5922,766	Tucano	FUNDESF
MUTUM	VITORIA DA CONQUISTA	BA0134000	120	67	2862,312	Vitória Conquista	EBDA
NANCY	MASCOTE	BA0116000	32	32	542,2983	Camacan	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
NASCENCA E CONQUISTA	MORRO DO CHAPEU	BA0398000	22	20	1085,3153	Morro do Chapéu	EBDA
NOSSA SENHORA APARECIDA	UBAITABA	BA0587000	25	21	261,0258	Ubaitaba	EBDA
NOSSA SENHORA AUXILIADORA	BOA VISTA DO TUPIM	BA0397000	69	68	1953,9255	Boa Vista Tupim	EBDA
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	SANTA BRIGIDA	BA0910000	24	21	1225,56	Jeremoabo	EBDA
NOVA CANAÃ	PINDOBACU	BA0488000	84	81	2671,207	Senhor do Bomfim	EBDA
NOVA CONQUISTA DE ITIÚBA	ITIUBA	BA0273000	20	25	1378	Itiuba	EBDA
NOVA ESPERANÇA	SITIO DO MATO	BA0135000	105	103	6500	Sítio do Mato	COOTEBA
NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO	CANSANCAO	BA0165000	130	112	6391,18	Monte Santo	FUNDESF
NOVA ESPLANADA CAPEFE	MANSIDAO	BA0459000	161	136	9715,235	Sta Rita Cassia	EBDA
NOVA ESPLANADA I	MANSIDAO	BA0452000	159	146	9964,7214	Sta Rita Cassia	EBDA
NOVA GALICIA	UNA	BA0344000	35	33	489,5694	Ilhéus	EBDA
NOVA JABUTICABA	ANDORINHA	BA0118000	83	80	1743	Senhor do Bomfim	EBDA
NOVA PALMARES	CONCEICAO DO COITE	BA0210000	104	102	2243,9395	Santa Luz	EBDA
NOVA PAZ	QUEIMADAS	BA0386000	17	17	832,0491	Santa Luz	EBDA
NOVA SUIÇA	SANTO AMARO	BA0106000	100	71	1821,6	Santo Amaro	EBDA
NOVA TERRA	FORMOSA DO RIO PRETO	BA0336000	51	50	4980,7804	Sta Rita Cassia	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
NOVA UNIÃO	PARATINGA	BA0205000	60	61	5309,84	Paratinga	EBDA
NOVA UNIAO DA FAZ. FERRARIA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0148000	20	12	1497	Ibotirama	EBDA
NOVA VIDA	ITACARE	BA0487000	44	44	576,3051	Ilhéus	EBDA
NOVA VIDA I	LAJEDINHO	BA0422000	40	38	1397,1864	Utinga	EBDA
NOVA VITORIA	ILHEUS	BA0262000	36	36	580,7954	Ilhéus	EBDA
NOVA VOLTA	BOM JESUS DA LAPA	BA0250000	255	162	9241,3239	Bom Jesus da Lapa	EBDA
NOVA YPIRANGA	CAMACAN	BA0120000	100	107	817,9038	Camacan	EBDA
NOVO HORIZONTE	LENCOIS	BA0363000	26	26	745,4854	Utinga	EBDA
NOVO HORIZONTE JACARANDA	ITAMBE	BA0466000	60	55	1128,0879	Vitória Conquista	EBDA
NOVO PARAISO	ITIUBA	BA0458000	16	16	135,9473	Itiuba	EBDA
O DESCOBRIMENTO (RIO SUL)	SANTA CRUZ CABRALIA	BA0243000	30	30	556,4902	Eunápolis	EBDA
OJEFERSON SANTOS	COARACI	BA0448000	30	30	300,4357	Itabuna	EBDA
OLHO D'AGUA	VITORIA DA CONQUISTA	BA0168000	35	21	623,4879	Vitória Conquista	EBDA
PACHOLA	MORRO DO CHAPEU	BA0560000	9	9	393,8878	Morro do Chapéu	EBDA
PAI JOÃO FOAGRO	CORIBE	BA0076000	134	134	10492,9287	Coribe	FUNDESF
PAJEU	CALDEIRAO GRANDE	BA0018000	350	316	12321,6	Itiuba	EBDA
PALESTINA	CRAVOLANDIA	BA0217000	180	180	4327,45	Santa Ines	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PANCADA GRANDE	ITACARE	BA0119000	48	49	843,6291	Ilhéus	EBDA
PANEMA	MATA DE SAO JOAO	BA0244000	58	55	917,8619	Mata São João	EBDA
PARAGUAÇUZINHO	IBICOARA	BA0342000	32	32	360,2308	Andaraí	EBDA
PARAÍSO	QUIJINGUE	BA0143000	23	23	515,02	Tucano	FUNDESF
PATALIM	JANDAIRA	BA0570000	22	22	326,3425	Esplanada	EBDA
PATIZINHO	ESPLANADA	BA0496000	45	45	929,397	Esplanada	EBDA
PÁTRIA LIVRE	BARRA DO CHOCA	BA0356000	23	23	317,2546	Vitória Conquista	EBDA
PAU BRASIL	PAU BRASIL	BA0871000	10	6	160,6533	Camacan	EBDA
PAU DE COLHER	JACOBINA	BA0395000	23	23	1862,0518	Morro do Chapéu	EBDA
PAU PEBA	UTINGA	BA0237000	55	58	2068,906	Utinga	EBDA
PAULO CUNHA	SANTO AMARO	BA0835000	170	127	2625,5445	Santo Amaro	EBDA
PAULO FREIRE	CAMAMU	BA0313000	25	23	353,98	Camamu	EBDA
PAULO FREIRE	MUCURI	BA0133000	100	100	2312,8497	Mucuri	EBDA
PAULO JACSON	CAMAMU	BA0251000	90	55	891,4486	Camamu	EBDA
PDS REUNIDAS PAU BRASIL	ITAMARAJU	BA0862000	51	29	1042,7206	Itamaraju	EBDA
PÉ DE SERRA	TUCANO	BA0055000	62	61	6227,2127	Tucano	FUNDESF
PEDRA BONITA	ITAMARAJU	BA0372000	41	39	696,6027	Itamaraju	EBDA
PEDRA DOURADA	COARACI	BA0115000	30	23	373,2129	Itabuna	EBDA
PEDRA GRANDE	LAJEDO DO TABOCAL	BA0480000	28	25	798,4317	Maracás	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PEDRA VERMELHA	OUROLANDIA	BA0571000	34	29	2308,1697	Morro do Chapéu	EBDA
PEDRAO	IRAJUBA	BA0225000	26	26	1273,7743	Santa Ines	EBDA
PENHA E OUTRAS	NOVA SOURE	BA0599000	47	33	1146,8962	Jeremoabo	EBDA
PERIPERI	BARRA	BA0426000	16	15	1302,4428	Barra	COOTEBA
PFP AGRESTE	PILAO ARCAD0	BA0618000	47	47	2920	Remanso	EBDA
PFP ALAGADIÇO DO HENRIQUE	CAMPO FORMOSO	BA0677000	21	21	810,4006	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP ALGODÃO DE BAIXO	CASA NOVA	BA0621000	28	26	2334	Sobradinho	EBDA
PFP ALGODÕES ALTO DA CΑ E ALTO DA PEDRA	MONTE SANTO	BA0418000	91	77	2000,5003	Monte Santo	EBDA
PFP ALTO SERTÃO SECO DA LAGOA BONITA	MONTE SANTO	BA0642000	20	13	272	Monte Santo	EBDA
PFP AMALHADOR DE CÓ E AÇUDE DE PEDRA	CASA NOVA	BA0673000	19	14	1200,4536	Sobradinho	EBDA
PFP AMALHADOR JUREMA	CASA NOVA	BA0670000	17	16	850,4506	Sobradinho	EBDA
PFP ANGICO	CANUDOS	BA0682000	20	10	2100,4525	Uauá	EBDA
PFP ARARÁ	ANDORINHA	BA0628000	24	24	254	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BAIÃO, RINHO E MORRO BRANCO	PILAO ARCAD0	BA0841000	23	19	2000,6732	Remanso	EBDA
PFP BAIXÃO	CAMPO FORMOSO	BA0859000	37	30	1028,3536	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BARRA/CACIMBA	CASA NOVA	BA0674000	60	46	2040,2345	Sobradinho	EBDA
PFP BARREIRA EIRÃOZINHO UMBURANA	MONTE SANTO	BA0432000	60	41	1320,2321	Monte Santo	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP BARRIGA MOLE	ANDORINHA	BA0658000	61	55	4000,3522	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BELA CONQUISTA	ITIUBA	BA0876000	35	35	688	Itiuba	EBDA
PFP BELAS	CAMPO FORMOSO	BA0442000	25	25	510,2341	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BICA I E BICA II	CAMPO FORMOSO	BA0657000	43	35	4527	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BOA SORTE	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0512000	26	13	1694,5914	Ibotirama	EBDA
PFP BOM DESPACHO	ITIUBA	BA0640000	36	31	193	Itiuba	EBDA
PFP BOM SERÁ	MONTE SANTO	BA0694000	35	5	1200,5221	Monte Santo	EBDA
PFP BOM SUCESSO	SOBRADINHO	BA0842000	29	27	2035,5643	Sobradinho	EBDA
PFP BORDA DA MATA	CAMPO FORMOSO	BA0654000	34	34	719	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP BREJO DA SERRA	PILAO ARCADÔ	BA0623000	19	17	2820	Remanso	EBDA
PFP BRUTEIRO	JAGUARARI	BA0603000	33	33	1826	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP CACHOEIRA	ANDORINHA	BA0629000	23	21	339	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP CAIPAN	CANUDOS	BA0685000	20	20	1100,5676	Uauá	EBDA
PFP CAPIVARA	MONTE SANTO	BA0695000	40	22	1400,3536	Monte Santo	EBDA
PFP CARNAIBA DE BAIXO	PINDOBACU	BA0624000	12	12	950	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP CORRÊNCIA	JAGUARARI	BA0608000	38	37	2421	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP CURIBONDE	CASA NOVA	BA0671000	65	21	1100,3456	Sobradinho	EBDA
PFP FAZ. LAJE DO ENCONTRO	UUAU	BA0849000	20	19	800,0875	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA AROEIRA	CANUDOS	BA0686000	24	15	2700,05	Uauá	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP FAZENDA BARRIGUDA	CANUDOS	BA0681000	31	23	1400,5654	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA CALADINHO	CURAÇÁ	BA0689000	54	30	2200,3434	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA CURRALINHO	EUCLIDES DA CUNHA	BA0403000	70	43	0	Monte Santo	EBDA
PFP FAZENDA DESTERRO	UAUA	BA0851000	7	7	300,1595	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA FAVELA E REGIÃO	UAUA	BA0845000	50	7	1445,0892	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA ICÓ E ADJACÊNCIA	CURAÇÁ	BA0687000	24	24	900,5666	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA JUNCO DOS PEIXINHOS	MONTE SANTO	BA0424000	43	43	13,732	Monte Santo	EBDA
PFP FAZENDA MONTE ALEGRE	MONTE SANTO	BA0436000	26	25	0	Monte Santo	EBDA
PFP FAZENDA PENEDO	CANUDOS	BA0683000	18	18	580,5657	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA RETIRO	UAUA	BA0434000	25	18	1350,7513	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA SALGADO	UAUA	BA0846000	33	18	850,3451	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA SÃO BENTO	UAUA	BA0435000	27	23	0	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA SÃO JOÃO	SOBRADINHO	BA0843000	14	5	580,2329	Sobradinho	EBDA
PFP FAZENDA SERRA DA BESTA	UAUA	BA0848000	27	16	900,2215	Uauá	EBDA
PFP FAZENDA TERRA NOVA	UAUA	BA0847000	20	20	630,2522	Uauá	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP FAZENDAS FIDELIS, O RANCHO SALGADINHO, ANSELHO, CONVENIÊNCIA E CACHOEIRA	UAUÁ	BA0850000	37	37	1000,1508	Uauá	EBDA
PFP FRADE E OUTRO	CURAÇÁ	BA0637000	15	38	175	Uauá	EBDA
PFP INTENDÊNCIA	PILAO ARCADO	BA0650000	24	19	254	Remanso	EBDA
PFP IPOEIRA DOS BARROS	JAGUARARI	BA0692000	41	40	1420,0055	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP JACUNCI E REGIÃO	MONTE SANTO	BA0655000	39	38	597	Monte Santo	EBDA
PFP LADEIRA GRANDE	CASA NOVA	BA0672000	65	47	1800,345	Sobradinho	EBDA
PFP LAGOA CAVADA E OUTROS	CAMPO FORMOSO	BA0636000	20	36	229	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP LAGOA DA FONSECA, UNÃ, QUIMADA DO BRÓ E ITAPOROROCA	MONTE SANTO	BA0875000	52	51	1384,2642	Monte Santo	EBDA
PFP LAGOA DA ILHA	MONTE SANTO	BA0401000	54	54	2185,7934	Monte Santo	EBDA
PFP LAGOA DA ONÇA	ANDORINHA	BA0412000	41	27	1065,5038	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP LAGOA DO ANSELMO E BAIXÃO	PILAO ARCADO	BA0839000	29	29	1020,211	Remanso	EBDA
PFP LAGOA DO MEIO	UAUÁ	BA0852000	11	11	600,1522	Uauá	EBDA
PFP LAGOA DO PEDRO	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	BA0607000	44	41	1444	Remanso	EBDA
PFP LAGOA DO SAL	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	BA0604000	28	24	880	Remanso	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP LAGOA DO SERROTE LAGOA DO GREGOXI	PILAO ARCADÔ	BA0838000	41	40	3310,3543	Remanso	EBDA
PFP LAGOA DOS CAMILOS	REMANSO	BA0619000	46	45	2485	Remanso	EBDA
PFP LAGOA GRANDE	ANTONIO GONCALVES	BA0429000	30	37	1200,4323	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP LAJE DOS NEGROS	CAMPO FORMOSO	BA0635000	60	62	600	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP MANDIM	MONTE SANTO	BA0409000	48	48	1860	Monte Santo	EBDA
PFP MORRO BRANCO	JAGUARARI	BA0445000	28	24	1200,5644	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP MORROS	ANDORINHA	BA0630000	38	37	143	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP MUCAMBO	ANTONIO GONCALVES	BA0410000	15	30	127	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP MUNDO NOVO E REGIÃO	MONTE SANTO	BA0645000	33	30	408	Monte Santo	EBDA
PFP MUQUEM E REGIAO	MONTE SANTO	BA0699000	40	28	900,7856	Monte Santo	EBDA
PFP NOVO AMPARO	CANUDOS	BA0632000	20	23	1246	Uauá	EBDA
PFP OITEIROS	MONTE SANTO	BA0646000	50	46	387	Monte Santo	EBDA
PFP OLHO DÁGUA	UUAU	BA0651000	20	44	1033	Uauá	EBDA
PFP OPOEIRA E FORTUNA	MONTE SANTO	BA0643000	25	25	167	Monte Santo	EBDA
PFP PAREDÃO DO LOU	MONTE SANTO	BA0647000	66	62	1836	Monte Santo	EBDA
PFP PAU FERRO	CURAÇÁ	BA0688000	23	23	1900,4569	Uauá	EBDA
PFP PAUS VERDES	MONTE SANTO	BA0696000	36	27	1360,6768	Monte Santo	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP PÉ DO MANO	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0613000	41	31	2318	Ibotirama	EBDA
PFP PEDRA DE CARITA	JAGUARARI	BA0641000	22	20	1143	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP PEDRA DO DÓRIA	ITIUBA	BA0690000	46	43	725,9	Itiuba	EBDA
PFP PEDRA DO DÓRIA E ALTO ALEGRE	MONTE SANTO	BA0697000	55	36	1600,9811	Monte Santo	EBDA
PFP PINDOBA	MONTE SANTO	BA0656000	14	20	530	Monte Santo	EBDA
PFP PINDOBA I	MONTE SANTO	BA0439000	50	41	0	Monte Santo	EBDA
PFP PITOMBAS	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	BA0612000	26	25	1683	Remanso	EBDA
PFP POÇO DO BOI	MONTE SANTO	BA0440000	35	31	0	Monte Santo	EBDA
PFP PRIMAVERA	CURAÇÁ	BA0638000	12	9	185	Uauá	EBDA
PFP QUEIMADA DOS CURRAIS	JAGUARARI	BA0691000	30	30	2300,5655	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP QUEIMADA DOS LOIOLAS	UAUÁ	BA0433000	38	38	0	Uauá	EBDA
PFP QUEIXO DANTAS	CAMPO FORMOSO	BA0415000	93	60	2756	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP RASO	CANUDOS	BA0680000	20	20	1000,0005	Uauá	EBDA
PFP RIACHO DO SANTO ANTONIO	SENTOSÉ	BA0610000	31	31	3888	Sobradinho	EBDA
PFP RIACHO GRANDE	CASA NOVA	BA0620000	65	65	4392	Sobradinho	EBDA
PFP RIBEIRÃO	BARRA	BA0667000	9	9	860,5645	Barra	EBDA
PFP RIO DO VIGÁRIO	CANUDOS	BA0679000	21	21	1175,4565	Uauá	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP ROMPEDOR E ADJACENCIAS	CURAÇÁ	BA0639000	17	15	125	Uauá	EBDA
PFP SACO DE PEDRAS II	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0609000	21	19	714	Ibotirama	EBDA
PFP SANTO ANTÔNIO DO MESTRE	MONTE SANTO	BA0648000	25	19	429	Monte Santo	EBDA
PFP SANTO ANTÔNIO E OUTROS	MONTE SANTO	BA0649000	39	39	1588	Monte Santo	EBDA
PFP SÃO GONÇALO/BENTO	MONTE SANTO	BA0698000	21	16	2270,0124	Monte Santo	EBDA
PFP SÃO JOÃO	ANDORINHA	BA0605000	42	42	544	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP SERRA BRANCA	ANDORINHA	BA0406000	45	21	161	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP SERRA DO BODE	MONTE SANTO	BA0693000	15	15	800,3356	Monte Santo	EBDA
PFP SERRA DOS CAMPOS NOVOS	UAUÁ	BA0652000	58	50	352	Uauá	EBDA
PFP SERRA GRANDE	CURAÇÁ	BA0622000	30	20	503	Uauá	EBDA
PFP SÍTIO DO AÇUDE	ANDORINHA	BA0631000	27	19	303	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP SÍTIO DO DINHO	CANUDOS	BA0684000	22	20	800,89	Uauá	EBDA
PFP SÍTIO LAGOINHA	CASA NOVA	BA0633000	20	14	94	Sobradinho	EBDA
PFP SÍTIO MELANCIAS	CASA NOVA	BA0634000	25	25	99	Sobradinho	EBDA
PFP SURARÁ	ANDORINHA	BA0408000	57	57	4000,1035	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP SUSSUARANA	JAGUARARI	BA0855000	77	46	2715,2858	Senhor do Bomfim	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PFP TABULEIROS E IPOEIRA	CASA NOVA	BA0675000	18	15	1160,3423	Sobradinho	EBDA
PFP TANQUE NOVO/PAPAGAIO	CASA NOVA	BA0668000	15	8	800,0456	Sobradinho	EBDA
PFP TESTA BRANCA	UUAU	BA0617000	47	44	3105	Uauá	EBDA
PFP TORRE	CANUDOS	BA0614000	30	24	1505	Uauá	EBDA
PFP TRAÍRA	JAGUARARI	BA0606000	37	34	341	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP VARJAO TERRA LIVRE	MONTE SANTO	BA0400000	25	73	900,9001	Monte Santo	EBDA
PFP VARZEA ALEGRE	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0507000	23	20	904,0193	Ibotirama	EBDA
PFP VÁRZEA DA PEDRA II	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0627000	17	17	1944	Ibotirama	EBDA
PFP VÁRZEA DANTA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	BA0626000	40	37	1065	Ibotirama	EBDA
PFP VARZEA DE DENTRO	CAMPO FORMOSO	BA0844000	32	32	1240,0008	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP VARZEA DE FORA E NO NOVO DO GERALDO	MONTE SANTO	BA0837000	18	18	1300,5677	Monte Santo	EBDA
PFP VARZINHA	CAMPO FORMOSO	BA0676000	25	23	770,0507	Senhor do Bomfim	EBDA
PFP VEREDA DA ONÇA	PILAO ARCADÔ	BA0840000	46	35	1260,014	Remanso	EBDA
PFP VEREDÃO DOS MARCENAS	CASA NOVA	BA0669000	23	20	1500,5678	Sobradinho	EBDA
PIABAS	LAJEDINHO	BA0419000	44	44	1567,8017	Utinga	EBDA
PICADA	XIQUE-XIQUE	BA0105000	600	596	46503,7875	Morpará	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PINGA PINGA	CANAVIEIRAS	BA0103000	25	25	498	Ilhéus	EBDA
PIONEIRO	CIPO	BA0077000	38	36	498	Jeremoabo	EBDA
PIRATINI	BONITO	BA0229000	25	25	370,23	Morro do Chapéu	EBDA
POÇÃO	SENTO SE	BA0057000	812	82	25379,2725	Sobradinho	EBDA
POÇO LONGE	RUY BARBOSA	BA0268000	123	106	3982,2857	Ruy Barbosa	EBDA
PONTA D'AGUA	CORIBE	BA0302000	120	80	4351,6073	Coribe	FUNDESF
PONTA DÁGUA	SENTO SE	BA0866000	125	75	7319,4246	Jussara	EBDA
PORTEIRAS	SITIO DO QUINTO	BA0511000	34	33	919,0945	Jeremoabo	EBDA
POTIGUAR	SENTO SE	BA0660000	82	82	1858,3506	Sobradinho	EBDA
PRIMAVERA	ENCRUZILHADA	BA0218000	80	71	1590,0315	Vitória Conquista	EBDA
PRIMAVERA	MASCOTE	BA0916000	6	6	48,3486	Itabuna	COOTEBA
PRIMAVERA CAPEFE	SANTA RITA DE CASSIA	BA0510000	129	117	9198,0238	Sta Rita Cassia	EBDA
PROJ ESP QUILOMBOLA PITOMBEIRA	BOM JESUS DA LAPA	BA0279000	112	80	4984,1266	Bom Jesus da Lapa	EBDA
PROJ.ESP.QUILOMBOLA RIO DAS RÃS	BOM JESUS DA LAPA	BA0107000	611	599	30190,7123	Bom Jesus da Lapa	EBDA
QUIJINGUE	QUIJINGUE	BA0872000	37	35	1233,6286	Tucano	FUNDESF
QUILOMBOLA BARRO VERMELHO	SITIO DO MATO	BA0180000	120	106	7000	Sítio do Mato	COOTEBA
RANCHO ALEGRE	SANTA INÉS	BA0504000	60	59	1763,5551	Santa Ines	EBDA
RANCHO DOS TEIXEIRAS	CANDIDO SALES	BA0392000	23	23	462,6516	Vitória Conquista	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
RANCHO NEVADO	MARCIONILIO SOUZA	BA0150000	80	74	3319,9565	Marcionilio	EBDA
RECORDAÇÃO	CAMACAN	BA0209000	40	38	429,4715	Camacan	EBDA
RECREIO	MORRO DO CHAPEU	BA0340000	23	23	544,3175	Morro do Chapéu	EBDA
RENASCER	QUIJINGUE	BA0096000	59	59	2430,76	Tucano	FUNDESF
RESERVA OESTE	SERRA DO RAMALHO	BA0071000	841	637	28037,9903	Serra do Ramalho	EBDA
RESSUREIÇÃO	ILHÉUS	BA0170000	35	35	538,4417	Ilhéus	EBDA
REUNIDAS CAMBUI	IBIQUERA	BA0331000	45	40	1438	Boa Vista Tupim	EBDA
REUNIDAS CORUMBAU	PRADO	BA0111000	92	69	2741,0402	Itamaraju	EBDA
REUNIDAS JOSÉ ROSA	SITIO DO MATO	BA0126000	60	48	2730	Sítio do Mato	COOTEBA
REUNIDAS PALAME	ESPLANADA	BA0152000	65	55	2041,4	Esplanada	EBDA
REUNIDAS SANTA LUZIA E OUTRAS	LAJEDO DO TABOCAL	BA0481000	162	156	3243,71	Maracás	EBDA
REUNIDAS STA FÉ	BOA VISTA DO TUPIM	BA0257000	125	98	3503,3364	Boa Vista Tupim	EBDA
REUNIDAS VAZANTE	ITABERABA	BA0102000	125	123	4581,1634	Ruy Barbosa	EBDA
RIACHO DA PALMEIRA	IGUAI	BA0328000	60	40	827,0851	Vitória Conquista	EBDA
RIACHO DAS OSTRAS	PRADO	BA0026000	86	84	2000	Itamaraju	EBDA
RIACHO DOS CAVALOS	SITIO DO MATO	BA0125000	60	57	2104	Sítio do Mato	COOTEBA
RIACHO DOS PORCOS	PARATINGA	BA0064000	500	481	31842,08	Paratinga	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
RIO ALIANÇA	ARATACA	BA0147000	50	50	567,575	Camacan	EBDA
RIO BONITO	LENCOIS	BA0151000	40	41	1190,7229	Utinga	EBDA
RIO BRANCO	RIACHÃO DAS NEVES	BA0231000	250	248	7952,1317	Barreiras	EBDA
RIO DAS RÂS II	BOM JESUS DA LAPA	BA0190000	70	67	2317,9112	Bom Jesus da Lapa	EBDA
RIO DE ONDAS	LUIS EDUARDO MAGALHAES	BA0095000	300	236	12500	Barreiras	EBDA
RIO VERDE	CANSANCAO	BA0457000	19	18	209,8613	Itiuba	EBDA
ROMPE GIBAO	CORONEL JOAO SA	BA0579000	83	82	2199,1362	Jeremoabo	EBDA
ROSELY NUNES	GUARATINGA	BA0582000	81	59	1165,7125	Eunápolis	EBDA
ROSELY NUNES	ITAETE	BA0109000	160	156	4230	Itaetê	EBDA
RUMO NOVO	SAO FELIX DO CORIBE	BA0069000	66	45	4750,2755	Sta Maria Vitória	EBDA
SALINAS	VITORIA DA CONQUISTA	BA0343000	12	12	382,7507	Vitória Conquista	EBDA
SALUBRINHO	ANDARAI	BA0388000	40	38	839,8301	Andaraí	EBDA
SANTA BARBARA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	BA0220000	64	64	2920,1	Ibotirama	EBDA
SANTA CATARINA	SANTO AMARO	BA0051000	43	51	620	Santo Amaro	EBDA
SANTA CLARA	IBIQUERA	BA0164000	220	201	5445	Boa Vista Tupim	EBDA
SANTA CLARA E PARAGUACIUMA	ITAETE	BA0475000	60	57	1529,8323	Itaetê	EBDA
SANTA CRUZ	TAPIRAMUTA	BA0113000	43	29	480	Ruy Barbosa	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
SANTA CRUZ DO OURO	ITAMARAJU	BA0476000	129	120	1843,7087	Itamaraju	EBDA
SANTA CRUZ E BOM JESUS	NOVA REDENCAO	BA0254000	310	186	5253,397	Andaraí	EBDA
SANTA DOMENICA	JAGUAQUARA	BA0469000	33	33	1282,3889	Maracás	EBDA
SANTA FÉ	MARCIONILIO SOUZA	BA0290000	26	30	913	Marcionilio	EBDA
SANTA HELENA	BONITO	BA0514000	27	27	415,2987	Morro do Chapéu	EBDA
SANTA IRENE	GONGOGI	BA0335000	87	81	930,8874	Ubaitaba	EBDA
SANTA LUZIA	OUROLANDIA	BA0357000	64	63	4830,2888	Morro do Chapéu	EBDA
SANTA LUZIA	VALENCA	BA0104000	44	26	386,3	Camamu	EBDA
SANTA LUZIA DO MARITÁ	PARIPIRANGA	SE0147000	20	20	585,3063	Jeremoabo	EBDA
SANTA LUZIA/TRÊS IRMÃOS	PRADO	BA0224000	50	49	1161,6	Itamaraju	EBDA
SANTA MARIA	EUNAPOLIS	BA0549000	62	60	1309,2609	Eunápolis	EBDA
SANTA MARIA	MATA DE SAO JOAO	BA0590000	40	32	422,0931	Mata São João	EBDA
SANTA MARIA FLORENTINA	ITAETE	BA0506000	52	39	1005,9633	Itaetê	EBDA
SANTA RITA	BOM JESUS DA LAPA	BA0240000	250	244	8593,8959	Bom Jesus da Lapa	EBDA
SANTA ROSA	SITIO DO MATO	BA0586000	29	28	1084,0484	Sítio do Mato	COOTEBA
SANTA TEREZINHA	BONITO	BA0221000	40	39	870	Morro do Chapéu	EBDA
SANTA VIRGINIA	BIRITINGA	BA0307000	20	20	816	Tucano	FUNDESF

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
SANTA VIRGINIA	TUCANO	BA0453000	30	30	1453,3052	Tucano	FUNDESF
SANTANA	MORRO DO CHAPEU	BA0390000	25	25	1224,6702	Morro do Chapéu	EBDA
SANTANA/BURI	CIPO	BA0223000	17	17	412,563	Jeremoabo	EBDA
SANTO ANTONIO	ADUSTINA	SE0149000	25	25	783,8656	Jeremoabo	EBDA
SANTO ANTONIO	PARATINGA	BA0294000	40	40	1233,6173	Paratinga	EBDA
SANTO ANTONIO E SAO JOSE	LAJEDINHO	BA0281000	40	39	1456,4154	Utinga	EBDA
SANTO APOLÔNIO/GROTÃO	BOA VISTA DO TUPIM	BA0314000	61	61	2447,1019	Boa Vista Tupim	EBDA
SAO BENTO	ILHEUS	BA0513000	16	15	235,4819	Ilhéus	EBDA
SÃO CAETANO	ITAGUACU DA BAHIA	BA0053000	36	26	1140	Jussara	EBDA
SÃO CAETANO II	SITIO DO MATO	BA0306000	58	56	2281,1193	Sítio do Mato	COOTEBA
SÃO DIOGO	PLANALTINO	BA0236000	185	185	4441,7626	Maracás	EBDA
SÃO DOMINGOS	SAO SEBASTIAO DO PASSE	BA0502000	28	27	145,3122	Santo Amaro	EBDA
SÃO FELIPE	SITIO DO MATO	BA0316000	40	34	2079,8013	Sítio do Mato	COOTEBA
SAO FRANCISCO	BARRA	BA0396000	163	157	6839,9663	Barra	COOTEBA
SAO FRANCISCO	ESPLANADA	BA0092000	87	86	1836,3438	Esplanada	EBDA
SÃO FRANCISCO	JUAZEIRO	BA0301000	109	107	1295,25	Sobradinho	EBDA
SÃO FRANCISCO DE CATU	CATU	BA0495000	20	20	201,6843	Mata São João	EBDA
SÃO FRANCISCO N° 05	UTINGA	BA0485000	57	43	1444,6249	Utinga	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
SÃO JERONIMO	GONGOGI	BA0497000	18	17	187,169	Ubaitaba	EBDA
SÃO JOÃO	WENCESLAU GUIMARAES	BA0219000	80	80	988,2476	Gandu	EBDA
SÃO JOAQUIM	MACAJUBA	BA0330000	44	44	1567,6254	Ruy Barbosa	EBDA
SÃO JORGE	URUCUCA	BA0194000	52	43	557,4167	Itabuna	EBDA
SÃO JOSÉ	CANAVIEIRAS	BA0083000	33	32	367,779	Ilhéus	EBDA
SÃO JOSÉ	CASA NOVA	BA0543000	31	31	1034,0363	Sobradinho	EBDA
SAO JOSE DO MARIMBA	TUCANO	BA0246000	10	10	563,4307	Tucano	FUNDESF
SÃO JOSÉ/CAMPO GRANDE II	BOM JESUS DA LAPA	BA0249000	230	201	7000	Bom Jesus da Lapa	EBDA
SÃO MATEUS	ARACAS	BA0525000	54	43	664,6552	Esplanada	EBDA
SAO PAULO	SANTA INÊS	BA0477000	24	24	728,9375	Santa Ines	EBDA
SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA	WAGNER	BA0112000	92	87	1997,2688	Utinga	EBDA
SEGREDO E RIACHUELO	MARCIONILIO SOUZA	BA0283000	49	49	1453,1923	Marcionilio	EBDA
SENHOR DO BONFIM	SANTA RITA DE CASSIA	BA0043000	200	200	21700	Sta Rita Cassia	EBDA
SENHORA DO ROSARIO	MONTE SANTO	BA0394000	15	15	506,7128	Monte Santo	FUNDESF
SERRA AZUL	XIQUE-XIQUE	BA0206000	41	36	3800	Xique-Xique	EBDA
SERRA BRANCA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	BA0078000	65	50	3077,08	Ibotirama	EBDA
SERRA DE AREIA I E II	IBIRAPITANGA	BA0505000	37	36	469,2184	Ubaitaba	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
SERRA VERDE/FAZENDA SUÍSSA	SENROR DO BONFIM	BA0583000	18	18	600,3478	Senhor do Bomfim	EBDA
SERTAO BONITO	PIRITIBA	BA0482000	40	40	1221,7487	Ruy Barbosa	EBDA
SERTÃO BONITO	ITAGUACU DA BAHIA	BA0037000	76	21	3273	Jussara	EBDA
SITIO DO MEIO	ITIUBA	BA0087000	85	81	2367,212	Itiuba	EBDA
SITIO NOVO	BARRA	BA0278000	32	32	2251,3723	Barra	COOTEBA
SOHEM	MORRO DO CHAPEU	BA0455000	108	105	9219,9542	Morro do Chapéu	EBDA
SOLEDADE	MONTE SANTO	BA0526000	10	10	323,0359	Monte Santo	FUNDEF
SOSSEGO I	SANTA LUZIA	BA0484000	18	18	705,4624	Camacan	EBDA
STO ANTONIO DOS CALMONS	SANTO AMARO	BA0161000	50	33	299,9053	Santo Amaro	EBDA
TAINÁ	SÃO DESIDÉRIO	BA0153000	40	36	2087,5161	Barreiras	EBDA
TALISMÃ	SITIO DO MATO	BA0352000	38	38	1285,7687	Sítio do Mato	COOTEBA
TERRA DE SANTA CRUZ	SANTA LUZIA	BA0259000	25	25	382,6817	Camacan	EBDA
TERRA NOVA	PORTO SEGURO	BA0208000	31	28	754,6821	Eunápolis	EBDA
TERRA VISTA	ARATACA	BA0065000	100	56	756,0314	Camacan	EBDA
TINGUI GONCALVES E DESENVOLVIMENTO	SITIO DO QUINTO	BA0533000	61	61	1949,6989	Jeremoabo	EBDA
TUIUTY	BELMONTE	BA0054000	20	17	510	Eunápolis	EBDA
UIRAPURU	BARRA	BA0370000	60	60	3357,3759	Barra	COOTEBA
UNIÃO	CANDEIAS	BA0556000	38	38	410,9903	Mata São João	EBDA

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	CAPACIDADE DO PROJETO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA DO ASSENTAMENTO	LOCAL NO	EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
UNIÃO	WENCESLAU GUIMARAES	BA0100000	30	30	562	Gandu	EBDA
UNIAO DA CHAPADA	ITAETE	BA0503000	200	190	2990,2975	Itaetê	EBDA
UNIÃO NOVA ESPERANÇA	SENTO SE	BA0864000	11	10	722,1485	Jussara	EBDA
UNIÃO/IBC	VITORIA DA CONQUISTA	BA0230000	25	24	150,3657	Vitória Conquista	EBDA
UTINGA	XIQUE-XIQUE	BA0291000	100	100	5840,991	Xique-Xique	EBDA
VALE DA CALIFÓRNIA	MIRANTE	BA0050000	148	54	4079,21	Vitória Conquista	EBDA
VALE VERDE	SITIO DO MATO	BA0136000	440	440	26912,7893	Sítio do Mato	COOTEBA
VARGEM FUNDA	SANTA LUZ	BA0093000	30	30	1391	Santa Luz	EBDA
VARZEA DO CURRAL	JACOBINA	BA0189000	50	27	566,28	Morro do Chapéu	EBDA
VARZINHA	CANUDOS	BA0464000	51	51	2702,2485	Uauá	EBDA
VENCEDORES	WENCESLAU GUIMARAES	BA0317000	22	22	240	Gandu	EBDA
VILA NOVA	OUROLANDIA	BA0499000	52	49	2516,337	Morro do Chapéu	EBDA
VILA TANCREDO NEVES	WENCESLAU GUIMARAES	BA0031000	67	67	985,7596	Gandu	EBDA
VIROTE	ITABELA	BA0473000	44	44	581,2051	Eunápolis	EBDA
VITORIA	SÃO DESIDÉRIO	BA0532000	29	29	1808,5259	Barreiras	EBDA
VITOROPOLIS	UNA	BA0265000	22	21	404,3609	Ilhéus	EBDA
ZUMBI DOS PALMARES	CAMAMU	BA0144000	50	50	1244,6002	Camamu	EBDA
ZUMBI DOS PALMARES	IGUAI	BA0341000	22	16	217,608	Vitória Conquista	EBDA

### **Ação 210S – Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**

A previsão da meta de Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural foi estabelecida na lógica de prestar suporte à realização de uma nova Chamada Pública no exercício. Portanto, em decorrência do adiamento da preparação do certame, o recurso orçamentário não foi executado.

### **Ação 0427 - Concessão e Supervisão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

Apesar de não utilizar o orçamento do exercício, foi atingido o número de 6.184 famílias atendidas com o crédito instalação, por força dos procedimentos relacionados à Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013 que determinou a suspensão das operações de concessão do Crédito Instalação e o recolhimento imediato dos recursos financeiros, depositados em contas bancárias abertas pelo INCRA em nome das Associações dos Beneficiários, com essa finalidade. Em seus Artigos 2º e 4º, respectivamente, os recursos financeiros foram recolhidos para UG133087/DD/INCRA e aqueles recursos inscritos em restos a pagar e que não se enquadram no inciso III do Art. 3º foram cancelados.

Mediante expedientes internos: Mem. Circular. 09/P/Incra e Mem. Circular/nº. 18 /2013/P/Incra que houve o restabelecimento das Operações de Crédito Instalação, estendendo sua execução para o exercício 2014.

Isso explica o atendimento àquelas famílias que mesmo sem utilização de orçamentário, obtiveram o restabelecimento das operações de Crédito Instalação com a restituição do recurso financeiro diretamente nas contas-correntes bloqueadas em nome das Associações, sem que tenham passado por esta Regional.

Atentamos para o fato de que, embora estejamos informando o número de famílias atendidas desta maneira, estes números já haviam sido computados para efeito de cumprimento de meta em exercícios anteriores, visto que os recursos já haviam sido depositado nas contas das associações.

### **Ação 211A - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**

A ação consiste na implantação da infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária, com foco na promoção e garantia da qualidade de vida das famílias. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – através da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário –, além de construção de redes de eletrificação rural.

A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

As obras concluídas em 2014 estão relacionadas abaixo:

<b>OBRAS CONCLUÍDAS – 2014</b>		
<b>SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CRT/2012</b>		
<b>NOME DO PA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>FAMÍLIAS ATENDIDAS</b>
RECORDAÇÃO	CAMACAN	38
PORTEIRAS	SÍTIO DO QUINTO	34
TINGUI GONÇALVES	SÍTIO DO QUINTO	60
<b>ESTRADAS VICINAIS – CRT/2011 –&gt; DISPENSA/2014</b>		
<b>NOME DO PA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>FAMÍLIAS ATENDIDAS</b>
ARGEMIRO MENDES	CAMAMU	21
ETEVALDO BARRETO	IBICARAÍ	30
FÁBIO HENRIQUE	ILHÉUS	29
CASCATA	AURELINO LEAL	39
NANCY	MASCOTE	32
SÃO JOSÉ DO MARIMBÁ	TUCANO	10
BOA SORTE UNA	IRAMAIA	418

AGUADAS – CRT/2013		
NOME DO PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
HERMES DE CAIRES (SÃO PAULO)	SANTA INÉS	32
BARRA VERDE	BOA VISTA DO TUPIM	95
BEIRA RIO	BOA VISTA DO TUPIM	393
BOA SORTE UNA	IRAMAIA	418
KHAETA	MARACÁS	63
1º DE ABRIL	IPIRÁ	83
ALDEIA	IPIRÁ	84
DOM MATIAS	IPIRÁ	116

As obras finalizadas no exercício beneficiam um total de 1.995 (hum mil novecentos e noventa e cinco) famílias atendidas pela Regional em 2014. Essas estruturas advêm de licitações realizadas nos anos de 2011, 2012 e 2013. A implantação de estrada vicinal no Projeto de Assentamento Boa Sorte Una, município de Iramaia, foi realizada através de Termo de Compromisso com o município.

Existem obras desses mesmos contratos que ainda não foram concluídas. São elas:

OBRAS CONCLUÍDAS – 2014		
SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – CRT/2012		
NOME DO PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
SÃO MATEUS	ARAÇAS	43
ÁGUA SALGADA/BELO MONTE	CANSANÇÃO	22
NOVA CANAÃ	PINDOBAÇU	81
CANAÃ	REMANSO	89
PÉ DE SERRA	TUCANO	61
CAMPO VERDE	CASA NOVA	31
TÁBUA SERRINHA	QUINJINGUE	82
RANCHO ALEGRE	SANTA INÉS	59
ITATIAIA	SANTA INÉS	32
N. S. AUXILIADORA	BOA VISTA DO TUPIM	68
CHE GUEVARA	BOA VISTA DO TUPIM	52
PIRATINI	BONITO	25
SÃO JOAQUIM	MACAJUBA	44

ESTRADAS VICINAIS – CRT/2011 –> DISPENSA/2014		
NOME DO PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
REUNIDAS PALAME	ESPLANADA	55
NOVA VIDA	ITACARÉ	44
LAJEDO BONITO	GUARATINGA	52
N. S. Auxiliadora e Che Guevara	BOA VISTA DO TUPIM	120
PARAGUAÇUZINHO	IBICOARA	32
CHICO MENDE, FÁBIO HENRIQUE e VILA TANCREDO NEVES	WENCESLAU GUIMARÃES	174
FAZ. VAVÁ E SÃO JORGE	URUÇUCA	62

AGUADAS – CRT/2013		
NOME DO PA	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
MENINO JESUS	ÁGUA FRIA	207
CAJUBA	NOVA SOURE	250
ANTONIO CONSELHEIRO	SANTA LUZ	37
MUCAMBINHO	SANTA LUZ	82
LAGOA DOS BOIS	SANTA LUZ	77
RUMO A INDEPENDÊNCIA	SANTA LUZ	40
VARGEM FUNDA	SANTA LUZ	30
NOVA PALMARES	CONCEIÇÃO DO COITÉ	102
CAIMA	ADUSTINA	88
CARITA	JEREMOABO	99
S. J. DO MARIMBA	TUCANO	10
SANTA VIRGINIA	TUCANO	30
BOQUEIRAO	TUCANO	24
AMAZONAS	TUCANO	16

As obras relacionadas acima estão em andamento, sendo que em relação aos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água só estão consideradas concluídas aquelas que realmente apresentam água nas torneiras, ou seja, funcionando completamente. Algumas dessas obras estão com sua execução física totalmente concluída mas sem expectativa de energização pela concessionária de energia elétrica.

#### **Ação 211A – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos**

A Regional possui dois contratos em vigência no exercício, o CRT/BA/Nº01/2013 e o CRT/BA/Nº02/2013, contemplando no total 5.000 famílias. Os contratos foram prorrogados em decorrência de dificuldades no repasse dos pagamentos durante todo o exercício de 2013. No exercício de 2014, continuaram as dificuldades inerentes ao atraso de pagamento das faturas, que aliado às dificuldades e complexidades do trabalho em campo, impuseram um ritmo mais lento no cronograma de execução.

Apesar dos fatores expostos acima, destaca-se que foram demarcados 22 perímetros de Projetos de Assentamento beneficiando 1.337 famílias. Os perímetros foram apresentados e avaliados em observância aos padrões exigidos na Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Por outro lado, os resultados tiveram menor expressão com relação à demarcação de lotes dentro destas mesmas áreas. Isto ocorreu ainda em decorrência da dificuldade da Regional na elaboração dos pré-projetos de

parcelamento para subsidiar a demarcação interna dos imóveis.

Diante desta dificuldade, lançou-se mão de colaboradores eventuais, que tiveram despesas de diária e deslocamento arcadas pela Regional, para a realização de oficinas participativas e construção dos pré-projetos no exercício de 2014. Tal iniciativa possibilitará no exercício posterior, contando com as prorrogações contratuais, a realização do parcelamento interno de 70 Projetos de assentamentos.

#### **Ação 211A – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

A meta de Titulação/ Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para o exercício foi de 489 documentos. Entretanto, após o encerramento exercício, obtivemos 527 documentos emitidos, dentre os quais se constituíram principalmente nos Contratos de Concessão de Uso.

Por outro lado, diante da demanda apresentada à Superintendência para estabelecimento das servidões de passagem da Ferrovia de Integração Oeste Leste, foi emitida a ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-05/GAB/Nº26/14. A equipe composta por servidores da Unidade Avançada do Oeste e servidores do Incra/sede iniciou a identificação, caracterização, avaliação e demais procedimentos necessários para viabilizar a servidão nos Projetos de Assentamento CSB, Extrativista São Francisco e Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.

No mesmo exercício, após determinação da Justiça Federal, através da Ação Civil 4031-17.2013.04.01.3307, o Incra foi obrigado a realizar a titulação do Projeto de Assentamento Amaralina, para a qual constituiu equipe especial designada pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-05/GAB/Nº90/14.

Diante do caráter prioritário das duas ações, e visando não comprometer de forma significativa as demais ações ordinárias associadas à Divisão, foram previstas na ação o envolvimento de servidores de outros estados, despesas com passagens e deslocamento durante todas as atividades. De acordo com os cronogramas

estabelecidos, as atividades serão concluídas somente no exercício de 2015.

### **Ação 210T - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**

No exercício de 2014 cinco convênios estiveram em execução no âmbito do PRONERA, na SR-05:

- Convênio nº 778080/2012 (Curso Superior de Bacharelado em Direito – UNEB) – 50 educandos;
- Convênio nº 763232/2011 (Curso Superior de Bacharelado em Direito – UEFS) – 40 educandos;
- Convênio nº 762313/2011 (Curso Técnico em Administração – UESB) – 50 educandos;
- Convênio nº 762314/2011 (Curso Técnico em Cooperativismo– UESB) – 50 educandos;
- Convênio nº 762315/2011 (Curso Técnico em Meio Ambiente – UESB) – 150 educandos;

Em 2014, 340 pessoas foram beneficiadas pelos cursos do PRONERA.

Quanto à execução financeira, foram liberadas apenas as duas parcelas previstas para os dois Cursos de Direito da UNEB e UEFS, respectivamente nos valores de R\$ 266.772,20 e R\$215.769,68 (convênios 778080/2012 e 763232/2011).

Embora a provisão orçamentária ter sido referente aos cinco convênios em execução, num total de 1.699.961,29, apenas 482.541,88 foram liquidados através de repasses às convenentes (convênios 778080/2012 e 763232/2011).

Quanto ao valor de 1.217.420,09 que ficou disponível no orçamento da superintendência, foi solicitado à coordenação nacional do PRONERA que procedesse o recolhimento, visto que não seria utilizado para o pagamento das parcelas dos três

convênios pactuados junto à UESB (762313/2011; 762314/2011 e 762315/2011), tendo em vista que as parcelas destes convênios estão em RAP desde 2013 e continuam inscritas nos RAP de 2015, já que a convenente ainda não conseguiu iniciar as turmas dos três cursos técnicos devido à dificuldades para a mobilização dos educandos.

No final do exercício, após sucessivas solicitações de informações e notificações sobre a situação, assim como de mobilizações e encontros com a equipe da Universidade e lideranças das comunidades, capitaneados com auxílio da coordenação nacional do programa, foi possível a resolução da situação da mobilização dos educandos e estabelecida a retomada das atividades. A previsão da convenente é de iniciar as aulas no primeiro semestre de 2015.

#### **Propostas em andamento:**

Há duas propostas de TED em andamento para pactuação, o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia para 100 educandos (UFRB) e o Curso Técnico em Agropecuária para 120 educandos (If-Baiano) .

#### **Dificuldades:**

- Nesta Regional, o PRONERA é gerido por apenas uma servidora, sem sequer contar com um apoio administrativo;
- A falta de gratificação ao servidor que exerce a coordenação do PRONERA;
- A falta de diárias para acompanhamento desta Ação tem sido um problema constante, ocasionando dificuldades no acompanhamento das ações em execução.

---

#### **3.3.2 Diagnóstico do déficit de infraestrutura**

---

O controle das ações de infraestrutura ocorre de forma compartmentalizada,

apenas com registro em planilhas eletrônicas, com registro de demandas, controle e acompanhamento de contratos e processos administrativo. Não há agregação e análise dos dados de forma conjunta que possibilite visualizar de forma objetiva o déficit de infraestrutura, regiões prioritárias e outras informações que permitam a realização de um planejamento e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar as dificuldades detectadas. Tampouco há uma diretriz definida pela Diretoria de Desenvolvimento para diagnóstico e planejamento das ações. A única orientação que menciona a priorização da realização das obras está disposta no art. 4º da Norma de Execução DD/DA/Nº114/2014, a saber: “As obras de engenharia deverão ser priorizadas de preferência na ocasião da elaboração do PDA/PRA”.

A priorização para a realização das obras ocorre na medida em que as demandas são apresentadas pelas associações e movimentos sociais. Diante deste cenário, identificou-se a real necessidade de obtenção de informações consistentes sobre a infraestrutura, dificuldades e potencialidades existentes, com vistas a ampliar as possibilidades de planejamento da Superintendência regional da Bahia, sem prejuízo à orientação mencionada na Norma de Execução.

Com o objetivo de sanar tais deficiências, e minimizar os prejuízos da ausência de um planejamento institucionalizado, no final do exercício de 2014, a Regional iniciou os preparativos para os trabalhos de diagnóstico da infraestrutura básica nas áreas de reforma agrária do estado.

O diagnóstico consistirá em 4 etapas. A primeira etapa está em curso, e consiste na preparação para coleta dos dados. Foi definido um modelo de formulário para coleta dos dados básicos sobre a infraestrutura dos assentamentos para serem preenchidos durante o exercício de 2015 a cada viagem de todos servidores do setor. O formulário elaborado em 2014 será testado no mês março de 2015. Além disso, ficou definido o formato de apresentação das informações a agregação das mesmas à planilha geral de informações do setor.

A segunda etapa consistirá no levantamento de informações disponíveis nos arquivos e processos existentes no INCRA. A terceira etapa consistirá na coleta de

dados de campo e a quarta a consolidação dos dados.

Nosso objetivo para 2015 é realizar o levantamento interno completo e alcançar 30% dos assentamentos no levantamento de campo. Para isso, serão utilizadas as viagens de campo dos servidores, ainda que para desempenhar outras atividades. Ainda avaliaremos o envolvimento dos agentes de assistência técnica para esta atividade

Ressalte-se que, a iniciativa em curso decorre da ausência de estratégia nacional, a qual uma vez formulada poderá não estar em consonância com o formato em construção na Regional, havendo a possibilidade de remodelamento completo do modelo que está em construção. Contudo, entende-se que o pior cenário é a ausência total de uma estratégia.

Por outro lado, apesar da inexistência de um diagnóstico sobre o déficit de infraestrutura é possível observar de forma estimada por extrapolamento, o volume da demanda.

No quadro abaixo estão detalhadas as demandas registradas por infraestrutura:

MUNICÍPIO	NOME DO PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (KM/UN)
ADUSTINA	RIACHO DO ANGICO	SAA	1
ANGICAL	ANGICAL	ESTRADA	248,97 KM
ANGICAL	ANGICAL	SAA	5
BARRA DO CHOÇA	PÁTRIA LIVRE	SAA	1
BELMONTE	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO JEQUITINHONHA	ESTRADA	6,78 KM
BOA VISTA DO TUPIM	ALIANÇA	ESTRADA	20,80 KM
BOA VISTA DO TUPIM	CHE GUEVARA / BANDEIRA	ESTRADA	18,00 KM
BOA VISTA DO TUPIM	CRISPIM	ESTRADA	2,30 KM
BOA VISTA DO TUPIM	NOSSA SENHORA AUXILIADORA	ESTRADA	6,00 KM
BOA VISTA DO TUPIM	POLINÉSIA	ESTRADA	32,80 KM
BOA VISTA DO TUPIM	BARRA VERDE	SAA	1
BUERAREMA	ITARARÉ	ESTRADA	12,20 KM
BUERAREMA	BUIQUE	SAA	1
BUERAREMA	ITARARÉ	SAA	1
CACHOEIRA	CAIMBONGO	SAA	1
CAMACÃ	RECORDAÇÃO	SAA	1
CAMAMU	ERNESTO CHE GUEVARA	ESTRADA	5,81 KM
CAMAMU	ZUMBI DOS PALMARES	ESTRADA	6,62 KM
CANAVIEIRAS	SÃO JOSÉ	ESTRADA	3,70 KM
CÂNDIDO SALES	RANCHO DOS TEIXEIRAS	SAA	1
CANSANÇAO	NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO	ESTRADA	54,40 KM
CANUDOS	VARZINHA	ESTRADA	26,40 KM
CARINHANHA	SANTA HELENA	ESTRADA	23,50 KM
CASA NOVA	CAMPO VERDE	SAA	1
CATU	SÃO FRANCISCO DE CATU	SAA	1

MUNICÍPIO	NOME DO PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (KM/UN)
CIPÓ	PIONEIRO	ESTRADA	9,50 KM
CONCEIÇÃO DO COITÉ	NOVA PALMARES	ESTRADA	23,40 KM
COTEGIPE	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESTRADA	11,00 KM
COTEGIPE	BEIRA RIO II	SAA	1
COTEGIPE	RIO GRANDE II	SAA	1
CRAVOLÂNDIA	PALESTINA	ESTRADA	32,20 KM
CRAVOLÂNDIA	PALESTINA	SAA	2
ENCRUZILHADA	MUMBUCA / CANAÃ	SAA	1
ESPLANADA	BOA VISTA DE ESPLANADA	SAA	1
ESPLANADA	SÃO FRANCISCO	SAA	1
FORMOSA DO RIO PRETO	NOVA TERRA	ESTRADA	8,50 KM
GANDU	CEDRO III	ESTRADA	13,10 km
GANDU	CEDRO III	SAA	1
GANDU	CONJ. MINEIRO	SAA	1
IBICARAI	CONJ. VILA ISABEL	SAA	1
IBICARAI	LORETA VALADARES	SAA	1
IBIQUERA	SANTA CLARA	ESTRADA	43,10 KM
IBIQUERA	SANTA CLARA	SAA	1
ILHÉUS	CONJUNTO BOM GOSTO	ESTRADA	5,07 KM
ILHÉUS	FREI VANTUY	ESTRADA	6,95 KM
ILHÉUS	JOÃO AMAZONAS	ESTRADA	6,91 KM
ILHÉUS	JOSEFA VITÓRIA	ESTRADA	5,45 KM
ILHÉUS	NOVA VITÓRIA	ESTRADA	11,40 KM
ILHÉUS	RESSURREIÇÃO	ESTRADA	8,77 KM
ILHÉUS	CONJUNTO BOM GOSTO	SAA	1
ILHÉUS	FÁBIO HENRIQUE CERQUEIRA	SAA	1
IPIRÁ	1º DE ABRIL	SAA	1
ITABUNA	CONJ. ALEMITA	ESTRADA	5,90 KM
ITABUNA	CONJ. ALEMITA	SAA	1
ITACARÉ	PANCADA GRANDE	ESTRADA	16,10 KM
ITACARÉ	NOVO PARAÍSO	SAA	1
ITACARÉ	PANCADA GRANDE	SAA	1
ITAETÉ	ROSELY NUNES	ESTRADA	23,30 KM
ITAETÉ	SANTA MARIA FLORENTINO	ESTRADA	10,20 KM
ITAETÉ	SANTA CLARA PARAGUACIÚMA	SAA	1
ITAMARAJU	SANTA CRUZ DO OURO	SAA	1
ITAMBÉ	NOVO HJORIZONTE	ESTRADA	6,00 KM
ITAPICURU	ARIZONA	ESTRADA	23,80 KM
ITAPICURU	UILOMBO LAGOÃO	ESTRADA	7,00 KM
ITAPICURU	ARIZONA	SAA	1
JANDAIRA	PATALIM	SAA	1
LENÇOIS	BELA FLOR	ESTRADA	15,60 KM
MACAJUBA	SÃO JOAQUIM	ESTRADA	25,37 KM
MACAJUBA	SÃO JOAQUIM	SAA	1
MARAÚ	LIBERDADE	ESTRADA	19,60 KM
MARAÚ	LIBERDADE	SAA	1
MARCIONÍLIO SOUZA	CAXÁ SEGREDO	SAA	1
MATA DE SÃO JOÃO	EUCLIDES NETO	SAA	1
MORRO DO CHAPÉU	LAGOINHA E BOA VISTA	SAA	1
NOVA REDENÇÃO	MORENO	ESTRADA	25,20 KM
NOVA REDENÇÃO	SANTA CRUZ	SAA	1
NOVA SOURE	PENHA	ESTRADA	12,60 KM
PEDRO ALEXANDRE	BONITO DAS UMBURANAS	SAA	1
PINDOBAÇU	NOVA CANAÃ	SAA	1
POJUCA	ANA ROSA	SAA	1
PONTO NOVO	PAJEU	ESTRADA	159,39 KM
PONTO NOVO	PAJEU	SAA	1
PRADO	GUAIÁRA	ESTRADA	13,50 KM
QUIJINGUE	TÁBUA SERRINHA	SAA	1
REMANSO	NOVA CANAÃ	SAA	1

MUNICÍPIO	NOME DO PA	TIPO DE OBRA	QUANTIDADE (KM/UN)
RIACHÃO DAS NEVES	RIO BRANCO	SAA	1
RIACHO DE SANTANA	BREJO DE SÃO JOSÉ	ESTRADA	9,26 KM
RIACHO DE SANTANA	BREJO DE SÃO JOSÉ	SAA	1
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	EMBAÚBA	ESTRADA	10,83 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	O DESCOBRIMENTO	ESTRADA	11,36 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	SÃO MIGUEL	ESTRADA	26,98 KM
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	EMBAÚBA	SAA	1
SANTA LUZ	LAGOA DO BOI	ESTRADA	25,50 KM
SANTA LUZ	MUCAMBINHO	ESTRADA	38,50 KM
SANTA LUZ	RUMO A INDEPENDÊNCIA	ESTRADA	13,55 KM
SANTA LUZ	VARGEM FUNDA	ESTRADA	14,45 KM
SANTA RITA DE CÁSSIA	ARCO VERDE	SAA	1
SANTO AMARO	ELDORADO / PETINGA	SAA	1
SÍTIO DO MATO	MANGAL II	ESTRADA	5,52 KM
SÍTIO DO MATO	NOVA ESPERANÇA	ESTRADA	25,98 KM
SÍTIO DO MATO	VALE VERDE / QUILOMBOLA JATOBÁ	ESTRADA	10,62 KM
SÍTIO DO QUINTO	CARAÍBAS	ESTRADA	6,00 KM
SÍTIO DO QUINTO	PORTEIRA	ESTRADA	26,50 KM
SÍTIO DO QUINTO	TINGUI GONÇALVES	ESTRADA	22,55 KM
TAPIRAMUTÁ	LAMEIRO (2 DE JULHO)	SAA	1
TUCANO	PÉ DE SERRA	ESTRADA	49,50 KM
TUCANO	SANTA VIRGÍNIA	ESTRADA	9,70 KM
TUCANO	PÉ DE SERRA	SAA	1
UBAÍRA	JEQUIRIÇÁ	SAA	1
UBAITABA	CACHOEIRA BONITA	ESTRADA	8,80 KM
UBAITABA	CRUZEIRO DO SUL	ESTRADA	20,10 KM
UBAITABA	N. S. APARECIDA	ESTRADA	6,24 KM
UBAITABA	N. S. APARECIDA	SAA	1
UNA	FORTALEZA	ESTRADA	19,65 KM
UNA	IPIRANGA	ESTRADA	9,77 KM
UNA	NOVA GALÍCIA	ESTRADA	6,38 KM
UNA	NOVA GALÍCIA	SAA	1
URUÇUCA	SÃO JORGE	ESTRADA	8,40 KM
UTINGA	SÃO FRANCISCO N° 05	ESTRADA	22,13 KM
VALENÇA	SANTA LUZIA	ESTRADA	10,50 KM
WAGNER	REUNIDAS JAQUEIRA/RIO BONITO	ESTRADA	11,47 KM
WAGNER	SÃO SEBASTIÃO DE UTINGA	ESTRADA	11,60 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	NOVO HORIZONTE	ESTRADA	24,17 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	SÃO JOÃO (OZIEL ALVES)	ESTRADA	13,15 KM
WENCESLAU GUIMARÃES	FABIO HENRIQUE	SAA	1
XIQUE-XIQUE	PICADA	SAA	1

Em virtude desse volume de demandas e da necessidade de redução do déficit de infraestrutura, um dos caminhos atualmente adotados é a contratação de elaboração de Projetos a partir deste quadro. Possuímos 73 projetos elaborados, entre sistemas simplificados para abastecimento de água (SSAA) e projetos de estradas vicinais, que totalizam 1.203,3 km. O passo seguinte a este processo é a contratação da execução das obras. Vale ressaltar que devem existir outros déficits, visto que existem demandas que

o setor de infraestrutura ainda desconhece. Motivo pelo qual iniciou-se o diagnóstico mencionado anteriormente.

É importante ressaltar que foi realizado pelo Incra/Sede, Chamamento Públco para implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais em Projetos de Assentamento com prioridade para os que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Devido ao tempo disponível para capacitação dos técnicos do setor, orientação às prefeituras e posterior apresentação das propostas, não houve um rendimento satisfatório nesse primeiro Edital. Para melhoria dessa ação no ano subsequente, os técnicos do setor foram capacitados e a cada viagem realizada é procurado o gestor municipal para capacitação de técnicos para atuação no Chamamento Públco.

Sobre a infraestrutura de energia elétrica, foram identificados através da consulta ao banco de dados da COELBA, cerca de 79 Projetos de Assentamento com solicitação de energização, aguardando aprovação pelo CGE – (Comitê Gestor Estadual) do Programa Luz para Todos. Além disso, existem cerca de 111 Projetos de Assentamento com solicitações de energização já aprovados pelo CGE / PLPT aguardando a finalização da elaboração dos projetos executivos para início das obras. Esses números não são exatos, podem variar para mais ou para menos, visto que a atualização das informações do banco de dados da COELBA sofre atualizações periódicas e também existem solicitações que não são feitas em nome das respectivas associações dos PA's.

## OBRAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

As obras para implantação de tecnologias de convivência com o semiárido representam outras medidas de grande importância no âmbito desta Regional.

Estima-se que 35.367 famílias assentadas na Bahia, estejam inseridas neste bioma e em consequência disso, apresentam dificuldades relacionadas ao déficit hídrico, representando 65% do universo de famílias assentadas no estado.

Diante deste cenário, as principais ações de provimento desta modalidade de infraestrutura realizadas pelo Incra, consideradas básicas neste contexto, são o desassoreamento e abertura de aguadas, construção de cisternas de placas, através do extinto crédito instalação na modalidade semiárido e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água. A primeira modalidade de obra citada está relacionada ao consumo animal. A segunda e terceira, para consumo humano.

De forma semelhante às deficiências citadas anteriormente, referentes ao diagnóstico de infraestrutura, não há organização para o planejamento e melhor atuação nos contextos específicos de cada assentamento. Não há um diagnóstico qualitativo e quantitativo do déficit de obras voltadas para a convivência com o semiárido. Da mesma forma, as obras são priorizadas conforme demandadas pelas comunidades e não obedecem planejamento ou critério de adequação a cada contexto.

Apesar de consistir numa importante ação para as famílias que habitam a região que apresenta déficit hídrico, as aguadas não devem ser consideradas a única estratégia de intervenção e convivência como o semiárido nos assentamentos. No artigo, “A convivência com o semiárido e suas potencialidades”, inseridos na publicação oficial do Ministério do Desenvolvimento Social, “Convivência com o Semiárido, autonomia e protagonismo social”, os autores destacam as diversas possibilidades e estratégias de convivência com a realidade da região. Dentre as ações citadas, podemos afirmar a possibilidade de implantação de outras tecnologias possíveis e adaptadas ao semiárido citadas como as cisternas de enxurrada, as cisternas calçadão, os tanques de pedra, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheira, dentre outras. Contudo, a decisão sobre qual a estratégia suficiente e adequada para cada situação depende de uma avaliação técnica qualificada.

Em termos quantitativos, para viabilizar a água para consumo humano, a Superintendência Regional do Incra na Bahia, concentrou seus esforços na implantação do sistemas de abastecimento de água simplificados, que podem ser considerados, em algumas ocasiões, mais complexos, de difícil gestão, mais onerosos e menos eficientes.

A sua eficácia dependerá das características da localidade e das possibilidades encontradas.

Apesar da interrupção da descentralização de recursos para esse fim, os sistemas de abastecimento de água simplificado continuam sendo implantados no âmbito do programa “água para todos” do Ministério da Integração Nacional.

Observa-se portanto, que as diversas estratégias atualmente adotadas não apresentam-se articuladas, ou obedecem uma análise apurada. Fator comprehensível diante da ausência de experiência dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das obras na temática. A indicação de tecnologias de convivência com o semiárido mais adequadas a cada realidade, depende de análise apurada de profissional capacitado na temática

Considerando os fatores apresentados, indica-se como imprescindível para o exercício de 2015 ao menos uma capacitação dos servidores da Divisão de Desenvolvimento e dos agentes de Assistência Técnica na implantação dessas tecnologias. Além da garantia desse aspecto no diagnóstico de infraestrutura mencionado anteriormente e no planejamento de provimento da infraestrutura.

Após capacitados, os servidores terão condição de não somente diagnosticar, como de planejar a melhor forma de atuação em cada situação.

#### **DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA DOS PERÍMETROS E LOTES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS.**

A ação que mais avançou no diagnóstico do déficit foi a de Demarcação Topográfica. A partir da base cartográfica e informações processuais, foi realizado o levantamento de dados sobre a demarcação de assentamentos. Atualmente a Regional realizou a demarcação topográfica de perímetro em 317 e de lotes em 220 Projetos de Assentamento localizados no estado. Estima-se um déficit de 162 assentamentos com perímetros ainda não demarcados e 200 com lotes ainda não demarcados.

A principal estratégia de atuação para esta ação é a contratação de empresas

especializadas, através de procedimentos licitatórios. Por outro lado, a parte de planejamento e definição dos projetos territoriais que apresentam as indicações para a marcação apresentaram salto considerável de qualidade com atuação dos agentes de assistência técnica e colaboradores eventuais convidados pela Divisão de Desenvolvimento. A qualificação dos pré-projetos de parcelamento, minimizam as possibilidades de retrabalho na demarcação e ao mesmo tempo representam maior participação e garantia da qualidade no processo de organização espacial da área. Dentro dessa estratégia, conforme já descrito no item anterior, foram elaborados 70 pré-projetos de parcelamento no decorrer do exercício. A meta para o próximo exercício é de ampliação da atuação da assistência técnica, e em alguns casos, dos colaboradores eventuais, além da conclusão dos serviços que encontram-se em andamento.

---

### **3.3.3 Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento**

---

O exercício de 2014, apresentou limitação considerável nas ações de Supervisão Ocupacional. Por determinação da Presidência do Incra e informado pela Diretoria de Desenvolvimento (Memo Circ. 110/2014-DD), houve a partir do mês de março, a suspensão das atividades relacionadas à ação, e consequentemente, das descentralizações de recurso.

Embora posteriormente tenha ocorrido uma flexibilização à suspensão, restringindo as autorizações às prioridades de atendimento, que eram especificamente conformada por atendimento às solicitações de órgãos de controle, Ministério Público Federal, Decisões Judiciais, conflitos ou ações emergenciais, houve um sério comprometimento das atividades, conforme já abordado no item anterior.

Diante deste quadro, a primeira descentralização de recursos para custear vistorias ocorreu somente no último trimestre do exercício, o que comprometeu o desenvolvimento de qualquer estratégia por parte da Superintendência Regional.

Por outro lado, a estratégia interna de aperfeiçoamento e monitoramento do

trâmite dos processos administrativos foi intensificada. Após o estabelecimento de um grupo de trabalho para análise desses processos individuais e proposições de encaminhamentos cabíveis a cada caso, houve avanço no monitoramento através da constituição e manutenção de um banco de dados relacionado à ação. Havia um passivo de 1.933 processos sem o devido encaminhamento dentro da Divisão, que foi reduzido ao quantitativo de 708. No exercício de 2014 foram analisados 486, dentre os quais, 256 foram encaminhados para retomada de lotes.

Um resultado de grande relevância decorrente desta organização é o controle e conhecimento relacionado à retomada de lotes que apresentavam alguma situação de ocupação irregular. Durante o exercício de 2014 foram encaminhados 251 processos, correspondendo ao mesmo quantitativo em lotes.

Em outra via, seguiram os atendimentos relacionados às denúncias apresentadas pelas comunidades, solicitações da Justiça Federal, Ministério Público Federal e Ouvidoria Agrária Nacional.

As ações se concentraram em assentamentos com alto grau de complexidade em relação à compra e venda de lotes e casos de conflito agrário, dentre elas: Projeto de Assentamento Amaralina e Afrânio Fonseca em Vitória da Conquista, Beira Rio em Boa Vista do Tupim, Projeto de Assentamento Pajeú em Caldeirão Grande, Extrativista São Francisco em Serra do Ramalho, Piabas em Lajedinho e Guimarães em Sento Sé.

Dentre estes, destacamos no quadro abaixo as ações de fiscalização realizadas pela Superintendência Regional da Bahia

PA	MUNICÍPIO	DATA DE INÍCIO DA DILIGÊNCIA	Nº DE LOTES A SEREM VISTORIADOS
Santa Terezinha	Bonito	julho-14	12
Santa Terezinha	Bonito	julho-14	2
Piabas	Lajedinho	agosto-14	20
Bom Sucesso	Pedro Alexandre	agosto-14	17
Bonito das Umuburanas	Pedro Alexandre	agosto-14	12
Guimarães	Sento Sé	setembro-14	3
Faz.cajueiro II	Xique-xique	setembro-14	28
Euclides Neto	Ibirataia	outubro-14	5
Entre Rios	Camacan	outubro-14	13
Nova Vida	Itacaré	outubro-14	9
Antônio Conselheiro	Wenceslau Guimarães	outubro-14	6
lagoa de Itaparica	Xique-xique	outubro-14	5
João Epifânio	Itacaré	novembro-14	4
Chico Mendes	Wenc. Guimarães	novembro-14	17
Vila Tancredo Neves	Wenc. Guimarães	novembro-14	33
Pancada Grande	Itacaré	novembro-14	46
Boa Sorte	Wenc. Guimarães	novembro-14	46
Dandara dos Palmares	Camamú	novembro-14	6
Amaralina	Vitória da Conquista	novembro-14	40
Afrânio Fonseca	Vitória da Conquista	novembro-14	35
Lagoa de Dentro I e II	Ourolândia	dezembro-14	3

Em todos os Projetos de assentamentos que recebem vistoria integral, são checadas as áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.

Por outro lado, a Superintendência também estabeleceu procedimento para averiguação das denúncias ambientais de ocupação de Reserva Legal, APP e outras ações de degradação ambiental. Estabelecendo um fluxo com abertura de procedimento administrativo .

### **3.3.4 Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento**

O desenvolvimento de assentamentos está alicerçado em dois pontos fundamentais: A **infraestrutura básica** e o financiamento das famílias através do **crédito**.

Quanto à infraestrutura básica, conforme já abordado anteriormente, esta Regional está realizando um diagnóstico atual de estrutura dos assentamento na Bahia. Este diagnóstico está dividido em quatro etapas. A primeira etapa está em curso, e consiste na preparação para coleta dos dados. A segunda, consistirá no levantamento de informações disponíveis nos arquivos e processos existentes no INCRA. A terceira etapa consistirá na coleta de dados de campo. A quarta será a consolidação dos dados.

Quanto ao financiamento das famílias através do crédito, tanto para planejamento como para sua execução, as atividades relacionadas aos créditos instalação no exercício 2014 sofreram as consequências advindas das determinações exaradas na Portaria nº 352, de 18 de junho de 2013, na qual todo o recurso destinado à aplicação do Crédito Instalação, nas suas demais modalidades, foi recolhido de forma imediata das contas bancárias das Associações, o que acarretou num procedimento de restituição criterioso e ocorrido de forma gradativa.

Dessa forma, criou-se a demanda de assessoraria das equipes e técnicos responsáveis pelas liberações de todo recurso financeiro passivo transferido para aplicação no exercício de 2014. Após um longo e intensificado período concentrado na alimentação dos processos e pedidos de restituição das contas foram montados em conjunto com cada equipe de supervisão, cronogramas de ação em campo, tendo como foco para a prestação de contas final o dia 31 de dezembro de 2014, conforme o Artigo 6º da RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº14.

Concomitante à essa demanda, diga-se também prioritária, foram recebidos expedientes da Diretoria de Desenvolvimento, orientando o início da operação do Novo Crédito Instalação, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014 e o Decreto nº 8256 de 26 maio de 2014, que regulamenta a concessão dos novos créditos de instalação do INCRA. Por este motivo, estas novas demandas também foram inseridas no cronograma de ações em campo, porém de forma cautelosa. Por este motivo, os avanços tiveram menor expressão frente à outra demanda prioritária e se concentraram principalmente na sua etapa inicial de qualificação para inserção e/ou confirmação de beneficiários no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito de Instalação

– SNCCI.

É possível ilustrar o resultado deste esforço ao analisarmos que apresentávamos um montante de R\$ 9.207.003,44 restituídos às contas e conseguimos liquidar o montante de R\$ 6.216.724,98.

Com relação ao planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, destacamos que diante da edição da Medida Provisória – MP/Nº 636/13, convertida em Lei nº 13.001, ficou estabelecida a solução definitiva para o endividamento dos beneficiários das diferentes linhas de créditos relativos à Reforma Agrária, precisamente em seu Artigo 3º, remitindo os créditos concedidos a assentado de reforma agrária, a exceção das modalidades Crédito de Habitação – Crédito para Aquisição de Material de Construção e Crédito Recuperação/Material de Construção que serão liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

Este processo, além de exigir a análise técnica referente ao encerramento, prestação de contas e saneamento dos processos individuais dos assentados que acessaram os recursos, carece de procedimento interno para baixa contábil na conta 122310000 – empréstimos concedidos, conforme previsto no Artigo 6º desta MP. Demanda, que para esta Superintendência Regional, compreende os exercícios de 1985 até 2014.

De forma a capacitar e organizar o início deste processo, a Superintendência da Bahia sediou, no período de 24/03 a 04/04 de 2014, uma das Oficinas-Pólo organizada pelo Incra/sede, referente à temática. Nesta oportunidade, os servidores receberam as instruções desde o saneamento dos processos individuais, passando pelo cadastramento das informações no SNCCI até a baixa contábil, pela Divisão de Administração no valor do recurso financeiro repassado para a conta corrente bloqueada. Utilizou-se como exemplo, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Malhador da Jurema, na modalidade Apoio Inicial.

Por força das demandas prioritárias, tanto de concessão dos créditos via Portaria nº 352, como qualificação e emissão de contratos, com inserção no SNCCI para

viabilização de liberação de recursos e cartões magnéticos em suas respectivas agências, conforme Novo Crédito Instalação, tivemos de reformular o cronograma para atendimento ao plano de cobrança/remissão tanto dos Assentamentos trabalhados na Oficina-Polo [BA0878000 - PA VALE DO IUIU, BA0549000 - PA SANTA MARIA, BA0862000 - PDS REUNIDAS PAU BRASIL, BA0870000 - PA BAIXA ALEGRE, BA0860000 – PA POTIGUAR E BA0883000 – PA DOM RICARDO] como para os demais processos existentes no passivo, cuja data de criação está compreendida entre os períodos de 2009 a 2013. Além deste, destaca-se a outra parcela do passivo que a priori apresenta maior complexidade por compreender os assentamentos criados no período 1985 a 2008.

Considerando a prorrogação de prazo para o encerramento da concessão dos créditos orientados pela Portaria Nº 352 e a existência de saldo em algumas contas; considerando que o saldo total destas contas não foi liquidado em decorrência de dificuldades operacionais, a exemplo do baixo número de servidores e veículos disponíveis para as visitas de campo; esta ação terá continuidade e se encerrará no primeiro semestre do exercício de 2015. Portanto, com a mão-de-obra absorvida com esta atividade e com a concessão do novo crédito na modalidade apoio inicial, o objetivo definido é de concluir o processo de cobrança/remissão dos assentamentos iniciados na oficina-pólo no segundo semestre de 2015. Em paralelo a isso, será criado um grupo de trabalho para realizar a triagem dos processos de créditos concedidos que serão objeto da remissão, com vistas a realizar uma segregação por complexidade e tipos de pendências encontradas. Com isso será possível dimensionar o volume e a complexidade envolvida nas atividades de remissão, permitindo maior qualidade no planejamento da atividade para os demais exercícios.

Considerando o quantitativo de assentamentos, o volume de processos existentes, o quantitativo de servidores e ainda as outras demandas prioritárias existentes no setor que ainda necessitam de remanejamento de mão-de-obra, estima-se a conclusão da remissão em 3 anos de serviço.

É importante frisar que todas as ações voltadas ao desenvolvimento dos Projetos

de Assentamento na Regional, apresentam sério comprometimento em decorrência do baixo quantitativo de servidores disponíveis. A exemplo disso podemos demonstrar que ações de grande importância como a Agroindustrialização e a Documentação da Trabalhadora Rural, encontram-se sem asseguradores, contando apenas eventualmente com a colaboração eventual de alguns servidores mediante urgência de demanda. Frisam-se outras áreas como a Titulação/Consolidação que apresenta apenas uma servidora e a equipe de ATER que conta apenas com três servidores exclusivos, enquanto que em outros estados de menores dimensões e menores quantitativos de público beneficiário apresentam equipes com mais de dez servidores.

Embora as atividades do crédito instalação, venham a ser drasticamente reduzidas com a finalização do prazo estabelecido, conforme já mencionado, esta ação ainda absorverá um quantitativo considerável de servidores, os quais estarão voltados para a cobrança/ remissão.

---

### **3.3.5 Principais atividades de controle do gestor**

---

Conforme já mencionado anteriormente, apesar da inexistência de uma política e procedimentos bem definidos para controle e gestão das atividades em nível nacional, a Regional realiza algumas atividades específicas visando manter minimamente a eficiência na gestão das atividades e planejamento na aplicação dos recursos. Serão destacados abaixo algumas destas iniciativas que tiveram continuidade ou se iniciaram no exercício de 2014.

Embora as atividades do crédito instalação, tenham sido reduzidas no exercício de 2014 e todo o processo de restituição dos recursos às contas tenha absorvido a maior parte do tempo dos servidores, as atividades de controle estabelecidas para esta ação nos exercícios anteriores persistiram. Permanece em funcionamento um núcleo de controle do crédito com fluxo estabelecido para cada pagamento e acompanhamento dos saldos

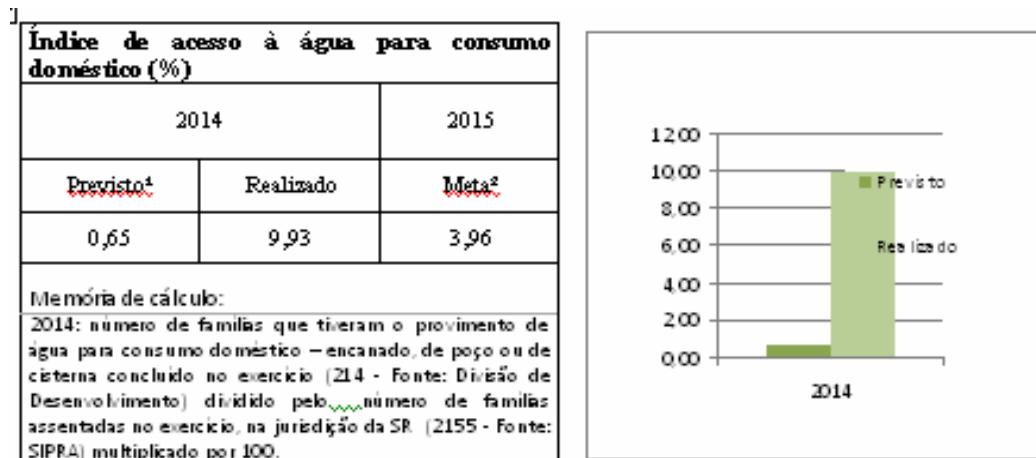
das contas, além da observação dos procedimentos processuais adequados. Os avanços na atividade de controle do crédito instalação ocorreram de forma qualitativa. Conforme abordado no item 3.3.4, foram estabelecidas reuniões com cada equipe responsável pelos diversos grupos de assentamentos beneficiados com ação. A partir destes encontros, foram monitorados os saldos das contas, os avanços obtidos em cada assentamento, registrados os quantitativos de créditos concluídos, incluindo os direcionados à habitação. Além disso, foram levantadas as demandas ainda existentes e estabelecidos cronogramas para finalização do crédito e início da operação dos novos créditos.

A ação de Demarcação, passou por um amplo processo de diagnóstico baseado nos registros de contratos e arquivos de plantas topográficas existentes na Superintendência, com vistas a mapear as áreas com maiores necessidades e direcionamento dos esforços. Foi construída uma planilha eletrônica com o conjunto de informações de gestão da ação.

Para a ação de Infraestrutura básica, além das planilhas de controle de cada contrato, e do registro das demandas, conforme já destacado anteriormente, foi iniciado o procedimento para estabelecimento de um banco de dados de informações de infraestrutura dos projetos de assentamento.

A ação de Supervisão Ocupacional, segue com a manutenção de banco de dados, registrando o fluxo e as informações básicas de cada processo individual, facilitando as consultas e fornecimento de informações às famílias e aos gestores.

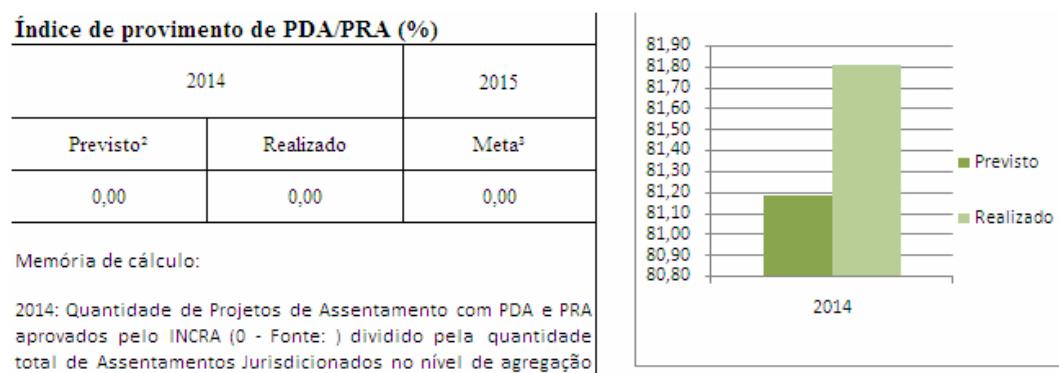
### 3.3.6 Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho



<sup>4</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Os valores previstos apresentam pouca expresividade devido à pequena execução os últimos três anos.



<sup>4</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

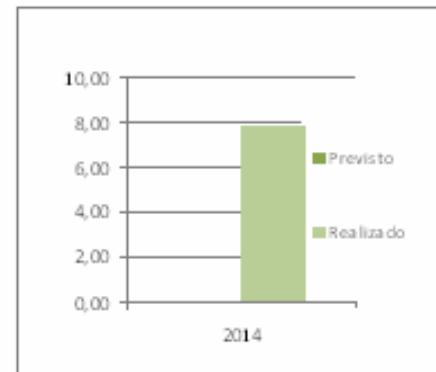
**Análise:** Não houve PDA/PRA aprovado entre 2011 e 2014 nesta Regional.

**Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)**

2014		2015
Previsto <sup>2</sup>	Realizado	Meta <sup>1</sup>
0,00	7,84	0,00

**Memória de cálculo:**

Índice: 2014: Número<sup>3</sup> de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (169 - Fonte: SGI) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (2155 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta: 2014: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte:<sup>4</sup>) dividido pela Meta de assentamento de famílias (1920 - Fonte: Plano de Metas e Créditos) multiplicado por 100. 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte:<sup>4</sup>) dividido pela Meta de assentamento de famílias (1920 - Fonte: Plano de Metas e Créditos) multiplicado por 100.



<sup>1</sup>meta de conclusão de moradias no exercício dividido pela meta de assentamento no exercício

<sup>2</sup>Média dos últimos 3 anos

<sup>3</sup>Média dos últimos 3 anos. Número definitivo poderá sofrer alteração com a conclusão do Planejamento 2015

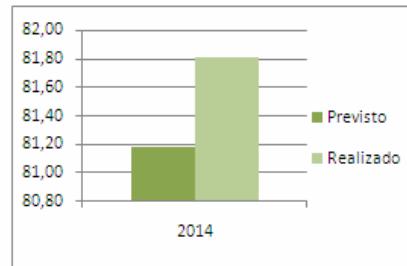
**Análise:** Não existem dados referentes aos anos anteriores.

**Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção**

2014		2015
Previsto <sup>4</sup>	Realizado	Meta <sup>5</sup>
0	0	0

Memória de cálculo:

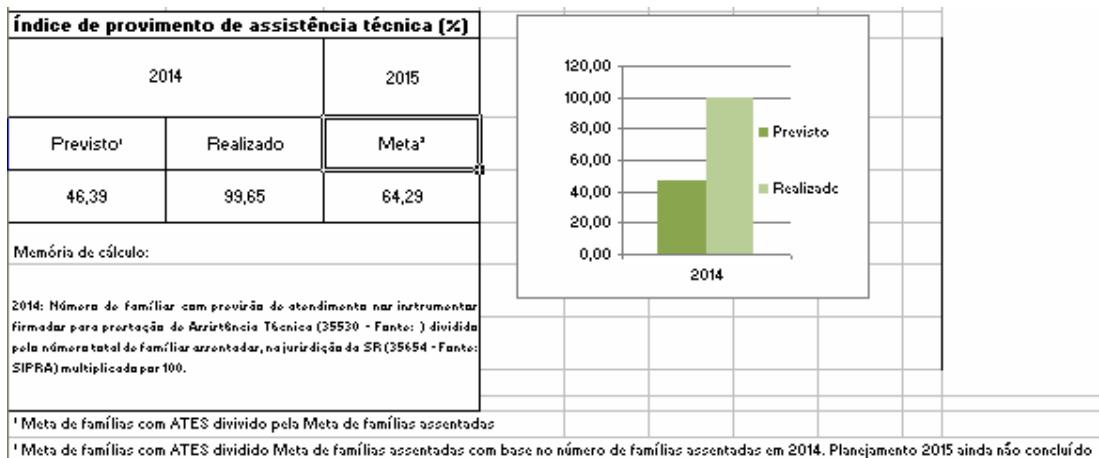
Realizado 2014: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte). Previsto 2014: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte). 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte).



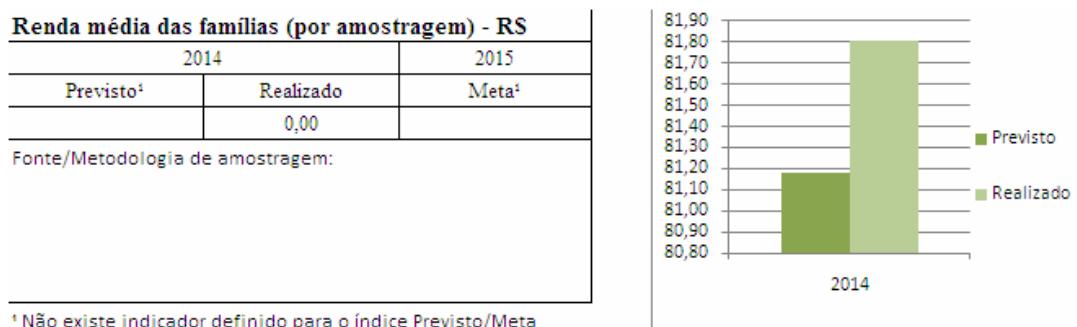
<sup>4</sup> Soma da meta de contratos firmados para acesso ao Pronaf com a meta de contratos Fomento (operação I e II e Fomento Mulher)

<sup>5</sup> Soma do número de contratos firmados para acesso ao Pronaf com o número de contratos para acesso ao Fomento (operação I e II e Fomento Mulher). Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Esta Regional não possui dados sobre contratos de Pronaf firmados, uma vez que estes contratos são assinados diretamente com a instituição financeira.

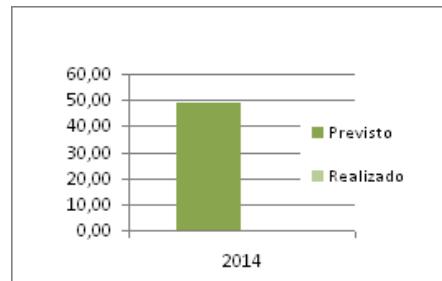


**Análise:** Ver tópico da Ação 210S na página 124 deste relatório.



**Análise:** Esta Regional não possui estudo sobre a renda média das famílias assentadas na Bahia.

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
49,01	0,00	72,55



Memória de cálculo:

Realizado 2014: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (139 - Fonte: ) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (0 - Fonte: ) multiplicado por 100. Previsto 2014: Meta Supervisão (941 - Fonte: Plano de Metas e Créditos) dividido pela Meta de famílias assentadas (1920 - Fonte: Plano de Metas e Créditos, ) multiplicado por 100. 2015: Meta Supervisão (1393 - Fonte: Plano de Metas e Créditos) dividido pela Meta de famílias assentadas (1920 - Fonte: Plano de Metas e Créditos, ) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas

<sup>2</sup> Meta de supervisão / Meta de famílias assentadas. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Ver Item 3.3.3. deste Relatório.

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2014		2015
Previsto <sup>1</sup>	Realizado	Meta <sup>2</sup>
0,00	0,00	0,00



Memória de cálculo:

2014: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte: Informar fonte) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte: Informar fonte) multiplicado por 100.

<sup>1</sup> Média dos últimos 3 anos

<sup>2</sup> Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

**Análise:** Não existem assentamentos consolidados entre 2011 e 2014 que possibilitem o cálculo do indicador.

### 3.3.7 Para as Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Desde o exercício de 2013 o provimento de água para consumo doméstico na Bahia ocorre através de uma parceria a nível nacional realizada pela Diretoria de Desenvolvimento e o Ministério da Integração Nacional. Portanto, desde este período,

não ocorre descentralização de recursos e as ações se limitam à conclusão das obras já iniciadas nos exercícios anteriores.

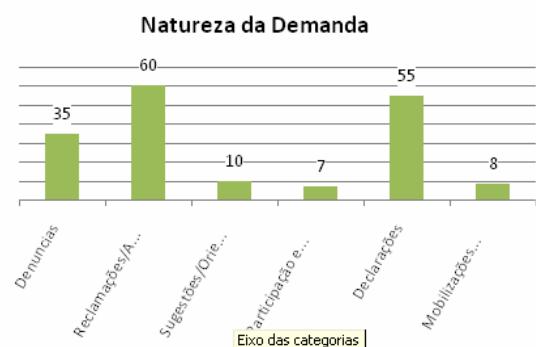
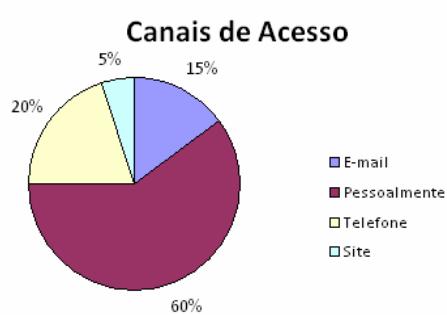
Em outra via, de forma emergencial, foi realizada a contratação de serviços para desassoreamento e abertura de aguadas para dessedentação animal. Destaca-se que 4.703 famílias foram contempladas com o serviço através dos contratos CTR 012/2013, CTR 013/2013, CTR 014/2013, CTR 015/2013, CTR 014/2014, CTR 015/2014 e CTR 016/2014, totalizando um montante de R\$ 5.885.860,58. Conforme já mencionado em itens anteriores, a Superintendência inicia um processo para conhecer de forma mais qualificada, o déficit desta demanda, em especial no semi-árido, com vistas ao estabelecimento de planejamento mais qualificado. Com isso, nos exercícios posteriores, acredita-se que a atuação possa ser melhor orientada para as áreas com maior necessidade, aproveitando as potencialidades e considerando as características de cada área.

## 4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

### 4.1 Demonstraçao dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência

**Demandas e atendimento**

Natureza da demanda	Qtde de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denuncias	35	30	100% encaminhadas
Reclamações/Atendimentos	60	50	100% encaminhados
Sugestões/Orientações	10	8	-
Participação em audiências	7	7	-
Declarações	55	40	35
Mobilizações/Ocupações/Reocupações	8	Em andamento	-



### **Análise:**

**DENUNCIA** – Recebimento de 35 denuncias provenientes de áreas de projeto de assentamento e acampamento, envolvendo assentados e acampados. Dos PA's geralmente as denuncias mais comuns dizem respeito a repasse de parcelas, limite entre os lotes, presença de terceiros provocando desmatamento e/ou degradação ambiental de um modo geral. Nos acampamentos as denuncias e reclamações são na maioria de violações de direitos. Os trabalhadores ao ocuparem as propriedades desejam de imediato instalar seus roçados e às vezes são proibidos pelos donos das terras, bem como por ocasião das reintegrações de posse, visto que a maioria planta na área ocupada e por ocasião dos despejos não se conforma em ter a lavoura destruída, necessitando de uma ação de mediação.

**RECLAMAÇÃO/ATENDIMENTO** - Os 60 atendimentos e reclamações formais são demandas que não se enquadram como denuncias, relacionadas a desavenças entre assentados/acampados, alegações de abuso de autoridade por parte de presidentes das associações dos PA's e/ou coordenadores dos acampamentos. Questões políticas (internas e externas) têm interferido negativamente no relacionamento dessas comunidades. A existência de violência e roubos também tem sido motivo de reclamações por parte dos assentados.

A Ouvidoria Agrária Regional na sua missão de assessoria ao Gabinete da SR-05, após os primeiros atendimentos diretamente ao público externo atua no encaminhamento das demandas de conflitos agrários aos diversos setores, em especial a Divisão de Obtenção de Terras e a Divisão de Desenvolvimento de projetos de assentamento. Para as demandas que requerem visitação “in loco” com deslocamentos de servidores, é solicitado recurso à Ouvidoria Agrária Nacional para o atendimento do pleito.

**SUGESTÃO e ORIENTAÇÃO** – Foram 10 formalizadas, mas na prática representam muito mais. Na realidade a OAR não raramente é procurada por demandas que nada tem a ver com conflito agrário propriamente dito. Como solicitação de orientações e sugestões de boa convivência, buscas de direitos sociais, dentre outras.

**DECLARAÇÃO** – Esta demanda do público da reforma agrária tem crescido ao longo do tempo. São acampados(as) assentados(as) que ao fazem idade para aposentadoria e/ou outros tipos de benefícios e desejam comprovar ou ter reconhecido a sua atividade rural junto aos órgãos como o INSS. Esta demanda requer levantamento interno e

externo, junto aos Sindicatos Rurais e/ou organizações que os requerentes estejam vinculados. Em virtude da falta de informação e desorganização documental do demandante às vezes não é possível atendê-lo.

**AUDIÊNCIA** (judiciais e extrajudiciais) – A OAR participou de 07 (sete) audiências. Esta ação se deu em parceria com os órgãos “parceiros da Reforma Agrária”, como o Ministério Público do Estado, através da Promotoria Agrária, as Secretarias e órgãos do Governo, a exemplo da SDS, Sec. de Agricultura, Casa Civil e outros que contribuem nas demandas conflituosas.

**MOBILIZAÇÃO/OCUPAÇÃO/REOCUPAÇÃO** – Este item ao todo foram realizadas 08 ações está diretamente ligado a missão da Ouvidoria Agrária Regional conforme abaixo. As mobilizações que classificamos como passeatas, fechamento de prédios públicos, interdição de ruas e rodovias foram mais direcionadas ao Governo do Estado.

As ocupações/reocupações por famílias de trabalhadores(as) rurais é o esbulho possessório em imóveis que reivindicam para a inclusão do Programa Nacional de Reforma Agrária e concorrem para uma série de Ações de Reintegração de Posse, com o deferimento de liminares de despejos. Em muitos casos o nº de reocupações são superiores a 10, enquanto isso o INCRA não consegue realizar as vistorias e o conflito se perpetua, pois na maioria das vezes só é resolvido definitivamente com o assentamento do trabalhador na terra. O não atendimento dessa demanda faz com que ela persista em forma de resistência, com sucessivas reocupações que podem durar anos, aumentando o conflito no campo.

Neste sentido, como a operacionalização da RA pela Superintendência está subordinada aos órgãos superiores/centrais, seja no que tange a liberação de recursos, seja no cumprimento aos normativos ou pelos inúmeros processos de desapropriação na dependência do Poder Judiciário paralisados por óbices judiciais, fica prejudicado sobremaneira a agilização do atendimento as demandas.

- a. **MISSÃO DA OUVIDORIA AGRÁRIA** – *De acordo com o Art. 112, inciso IV, alíneas “a” a “d” do Regimento Interno do INCRA, contido na Portaria/MDA/Nº 20, de 08/04/2009, a Ouvidoria Agrária Regional, é vinculada ao Gabinete da Superintendência Regional na prestação de assessoria e possui as seguintes atribuições:*

- a. Prevenir e mediar os Conflitos Agrários;
- b. Articular com os Órgãos Governamentais: federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários;
- c. Receber, processar e oferecer encaminhamento às denuncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários e
- d. outras atividades compatíveis com as suas atribuições.

Serviço	Demanda	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Recebimento de denuncias	35	35	-	Sem inform.	
Reclamações/Atendimentos	60	40	-	Sem inform.	
Sugestões/Orientações	10	10	-	Imediato	
Participação em audiências	7	7	-	Sem previsão	
Declarações expedidas	55	40	10	02 meses	
Mobilizações/Ocupações/Reocupações	8	5	-	Sem inform.	
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

**OBS:** Conforme descrito no texto acima, a missão da Ouvidoria Agrária Regional é receber, processar e oferecer o encaminhamento devido às demandas. Como os recursos são escassos os deslocamentos só ocorrem em situações mais tensas com riscos de confrontamentos e outras situações que requerem a efetiva participação desta OAR, como no caso das audiências. A falta de “feedback” das demandas encaminhadas, de recursos para implementar/acompanhar as ações, os vários impedimentos que travam os processos nos impossibilitam de prever a demanda atendida, prazos e resultados obtidos.

Vários atendimentos em especial quanto as Mobilizações/Ocupações/Reocupações são monitoradas, via de regra, por telefone institucional.

---

## **4.2 Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo**

---

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos. Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da

Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital, extraímos as seguintes informações:

Serviço	Demanda	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Dívidas Liquidadas <sup>1</sup>	25	25	Não se aplica	Imediato	-
Dívidas Renegociadas <sup>1</sup>	0	0	Não se aplica	Imediato	-
Atualização Cadastral <sup>1</sup>	3938	3938	Não se aplica	Imediato	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf <sup>1</sup>	46	46	Não se aplica	Imediato	-
Certidão de Beneficiário (para o INSS) <sup>1</sup>	341	341	Não se aplica	Imediato	-

Fonte: <sup>1</sup>Sistema Sala da Cidadania. Extração especial 06/03/2015, demanda nº 3553.

Os serviços de renegociação e liquidação das dívidas rurais que está disponível na Sala da Cidadania destinam-se aos beneficiários da Reforma Agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e encontram-se inadimplentes.

Nessa Superintendência, não houve renegociação de dívidas e apenas **25** beneficiários liquidaram dívidas do PRONAF junto ao Banco do Brasil.

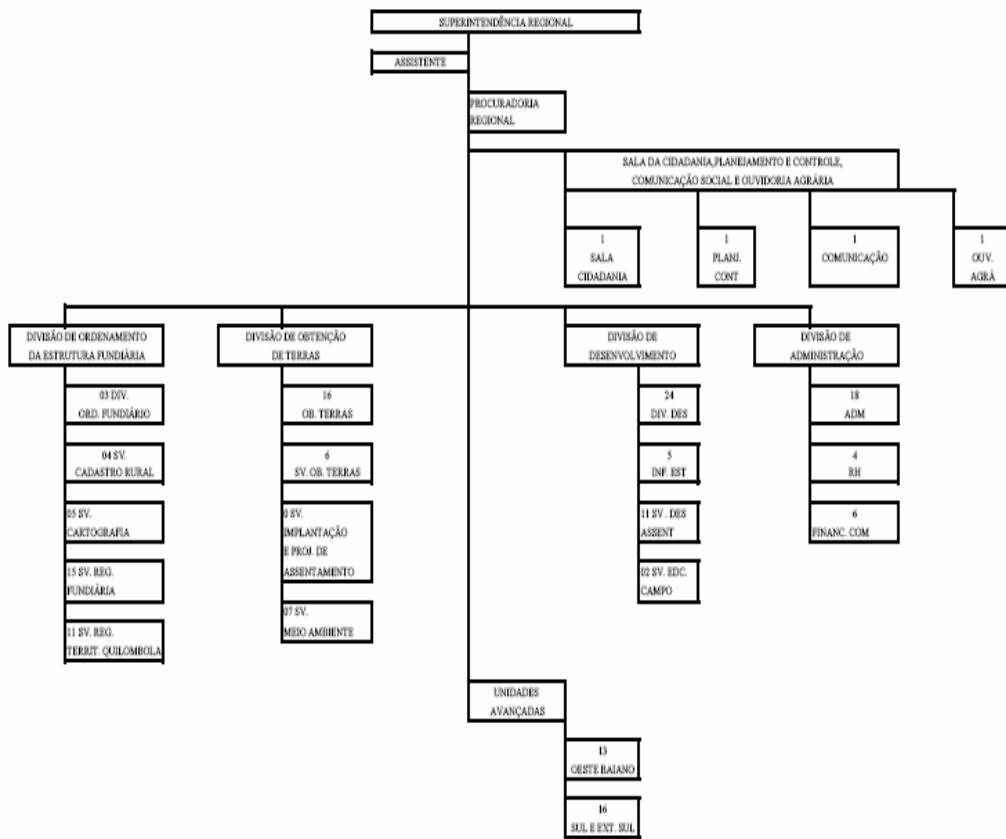
---

## 5. GESTÃO DE PESSOAS

---

### 5.1 Quantitativo de servidores

---



---

### 5.2 Análise da distribuição

---

A Superintendência Regional do INCRA no Estado da Bahia, conforme Organograma Institucional, é composta pelo Gabinete, Divisão de Ordenamento Fundiário, Divisão de Obtenção, Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração e por duas Unidades Avançadas (Oeste e Sul). Atualmente possui 184 servidores ativos distribuídos conforme planilha abaixo.

A Unidade Avançada do Extremo Sul da Bahia, localizada no Município de Itabuna é composta por um corpo funcional de 17 servidores, o que corresponde ao percentual de 9,2% do total de servidores ativos.

A Unidade Avançada do Oeste, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa é composta por um corpo funcional de 14 servidores, o que corresponde ao percentual de 7,18% do total de servidores ativos.

GABINETE	16	8,7%
DIVISÃO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO	34	18,5%
DIVISÃO DE OBTENÇÃO	30	16,3%
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO	45	25%
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	28	15,3%
UNIDADE AVANÇADA OESTE	14	7,18%
UNIDADE AVANÇADA SUL	17	9,2%
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>100,0%</b>

---

### **5.3 Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem**

---

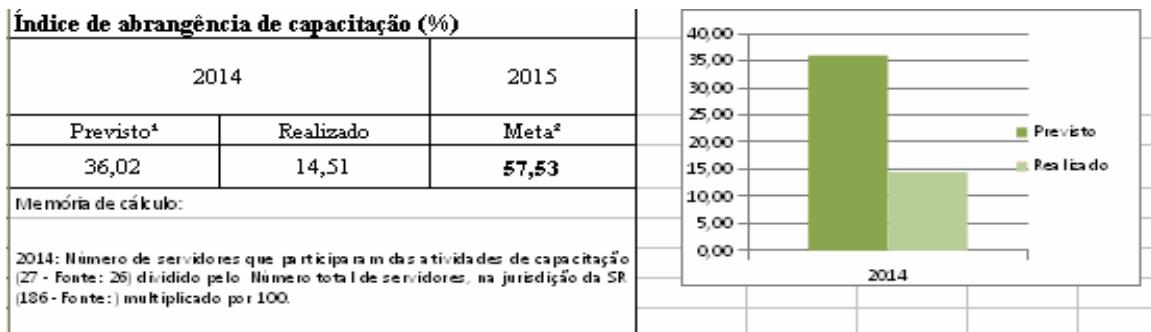
No que se refere à capacitação dos servidores no exercício de 2014, de 2013 para 2014, a quantidade de servidores capacitados reduziu de 67 para 37, uma redução de 30% referente ao ano anterior. Contudo, apesar da diminuição de servidores capacitados, houve um aumento de carga horária dos cursos de 1060 hs, para 2.056 hs aula.

Estratégia adotada pelo gestor foi:

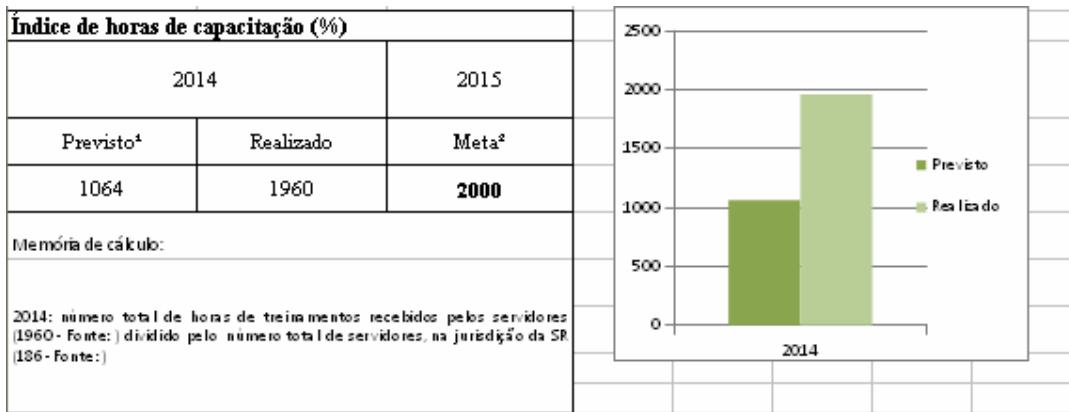
- Divulgação constante da Educação a Distancia, como ferramenta de qualificação e requalificação do servidor desta autarquia;
- Desenvolvimento de parceiras com outras instituições renomadas;
- Desenvolvimento de curso in company;
- Atenuação de cursos presenciais, incompatíveis com as atividades funcionais do servidor;
- Incentivo ao desenvolvimento de multiplicadores.

#### 5.4 Indicadores relacionados

**Índice de abrangência de capacitação (%)**



**Índice de horas de capacitação (%)**



**Análise:** Ver Item 5.3 deste relatório.

---

## **6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

---

### **6.1 Informações sobre as transferências**

---

Esta Regional realiza repasses de verbas federais nas modalidades Convênio e Termo de Compromisso atendendo todas as determinações da legislação vigente sobre essas modalidades – Instrução Normativa nº01/97 da STN e a Portaria Interministerial nº507/11 da MPOG, MF, CGU.

Nos Convênios em situação de A COMPROVAR, os convenentes foram devidamente notificados a fim de que fossem apresentadas as prestações de contas dos respectivos valores recebidos.

Nas situações de A APROVAR, as prestações de contas, bem como a realização das metas físicas foram analisadas procurando sempre cumprir os prazos estabelecido pelas normas vigentes sobre o assunto. Nos casos em que as prestações de contas se encontravam incompletas e/ou em desacordo com as normas vigentes, os convenentes foram devidamente notificados para sanar os erros encontrados.

Com relação a valores, tomando por base as informações do mês de Dezembro do exercício de 2014, encontravam-se vigentes Convênios cujos Valores Pactuados somavam R\$73.819.993,22 (setenta e três milhões, oitocentos e dezanove mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos) tendo como Contrapartida um valor total de R\$37.724.049,36 (trinta e sete milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quarenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Durante o exercício, foram repassados um total de R\$7.223.832,05 (sete milhões, duzentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinco centavos); o total acumulado de Valores Repassados através dos instrumento vigentes até o exercício - levando em conta os repasses dos exercícios anteriores - é de R\$40.134.968,08

(quarenta milhões, cento e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e oito centavos); deste total, R\$37.082.620,91 (trinta e sete milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e vinte reais e noventa e um centavos) referente à Prestação de Contas estão em status de A APROVAR, estando os processos em fase de análise e/ou necessitando de relatório técnico de execução do objeto. No status de A COMPROVAR, referente aos convênios cujos valores repassados aguardam prestação de contas, existe um total de R\$ 8.566.921,17 (oito milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e um reais e dezessete centavos).

Durante o exercício de 2014 foi firmado somente 1 Convênio cujo valor de repasse é de R\$ 1.500.00,00 e Contrapartida da Convenente de R\$ 31.000,00 totalizando um valor global de R\$ 1.531.000,00, sendo; porém havia em andamento nesta UJ, durante esse período, 13 instrumentos na modalidade Convênio e 06 na modalidade Termo de Compromisso com as seguintes características:

INSTRUMENTOS VIGENTES			
SIAFI	STATUS	QDTE	VALOR
	A COMPROVAR	06	R\$ 4.076.338,17
	A APROVAR	01	R\$ 26.797.380,00
	<b>TOTAIS</b>	07	<b>R\$ 30.873.718,17</b>

INSTRUMENTOS VIGENTES			
SICONV	STATUS	QDTE	VALOR
	SEM PRESTAÇÃO DE CONTAS	0	R\$ 4.490.583,00
	PREST. CONTAS EM ANÁLISE	09	R\$ 4.770.666,91
	<b>TOTAIS</b>	09	<b>R\$ 9.261.249,91</b>

INSTRUMENTOS COM VIGÊNCIA EXPIRADA			
SIAFI	STATUS	QDTE	VALOR
	A COMPROVAR	0	R\$ 0,00
	A APROVAR	01	R\$ 5.514.574,00
	<b>TOTAIS</b>	01	<b>R\$ 5.514.574,00</b>

INSTRUMENTOS COM VIGÊNCIA EXPIRADA			
SICONV	STATUS	QDTE	VALOR
	SEM PRESTAÇÃO DE CONTAS	0	R\$ 0,00
	PREST. CONTAS EM ANÁLISE	02	R\$ 1.355.000,00
	<b>TOTAIS</b>	02	<b>R\$ 1.355.000,00</b>

**DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DOS CONVÊNIOS VENCIDOS - REGIDOS PELA IN/STN/Nº01/97 e Portaria Interministerial/MP/MF/CGU/Nº127/08 – SIAFI/CONTRANSF**

NÚMERO SIAFI	CONVENENTE	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR			SITUAÇÃO/STATUS
			INÍCIO	FIM	GLOBAL	REPASSE	CONTRAPARTIDA	
595221	Governo do estado	Obras de infraestrutura hídrica em P.A.'s do INCRA no estado da Bahia	22/10/07	14/04/11	R\$ 8.800.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 800.000,00	INADIMPLENTE
581706	FASEC	Curso de Bacharelado em Eng.Agronômica p/ assentados dos P.A.'s	29/12/06	28/09/13	R\$ 2.709.748,00	R\$ 2.685.200,00	R\$ 24.548,00	INADIMPLENTE

**DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DOS CONVÊNIOS REGIDOS PELA Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU/Nº507/11 – SICONV**

NÚMERO SICONV	CONVENENTE	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR			SITUAÇÃO/STATUS
			INÍCIO	FIM	GLOBAL	REPASSE	CONTRAPARTIDA	
709227/2009	FUNDESF	ATES – Assistência Técnica, Social e ambiental	18/11/09	31/12/12	R\$ 6.930.516,44	R\$ 6.299.116,44	R\$ 631.400,00	Prestação enviada para análise
724108/2009	SEAGRI	Cadastro georreferenciado de imóveis rurais e regularização fundiária	18/12/09	31/12/15	R\$ 5.694.491,00	R\$ 5.101.521,00	R\$ 592.970,00	Em execução
752195/2010	FUNDESF	Assessoria Técnica Especializada - Programa TERRA SOL	16/12/10	13/12/13	R\$ 1.384.500,00	R\$ 1.355.000,00	R\$ 29.500,00	Prestação enviada para análise
762313/2011	Universidade do Sudoeste do Estado	Formação Técnica Profissionalizante na área de Administração	27/12/11	02/05/16	R\$ 911.716,84	R\$ 874.996,84	R\$ 36.720,00	Em execução
762314/2011		Curso Técnico em Cooperativismo da UESB	27/12/11	24/05/16	R\$ 911.716,84	R\$ 874.996,84	R\$ 36.720,00	
762315/2011		Escolarização profissionalizante na área ambiental	27/12/11	11/04/16	R\$ 2.735.149,32	R\$ 2.624.989,32	R\$ 110.160,00	
763104/2011	CAR	Recuperação de estradas vicinais em Projetos de Assentamento (PA),	27/12/11	25/06/15	R\$ 5.823.044,00	R\$ 4.658.435,00	R\$ 1.164.609,00	Em execução
763232/2011	UEFS	Curso de Direito para 40 (quarenta) beneficiários -Pronera.	27/12/11	01/07/17	R\$ 1.144.469,20	R\$ 1.098.690,43	R\$ 45.778,77	Em execução
767472/2011	Governo do estado	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	15/05/12	09/07/15	R\$ 992.500,99	R\$ 972.650,97	R\$ 19.850,02	Em execução
778080/2012	UNEB	Formação de uma Turma Especial em Bacharelado em Direito	27/12/12	27/12/17	R\$ 1.388.750,00	R\$ 1.374.862,50	R\$ 13.887,50	Em execução
800814/2014	Município de Sobradinho	Recuperação de estradas vicinais em Projetos de Assentamentos (PA),	29/05/14	29/05/15	R\$ 1.531.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 31.000,00	Em execução

### **Providências e cronograma para cumprimento dos prazos**

Quando na inércia no atendimento das notificações tanto nos casos do envio da prestação de contas para comprovação como nos casos de complementação de informações das prestações enviadas, os convenientes foram classificados, dentro do SIAFI, no status de INADIMPLÊNCIA a fim de que fossem sanadas as pendências, obedecendo os prazos estipulados nos normativos específicos.

---

### **6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.**

---

Considerando o cronograma de registro dos imóveis desapropriados demonstrado no Relatório de Gestão de 2013 do INCRA Sede com a sua execução no exercício de 2014, iniciou-se o registro daqueles imóveis adquiridos na forma do Decreto 433/1992 (aquisição direta), por meio de procedimentos dos registros no balanço patrimonial.

Dessa forma passou-se a encontrar em 31/12/2014 o saldo a seguir:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		
Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
1.4.2.1.1.22.67	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR.AGRAR	1.832.454.032,08

Fonte: Sistema Siafi 2014

Superintendência Regional do INCRA – SR-05/BA		
Conta Contábil	Descrição	Valor (R\$)
1.4.2.1.1.22.67	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR.AGRAR	5.929.825,95

Fonte: Sistema Siafi 2014

---

### **6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros e 1.1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos**

---

A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidência da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI. Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao **Módulo Cobrança do SNCCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os

avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente e integralmente respondidas pelos representantes do INCRA.

Plano de Providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil:

**1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013:**

1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário); 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário; 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados); 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS. 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

**2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:**

O SNCCI já está pronto para registro de créditos que a cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além dito, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

**3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:**

3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual em tela descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentar previsto na MP nº 636/2013, após aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial.

#### **4. Remissão das dívidas**

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

*“Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.*

*§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem as modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito de Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:*

*I - Crédito para Apoio;*

*II - Apoio Inicial;*

*III - Alimentação;*  
*IV - Insumos;*  
*V - Apoio à Instalação;*  
*VI - Apoio Mulher;*  
*VII - Fomento;*  
*VIII - Adicional Fomento;*  
*IX - Crédito Emergencial;*  
*X - Semi-Árido;*  
*XI - Adicional de Semi-Árido;*  
*XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e*  
*XIII - Crédito Ambiental.”*

## **5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas**

**5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:**

*“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:*

*- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e*  
*II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.*

*§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.*

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

**5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.**

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do §

*2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.*

*§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.*

*§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.*

*§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.*

*§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.*

*§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.*

**b) Sobre os Saldos:**

Nesta UJ, no exercício de 2014, o saldo da conta 1.2.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 336.401.906,96, representando uma redução de R\$ 118.400,00 em relação ao saldo inicial do referido ano (R\$ 336.520.306,96). Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos que não cabe mais apontar saldo vencido, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo

fundamental iniciarmos, conforme estamos fazendo, os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação.

**·c) Sobre o tratamento da inadimplência:**

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

**·d) Sobre a evidenciação contábil:**

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

### **Créditos a Receber de Parceleiros:**

Com relação a construção do novo Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária - SNT informo que já está em andamento a construção do Sistema, tendo sido realizadas reuniões em que participaram representantes da Diretoria Administrativa-DA, Coordenação-Geral de Regularização Fundiária-DFR, Coordenação-Geral de Territórios Quilombolas-DFQ, Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-DET e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal-SERFAL.

O sistema compreenderá sete módulos: *i.* Regularização Fundiária; *ii.* Ratificação em Faixa de Fronteira; *iii.* Titulação de Projetos de Assentamento; *iv.* Regularização de Territórios Quilombolas; *v.* Regularização Fundiária da Amazônia Legal; *vi.* Cobrança e *vii.* Cadastro Externo.

O SNT terá interface de leitura com outros sistemas do INCRA, a saber: *i.* SIPRA; *ii.* SIGEF; *iii.* SNCCI e *iv.* SISPROT.

Contudo, a proposta de projeto e Ordem de Serviço para o desenvolvimento do SNT dependem da aprovação do Decreto regulamentador da Lei nº 13.001, de 2014 que fixa os parâmetros gerais para emissão e cobrança de títulos definitivos relativos a lotes integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA.

O INCRA instituiu Grupo de Trabalho com vistas a elaborar proposta de regulamentação para a Lei nº 13.001, de 2014, já concluída e apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Entretanto, em virtude da alteração do titular da pasta do MDA, o INCRA aguarda posicionamento do Ministério quanto ao andamento da matéria e eventuais alterações na proposta da norma regulamentadora.

---

#### **6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar fidedignidade.**

---

As áreas contábil e financeira, atentando-se para a segregação de função, atuam em conjunto nos registros correspondentes a execução e controle no sistema SIAFI por meio de consultas em processos; e, ainda acompanhamento de contas contábeis para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão da Unidade Gestora.

As conformidades contábil e de registro de gestão acompanham o estabelecido nas macrofunções SIAFI Assunto 020315 – Conformidade Contábil e SIAFI Assunto 020314 – Conformidade de Registro de Gestão, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Existem atividades específicas realizadas pelo setor financeiro; dentre elas podemos destacar o controle dos empenhos, apropriações e pagamentos das despesas além do controle orçamentário desta UJ. Além da conformidade de gestão, o financeiro controla e realiza o encaminhamento, às instituições financeiras, da relação de ordens bancárias externas e de ofício para pagamentos referente a crédito de instalação rural dos Projetos de Assentamentos bem como o atendimento ao público com relação ao pagamento das faturas dos créditos desses PA's.

Cabe à Setorial contábil realizar o controle dos convênios firmados focando basicamente nos prazos de execução e prestação de contas, bem como no auxílio aos convenientes para a execução dos objetos pactuados nos instrumentos de transferência. O setor realiza também o controle dos processos de Tomadas de Contas Especiais, desde a necessidade de instauração dos mesmos, apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano causado ao Erário. Existe também um acompanhamento dos prazos de vigência dos Contratos firmados por essa SR, além do controle dos saldos residuais dos contratos vencidos; cabe também acompanhar a entrega de numerário a servidor para realizar despesas de pequeno vulto que não

possam subordinar-se ao processo normal de aplicação - Suprimentos de Fundo – desde e realização do empenho, procedimento esse que precede a entrega do numerário até a prestação de contas dos supridos responsáveis.

Existem também as rotinas intrínsecas ao setor Contábil desta UJ:

- o controle dos registros contábeis junto ao SIAFI que são fiscalizados pela transação CONCONTIR desse sistema – erros nos registros geram as INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS que causam restrição nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial da UJ refletindo no Balanço da Autarquia; cabe a esta setorial a análise e a regularização dessas INCONSISTÊNCIAS antes do encerramento mensal;

- a realização da CONFORMIDADE CONTÁBIL da UJ que consiste numa rotina mensal cujo procedimento deve ser realizado por todas as Setoriais Contábeis das UG's a fim de se verificar irregularidade nos lançamentos contábeis, principalmente no que diz respeito às INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS;

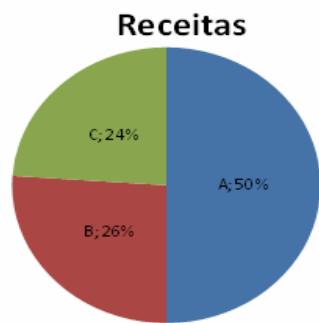
- os procedimentos de Registro Contábil dos imóveis obtidos para fins de reforma agrária no Balanço Contábil, a fim de atender ao Plano de Ação desta Autarquia em cumprimento do Acórdão TCU/n° 557/04. Vale ressaltar que precede esse procedimento a juntada física de todos os processos de Compra e Venda feita pela Divisão de Obtenção desta UJ que remete à essa Setorial todos os dados a fim de que se façam os Registros Contábeis necessários.

---

## 6.5 Principais Receitas e Despesas

---

**Finanças do INCRA-SR-05 em milhares**  
**Principais receitas**



Receitas	2013	2014	2015	2014%
A	69.779.891,42	87.224.864,28	104.669.837,14	50%
B		45.511.209,92		26%
C		41.713.654,36		24%
				0%
				0%
				0%
				0%
<b>Total</b>	<b>69.779.891,42</b>	<b>124.443.728,56</b>	<b>104.669.837,14</b>	

Consideradas Receitas da UJ, disponibilizada pela SEDE/BRASÍLIA.

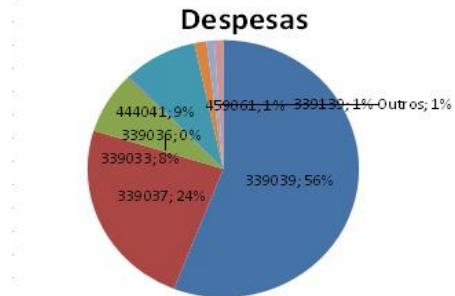
O gráfico acima explana os valores referente ao Exercício de 2013, 2014 e previsão para 2015.

\*A= Total de Previsão Concedida

\*B= Total de Anulação Provisão Concedida

\*C= Saldo Atual Concedido

**Finanças do INCRA-SR-05 em milhares**  
**Principais despesas**



Despesas	2013	2014	2015	2014%
339039	1.971.185,63	11.023.057,49	0,00	56%
339037	3.350.021,74	4.705.028,87	0,00	24%
339033	1.419.053,17	1.538.217,94	0,00	8%
339036	33.600,00	28.000,00	0,00	0%
444041	0,00	1.735.478,88	0,00	9%
459061	0,00	288.204,37	0,00	1%
339139	0,00	180.747,01	0,00	1%
Outros	455.007,94	209.365,00	0,00	1%
<b>Total</b>	<b>3.878.846,74</b>	<b>18.708.099,56</b>	<b>0,00</b>	

As despesas desta UJ são distribuídas pela Natureza de Despesa (ND), tendo valor total disponível, no exercício de 2014, R\$ 41.713.654,36 com valores estipulados pela SEDE Brasília para cada Natureza.

\*Discriminação de NDs:

333041- Contribuições; 339008- Outros benefícios Assistenciais; 339014- Diárias; 339030- Materiais de Consumo; 339033-Passagens e Despesas em locomoção; 339036-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física; 339037-Locação de Mão de Obra; 339039- Outros Serviços de Terceiros - Jurídico; 339047- Obrigações Tributárias e Contributivos; 339092- Despesas de Exercícios Anteriores; 339093-Indenizações e Restituições; 339139-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica; 444041- Contribuições; 449051- Obras e Instalações; 449052- Equipamentos e Materiais Permanentes; 459061- Aquisição de Imóveis.

---

## 7. CONTROLES INTERNOS

---

### 7.1 Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos.

---

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais foram estabelecidos através do Plano de Metas e Créditos 2014-2015, que ao longo do ano teve 3 versões, a última delas divulgada em 18 de novembro de 2014. Este Plano estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

O Plano Estratégico MDA/Incra 2014 possui doze Objetivos Estratégicos, dos quais seis possuem Ações com execução direta por parte das Superintendências Regionais, conforme demonstrado no item 2 deste relatório, que também fazem parte do Plano de Metas e Créditos 2014-2015.

Uma vez estabelecidas as diretrizes, metas físicas e limites orçamentários, cada gestor regional tem autonomia para realizar o planejamento a nível operacional em sua Superintendência, estabelecendo atividades, definindo prazos e responsáveis, mapeando e gerindo riscos, a fim de garantir razoável segurança na consecução dos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Incra, e metas institucionais previstas no Plano de Metas e Créditos 2014-2015. Para isso, o gestor deve levar em conta sua capacidade operacional.

Esta primeira etapa do ciclo de gestão, que é o planejamento, fica bastante comprometida nas Superintendências Regionais, uma vez que não está formalmente institucionalizada. Não existe norma, previsão, ou mesmo orientação de metodologia por parte da Sede para o planejamento a nível regional. Não existe também capacitação institucionalizada para planejamento e/ou gestão de riscos. Algumas regionais realizam por conta própria um planejamento a nível regional, mas não há padronização, integração, nem mesmo divulgação entre os poucos trabalhos realizados neste sentido. Esta regional não realizou planejamento a nível operacional em 2014.

A segunda etapa do ciclo de gestão é a execução. Em que pese críticas quanto à eficiência, eficácia e efetividade das normas operacionais do Incra, elas existem, estão devidamente institucionalizadas, formalizadas, disseminadas e são percebidas pelos servidores da autarquia. O princípio da Legalidade da Administração Pública, que

restringe a atuação somente naquilo que é permitido em lei, de acordo com os meios e formas por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos, está devidamente incorporado às ações de seus servidores e gestores. Qualquer ato cometido fora deste princípio, será objeto de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A terceira etapa do ciclo de gestão, que é o Monitoramento, é realizada mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional. Cabe às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional. Este sistema de monitoramento não contempla o detalhamento da execução, que ainda é feito em planilhas eletrônicas. O processo de monitoramento, embora institucionalizado e formalizado, ainda é bastante deficiente e internamente tem sido alvo de muitas críticas. Os dados de execução do Incra ainda apresentam baixa confiabilidade, o que compromete de sobremaneira as obrigações de *accountability*, e informações à sociedade.

É imperativo para boa gestão de qualquer organização que o planejamento e o monitoramento sejam integrados numa ferramenta única, utilizando as mesmas informações e mesmo nível de detalhamento, seguindo critérios claros e estabelecidos formalmente pela instituição. A ausência da institucionalização do planejamento a nível regional, aliado ao monitoramento deficiente, comprometem de sobremaneira o alcance satisfatório dos resultados.

A quarta e última etapa do ciclo de gestão, é a avaliação dos resultados alcançados, para subsidiar o planejamento do próximo ciclo. Ao longo de todo exercício, frequentemente são realizadas reuniões entre os gestores da regional, para acompanhamento da execução física e orçamentária, discussão das dificuldades e adoção de medidas, para que se atinjam os resultados pretendidos. Ao final do exercício, o próprio Relatório de Gestão, que compõe o processo de Prestação de Contas Anual, tem se mostrado uma boa ferramenta de avaliação e subsídio para planejamento.

Entretanto, destacamos que também não está institucionalizada e formalizada na autarquia, uma metodologia de avaliação como base para o planejamento do próximo ciclo, ou seja, do próximo exercício. A Avaliação Institucional do Incra resume-se à verificação, ou não, das metas estabelecidas. Não há uma avaliação qualitativa da gestão.

As constantes mudanças de gestores e a cultura de um planejamento, quando há, sempre a partir do zero, sem levar em consideração um diagnóstico prévio, com base na avaliação da gestão anterior, compromete de sobremaneira o desempenho da autarquia e o sucesso do PNRA.

---

## **7.2 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.**

---

É essencial destacar que praticamente a totalidade dos sistemas corporativos da administração pública federal, utilizados nesta Regional, foram desenvolvidos e mantidos pelo INCRA-Sede (SIPRA, SIR – Monitoramento e Avaliação, SNCCI etc) ou foram desenvolvidos por demais entidades do serviço público federal e são acessados via web (SNCR, SCDP, SICONV etc), de modo que os principais controles (logs de acesso, integridade da base de dados etc) são realizados em uma camada superior, ou seja, estão automaticamente instituídos.

Desta forma, o principal controle utilizado por esta regional é o de **acesso lógico** relacionado à **autenticação de usuários**, de forma a garantir que apenas usuários autorizados tenham acesso aos recursos realmente necessários para a execução das suas atividades e que estejam impedidos de executar transações incompatíveis com sua função ou além de suas responsabilidades. Em alguns sistemas específicos – a exemplo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – o acesso também é limitado pela exigência da utilização de *tokens*, com cadastro prévio junto à unidade do SERPRO na Bahia. Neste caso específico, o uso dos tokens eleva o nível da integridade e da origem dos dados, ambos através de um mecanismo que não é capaz de ser forjado e que fornece a garantia elevada de que esses dados são genuínos.

Para o acesso à rede interna de computadores, o INCRA-Sede exige a entrada de um ID (identificação do usuário) e de uma senha (autenticação do usuário). Cada usuário autenticado na rede possui acesso a documentos e pastas específicas do seu

setor, de modo a evitar a manipulação inadequada de informações. O próprio sistema exige que a senha seja trocada periodicamente, aumentando assim o nível de controle de acesso.

Além das restrições e controles de acesso por usuários, o INCRA-Sede, por meio da sua Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão - DEA, realiza periodicamente uma “Visita Técnica e Auditoria dos dados do Módulo de Monitoramento”, que consiste no deslocamento de uma equipe para as Superintendências Regionais com o objetivo de checar e garantir a fidedignidade das informações inseridas no Módulo de Monitoramento do SIR.

---

### **7.3 Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na superintendência, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.**

---

Em 2014, não foram realizados trabalhos da Auditoria Interna do Incra nesta regional.

---

### **7.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da superintendência, dos controles internos administrativos instituídos da superintendência, de acordo com critérios descritos no Anexo IV.**

---

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				<b>x</b>	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		<b>x</b>			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		<b>x</b>			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	<b>x</b>				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				<b>x</b>	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		<b>x</b>			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições					<b>x</b>

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>		<b>VALORES</b>				
		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
claras das responsabilidades.						
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.						<b>x</b>
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		<b>x</b>				
<b>Avaliação de Risco</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						<b>x</b>
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		<b>x</b>				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	<b>x</b>					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	<b>x</b>					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	<b>x</b>					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	<b>x</b>					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			<b>x</b>			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.						<b>x</b>
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					<b>x</b>	
<b>Procedimentos de Controle</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	<b>x</b>					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		<b>x</b>				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			<b>x</b>			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		<b>x</b>				
<b>Informação e Comunicação</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>x</b>	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>x</b>	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>x</b>	

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			<b>x</b>		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			<b>x</b>		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			<b>x</b>		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	<b>x</b>				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	<b>x</b>				
<b>Análise Crítica:</b>					
Escala de valores da Avaliação:					
(1)Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UUJ.					
(2)Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3)Neutra: Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4)Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5)Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Como pontuado no item 7.1 deste relatório, o Incra possui algumas falhas estruturais no seu modelo de gestão, que refletem diretamente no alcance dos resultados. Vamos avaliar aqui o *status* de cada componente solicitado, para fim de avaliação das atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia para assegurar a conformidade dos seus atos de gestão, visando o alcance das metas estabelecidas.

**Ambiente de Controle** – O Regimento Interno do Incra prevê uma assessoria de planejamento para as superintendências regionais, que entre diversas atribuições, compete assessorar o gestor no diagnóstico de sua capacidade operacional, proposição de metas à Sede e monitoramento da execução física e orçamentária. Entendemos que esta assessoria, quando bem estruturada, pode também capacitar outros servidores e disseminar boas práticas administrativas e de gestão pública. Nesta regional, a assessoria de planejamento conta apenas com um servidor e sem caráter exclusivo. Em 2014 houve a tentativa de melhor estruturação desta assessoria, mas sem sucesso.

Muito embora a gestão perceba os controles internos como essenciais, não possui a estrutura necessária e o amparo normativo institucionalizado adequado para sua plena adequação. As Normas de Execução e Instruções Normativas mostram-se eficazes em alguns casos, mas pouco eficientes para o controle interno, e pouco efetivas para o público beneficiário. Os servidores das áreas finalísticas, em geral, não enxergam o controle interno como um processo plenamente válido. Há grande desmotivação por parte dos servidores, e mesmo quando demandados, não têm interesse em participar de processos de gestão, monitoramento ou aprimoramento de processos.

As delegações de autoridade e competência de cada cargo e função possuem definições claras das responsabilidades e são entendidas por todos. A estrutura é bem departamentalizada e as funções são bem segregadas dentro dos processos de competências da regional, com todos os prós e contras que essa estrutura administrativa acarreta.

**Avaliação de Risco** – Não é prática desta regional a avaliação de riscos, entretanto, no último ano, tem havido uma demanda à Sede por parte de todas as regionais, na institucionalização deste elemento de controle interno na gestão. Em novembro de 2014 foi realizada uma palestra sobre gestão de riscos, em parceria com a CGU, para diversos servidores do Incra, dando início ao processo de inclusão deste elemento na rotina de gestão do órgão.

**Procedimentos de Controle** – Nesta regional, os mecanismos de controle estão mais ligados a atividades e procedimentos. Não estão formalizados planos regionais, métodos ou indicadores pra o cumprimento das metas estabelecidas. Em cada etapa do processo, as atividades foram sendo incorporadas à rotina de serviço ao longo do tempo, de forma empírica, repassadas aos novos pelos mais antigos. Já os procedimentos, estão personificados nas Normas de Execução, Instruções Normativas e Portarias existentes.

Uma crítica muito comum aos procedimentos existentes, como mecanismo de controle interno, é que não são integrados, o que os tornam muitas vezes ineficientes. Outra questão que merece destaque é que a falta de um planejamento regional a nível operacional, estabelecendo ações, regiões, áreas, projetos de assentamento, etc., impactam no cumprimento das metas estabelecidas; assim como a dependência legal de manifestação de outros órgãos, como cartórios, órgãos ambientais, trabalhistas, etc. Cabem também críticas pontuais e específicas a diversos procedimentos internos.

**Informação e Comunicação** – para tratar deste elemento de controle, vamos subdividi-lo em dois grupos: Informações Técnicas, que são compostas por perícias,

laudos, notas técnicas, despachos, dentre outros; e Informações de Gestão, que são o Plano Estratégico MDA/Incra, o Plano de Metas e Créditos, os relatórios de execução física e orçamentária, dentre outros.

No que tange às informações técnicas, podemos afirmar que pelo seu caráter eminentemente legal e devidamente normatizado, são devidamente identificados, documentados, armazenados e tempestivamente informados a quem de direito. Possuem qualidade técnica suficiente, com conteúdo apropriado, preciso e disponível para subsidiar o gestor na tomada de decisão.

No que tange às informações de gestão, afirmamos que são documentados, mas de conhecimento apenas dos gestores e de forma intempestiva. O corpo de servidores não utiliza estas informações como ferramenta de trabalho. Possuem conteúdo e grau de confiabilidade limitado e existem lacunas a serem preenchidas, tais como planejamento detalhado a nível regional, sistema de monitoramento adequado e procedimento de avaliação de resultados institucionalizado.

Monitoramento – não existe monitoramento do controle interno como um todo formalizado e documentado, de forma que fica prejudicada uma avaliação de todo processo de gestão. O monitoramento existente limita-se ao acompanhamento mensal da execução física e orçamentária, que além de subsidiar o gestor na tomada de decisão, serve para avaliação institucional da autarquia. Os riscos, internos ou externos, não são monitorados, assim como a real efetividade das atividades e procedimentos internos.

---

**7.5 Principais controles instituídos pela superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.**

---

Ratificando as informações do item 6.3, através do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação –, no Módulo Cobrança, é possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais permitindo também evidenciar a situação financeira individual dos assentados; desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU

e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente e integralmente respondidas pelos representantes do INCRA.

Com relação aos **Créditos a Receber de Parceleiros** já está em andamento a construção do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária - SNT - que compreenderá sete módulos: *i.* Regularização Fundiária; *ii.* Ratificação em Faixa de Fronteira; *iii.* Titulação de Projetos de Assentamento; *iv.* Regularização de Territórios Quilombolas; *v.* Regularização Fundiária da Amazônia Legal; *vi.* Cobrança e *vii.* Cadastro Externo. O Sistema terá interface de leitura com outros sistemas do INCRA, a saber: *i.* SIPRA; *ii.* SIGEF; *iii.* SNCCI e *iv.* SISPROT.

---

## **7.6 Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.**

---

### **Análise gerencial das irregularidades e medidas de prevenção adotadas:**

Os procedimentos de TCE encontrados nessa UJ tem basicamente como causas irregularidades na Prestação de Contas e Execução Física dos instrumentos de transferência voluntária. As normas específicas – IN nº01/97 da STN e a Portaria Interministerial nº507/11 da MPOG, MF, CGU-, de forma salutar, impõem um controle prévio que é feito por esta UJ no momento da Prestação de Contas, determinando a instauração do procedimento de TCE como providência imediatamente seguinte – quando esgotadas todas as tentativas de regularização ou ressarcimento ao erário – à desaprovação das contas ou a ausência na apresentação da mesma pela Convenente.

A TCE, como um procedimento de caráter excepcional, requer experiência e capacitação aos que darão início à sua instauração.

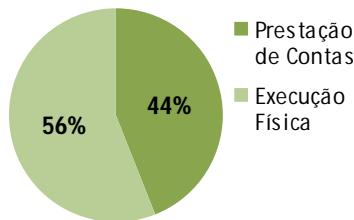
Durante o exercício de 2014 não foi instaurado nenhum procedimento de Tomada de Contas Especial nesta UJ devido a uma deficiência estrutural no quadro de servidores e escassez de recurso para deslocamento de pessoal apto a auxiliar o início e o andamento dos procedimentos.

Atualmente existem 9 (nove) procedimentos de Tomada de Contas Especial – TCE – em andamento nesta Unidade Jurisdicionada, porém nenhum foi instaurado em 2014.

Sobre os procedimentos em andamento, vale ressaltar que todos se referem a prestação de contas de instrumento de repasse de recurso público – Convênio –, sendo que:

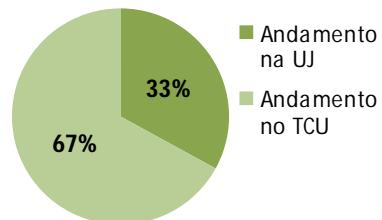
- 4 (quatro) procedimentos tem como causas determinantes pendências na prestação de Contas por mais de 180 (cento e oitenta) dias e os 5 (cinco) restantes se referem a irregularidades da Execução Física;

### Motivo da TCE



\* 03 (três) procedimentos se encontram no TCU e o restante em Instrução nesta UJ;

### Estágio da TCE



**Custo da Análise:** O total do valor potencial do dano ao erário desses procedimentos somam um montante R\$ **3.334.714,32** (três milhões, trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).

**Análise gerencial das irregularidades e medidas de prevenção adotadas:**

Atualmente esta UJ, mais especificamente a Setorial Contábil, não conta com número suficiente de servidores devidamente capacitados para a instauração dos procedimentos de Tomada de Contas Especial o que reflete diretamente no número de tais procedimentos instaurados no exercício e no andamento nos que já foram instaurados.

Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela superintendência.

---

**7.7 Demonstraçao de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário**

---

Quando na Prestação de Contas dos instrumentos de repasse de recurso federal, esta regional procurou exercer tempestivamente a fiscalização prevista nas legislações específicas quanto à boa e regular aplicação das parcelas liberadas para execução do objeto pactuado nos instrumentos congêneres mediante procedimentos de fiscalização local realizados periodicamente pela área técnica responsável e análise da prestação de contas financeira mediante conferência de relações de pagamentos, conciliação bancária da conta específica do convênio e documentos de liquidação das despesas realizadas.

Verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas, omissão ou irregularidade no seu dever de apresentar formalmente sua prestação de Contas esta Regional procura esgotar todas as tentativas para sanar pendências – desde notificação formal ao responsável até sua inclusão no CADIN – ou solicitar o ressarcimento ao Erário.

- a) Para a realização da fase interna da TCE, a SR formaliza uma comissão composta por servidores para fazer o levantamento da irregularidade, quantificar o dano e identificar o responsável.
- b) as medidas administrativas adotadas por esta SR a fim de se evitar dano ao erário durante a vigência dos instrumentos de repasse se configuram em notificações e reuniões com os responsáveis pelas Convenentes além de, em últimas circunstâncias, classificação da entidade responsável como INADIMPLENTE junto ao SIAFI/CONTRANSF.
- c) no exercício de 2014 foram registrados 2 (dois) convênios no *status* de inadimplência efetiva junto ao SIAFI - ambos se referem a irregularidades na prestação de contas – e que tem elevado potencial de se converterem em procedimento de Tomada de Contas Especial.
- d) não houve nenhum fato, durante o exercício de 2014, que configurasse dano ao erário nem mesmo que ensejasse a dispensa de instauração de TCE com relação a Convênios.
- e) Não foi instaurado nenhum procedimento de TCE durante o exercício de 2014; do total de TCE's instauradas em exercícios anteriores, 7 (sete) foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União e 5 (cinco) estão em instrução processual.

## 8. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 8.1 De acordo com Anexo V, síntese geral das determinações/recomendações do TCU.

Processo	015.797/2013-9	Acórdão	70/2014
Responsável	Superintendente Regional	Item do Acórdão	II
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
MONITORAMENTO PARA VERIFICAR A IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELO INCRA/BA. CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS ITENS 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4 E 9.1.6, PARCIAL DO ITEM 9.1.7 E DESCUMPRIMENTO DO ITEM 9.1.3 DO ACÓRDÃO 60/2011- TCU-PLENÁRIO. RECOMENDAÇÕES. CIÊNCIAS. ARQUIVAMENTO	CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS ITENS 9.1.1, 9.1.2, 9.1.4 E 9.1.6, PARCIAL DO ITEM 9.1.7	Orientar as associações de beneficiários do crédito instalação para que efetuem pesquisas e orçamentos de compras nos mercados locais, nas proximidades dos projetos de assentamento;  Adotar nova edição da cartilha do crédito instalação, devidamente atualizada e alinhada com as recentes mudanças verificadas no programa em questão, para divulgação a candidatos da reforma agrária, assentados beneficiários e público em geral;  Abordar não somente a questão financeira, mas também os resultados alcançados (análise qualitativa) nos relatórios parciais/conclusivos integrantes dos processos do crédito instalação;  Melhorar a alimentação do sistema Sipra, em especial quanto a informações de acompanhamento da aplicação dos créditos concedidos e atingimento dos objetivos traçados;  Atesto conjunto dos documentos pelos componentes da comissão de crédito, evitando o acompanhamento processual por um único servidor, o que possibilitará maior controle institucional da gestão operacional e financeira da aplicação dos créditos concedidos;	

Processo	TC-016.635/2009-3	Acórdão	257/2014
Responsável	Superintendente Regional	Item do Acórdão	I
Descrição sucinta do item da deliberação	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Determinar à Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado da Bahia que adote as providências cabíveis para os acertos no Sistema SIAFI.	Atendido.		

## 8.2 De acordo com Anexo VI, síntese geral das recomendações do CGU.

Relatório de Auditoria	54160.001280/2014-73	Item do RA		
Responsável	Superintendente Regional			
Descrição sucinta do item da deliberação	Recomendações	Ação implementada	Ação a ser implementada	Prazo
Ausência de Plano de Ação/Operacional da Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia/SR-05 para o exercício de 2013.	Recomendação 1: Implementar Plano de Ação/Operacional no âmbito da SR-05 para o exercício de 2014.	Não atendida	Avaliar em conjunto com a CGU, a pertinência e eficácia de realizar um Plano de Ação/Operacional no âmbito da SR-05 frente à ausência de critérios para sua confecção, assim como a impossibilidade de monitoramento de sua execução.	2015
	Recomendação 2: Requisitar à Sede do Incra a elaboração de norma regulamentadora visando à definição de diretrizes para confecção do plano de ação/operacional a nível regional.	Solicitado em todos os Encontros Nacionais de Planejamento realizados desde 2013.	Continuar demandando à Sede.	Indefinido
	Recomendação 3: Requisitar à Sede do Incra o encaminhamento das metas físicas e financeiras da Superintendência no início do exercício, de forma a viabilizar a implementação do plano de ação regional.	Solicitado em todos os Encontros Nacionais de Planejamento realizados desde 2013.	Continuar demandando à Sede.	Indefinido
Publicidade da Relação de Beneficiários de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária, de âmbito da Superintendência Regional no Estado da Bahia/SR-05, sem constar a respectiva ordem de classificação que trata o Art. 13 da Lei nº 8.629/1993.	Recomendação 1: Requisitar à Sede do Incra a publicação, no sítio da autarquia na internet, a Relação de Beneficiários de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária, contemplados a partir de 2008, fazendo constar a respectiva ordem de classificação que trata o Art. 13 da Lei nº 8.629/1993.	Requisitado. A consulta já pode ser obtida através do <a href="http://www.incra.gov.br/relacao-de-beneficiarios-rb">www.incra.gov.br/relacao-de-beneficiarios-rb</a>		
Ausência de controle sobre a demanda reprimida dos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no âmbito da Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia (SR-05).	Recomendação 1: Requisitar à Sede do Incra a normatização de um cadastro permanente de candidatos a beneficiários do PNRA, bem como sua disponibilização aos interessados.	A sede informou que o cidadão pode se candidatar ao PNRA através do cadastramento direto na própria Sede da Superintendência Regional em Salvador ou em uma de suas 2 Unidades Avançadas. O cidadão cadastrado, apto, mas não selecionado em virtude de sua ordem de classificação, é mantido no SIPRA, aguardando a disponibilidade de novas vagas. Entretanto, sua presença na busca ativa ainda é indispensável para sua seleção.		
	Recomendação 2: Requisitar à Sede do Incra a elaboração de normativo para estabelecimento de procedimentos para gestão dos candidatos a beneficiários do PNRA.	Requisitado.		

---

### **8.3 Desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art.7º da lei 12.546/2011 e pelo art.2º do decreto 7.828/2012**

---

Esta Regional vem tomando medidas para identificação do conjunto de empresas contratadas que, no mês de referência do cálculo estiveram sujeitas à Desoneração da Folha. Utilizamos a premissa de que esse conjunto seria igual ao conjunto de contribuintes que realizou algum pagamento de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Estão sendo revisados todos os contratos que estavam ou ainda estão vigentes à época da lei 12.546/2011, já que nem todas as empresas têm suas atividades principal e secundária cadastradas com os Códigos CNAE previstos na citada legislação.

Algumas Contratadas já apresentam, junto às suas NF's, comprovação de recolhimento mediante comprovante de pagamento do DARF com um dos códigos de arrecadação específico da CPRB – 2985 ou 2991.

---

**8.4 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis**

---

Nas áreas externas desta Superintendência Regional, possuímos vagas reservadas, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente.

Pelo menos um dos acessos ao interior desta edificação encontra-se livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O prédio do INCRA/BA possui um banheiro acessível para portador de deficiência, como por exemplo, cadeirante, no entanto, o mesmo encontra-se parcialmente equipado, impossibilitando sua utilização por pessoa portadora de outros tipos de deficiências ou com mobilidade reduzida.

De modo que esta SR atenda minimamente o acesso dos portadores de deficiência, a Divisão de Administração tomou providências no sentido de solicitar junto ao Serviço de Infraestrutura, um croqui para adaptação de 2 banheiros (masc./fem.) a fim de atender as normas supracitadas.